

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **Mandato 2017-2021** -----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM TRINTA DE OUTUBRO DE DOIS MIL E DEZOITO.** -----

----- **ATA NÚMERO QUARENTA** -----

----- Aos trinta dias do mês de outubro de dois mil e dezoito, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos, vigésimo quinto e trigésimo sétimo do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, nº 14, em Lisboa, em Sessão Extraordinária, sob a presidência do Presidente em Exercício, Excelentíssimo Senhor Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, coadjuvado pela Excelentíssima Senhora Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César e pela Excelentíssima Senhora Maria Virgínia Martins Laranjeira Estorninho, respetivamente Primeira Secretária em Exercício e Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Aline Gallash Hall de Beuvink, Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Margarida Mota Vieira da Silva Morais, Ana Maria de Campo Pedroso Mateus, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, André Nunes de Almeida Couto, António Manuel Pimenta Prôa, António Modesto Fernandes Navarro, Augusto Miguel Gama Antunes de Albuquerque, Carla Cristina Ferreira Madeira, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Davide Miguel Santos Amado, Fábio Martins de Sousa, Fernando Garcia Lopes Correia, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Francisco Américo Maurício Domingues, Francisco José Nina Martins Rodrigues dos Santos, Graciela Lopes Valente Simões, Inês Drummond Ludovice Mendes Gomes, Joana Margarida Durão Ferreira Alegre Duarte, João Diogo Santos Moura, João Luis Valente Pires, Jorge Manuel Jacinto Marques, José Alberto Ferreira Franco, José António Barbosa Borges, José António Cardoso Alves, José Luis Sobreda Antunes, José Manuel Rodrigues Moreno, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, Luis Filipe da Silva Monteiro, Luis Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Margarida Carmen Nazaré Martins, Margarida Isabel Paulino Bentes Penedo, Maria Alexandra Almeida da Cunha Cordeiro da Mota Torres, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa de Aguiar Aldim, Maria Simonetta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Teresa Craveiro Pereira, Mário Jorge Paulino de Oliveira de Almeida Patrício, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patrícia Carla Serrano Gonçalves, Paula Inês Alves de Sousa Real, Paulo Jorge Velez Muacho, Ricardo de Sant’Ana Godinho Moreira, Rodrigo Maria Santos de Mello Gonçalves, Rita Maria Oliveira Calvário, Rui Pedro Costa Lopes, Silvino Esteves Correia, Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado, Pedro Miguel Tadeu

Costa, José Roque Alexandre, Susana Maria da Costa Guimarães, Henrique João Tavares Frias Sá e Melo, João Carlos Sousa Pereira, Margarida Alexandre do Nascimento Afonso, António Miguel Silva Avelãs, Maria João Bernardino Correia, Bruno Reinhold de Moraes Cabral, Luis Duarte Albuquerque Carreira, Gabriel Maria Baptista Fernandes, Mário Nelson Morais Freitas, José Júlio Cordeiro dos Reis Silva e Rosa Maria Carvalho da Silva.-----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Hugo Alberto Cordeiro Lobo e Raúl Jorge Gouveia da Silva Santos. -----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Ourique, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Pedro Miguel Tadeu Costa. -----

----- José António Nunes do Deserto Videira (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Susana Maria da Costa Guimarães. -----

----- Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho (PS) Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Maria João Bernardino Correia. -----

----- Pedro Delgado Alves (PS) Presidente da Junta de Freguesia de Lumiar, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Henrique João Tavares Frias Sá e Melo.-----

----- Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus (PS) Presidente da Junta de Freguesia de Olivais, por um dia, tendo sido substituída pelo substituto legal Deputado Municipal Luís Duarte de Albuquerque Carreira.-----

----- Rui Paulo Figueiredo (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Roque Alexandre.-----

----- Diogo Leão (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Margarida Alexandre do Nascimento Afonso. -----

----- Carlos Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Rosa Maria Carvalho da Silva. -----

----- João Maria Condeixa (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Gabriel Maria Baptista Fernandes. -----

----- Maria Cristina Castel-Branco Alarcão Júdice (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal José Júlio Cordeiro dos Reis Silva. -----

----- Ana Margarida de Carvalho (PCP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal João Carlos Pereira.-----

----- Isabel Pires (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Bruno Moraes Cabral.-----

----- José Inácio Faria (MPT), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Mário Nelson Morais Freitas.-----

----- Helena Roseta (IND), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal António Avelãs.-----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Vice-Presidente Duarte Cordeiro e pelos Senhores Vereadores: João Paulo Saraiva, Manuel Grilo, José Sá Fernandes e Rui Franco.-----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: Maria da Conceição Zagalo, João Pedro de Abreu Costa, Nuno Correia da Silva, Nuno Rocha Correia e Orísia Roque.-----

----- Às quinze horas e quinze minutos, constatada a existência de quórum, **O Senhor Presidente da Assembleia em exercício**, declarou aberta a reunião.-----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa tarde Senhores Deputados, já temos então quórum, pedia que ocupassem os vossos lugares, vamos dar início aos nossos Trabalhos no Período de Intervenção aberto ao Público. Chamo para usar da palavra a nossa primeira Munícipe inscrita, a Senhora Dona Vigília █████ Lopes, vem-nos falar da requalificação do Miradouro de Santa Catarina e vem-nos entregar uma petição.”-----

----- **A Munícipe, Senhora Vigília █████ Lopes**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde, vou começar a minha intervenção por dizer que já estive cá anteriormente, defendendo em nome dos moradores, defendemos o fecho do Miradouro à noite, de forma a que as pessoas possam descansar e que não hajam os problemas que hoje há e que consideramos que aquilo é um ponto negro da Cidade e da Freguesia.-----

----- Eu vou ler aqui a primeira folha porque no fundo sintetiza aquilo que os moradores assinaram. Nós não tivemos muito tempo, foram para aí três semanas e temos 444 assinaturas dos moradores que estão à volta do Miradouro e, portanto, são aqueles moradores que sentem mais os inconvenientes daquilo estar cheio de gente alcoólica e drogada à noite.-----

----- Portanto, os cidadãos abaixo-assinados, moradores e comerciantes da Freguesia da Misericórdia, bem como a Associação de Moradores da Freguesia da Misericórdia, de Santa Catarina, a Voz do Bairro vêm com base no Artigo 263º n.º 1 da Constituição da República Portuguesa, Lei n.º 83/95 de 31-08, do Artigo n.º 1º e 12º; Lei n.º 13/2012 De 19-02, Artigo 4º. N.º 1 alínea e); Lei n.º 15/2012 de 22-02 e demais legislação adicional, vendo que a sua qualidade de vida e património cultural estão ameaçados, solicitam medidas que promovam a compatibilidade das componentes sociais, habitacionais e do comércio envolvente, que deverão incluir em um gradeamento e horários de funcionamento no Miradouro de Santa Catarina, os quais levam em consideração os seguintes pontos:-----

----- *Ponto 1 – Determinados em erradicar os abusos no mencionado Miradouro de Santa Catarina, designadamente o tráfico de droga e consumo de bebidas alcoólicas de forma excessiva, que estão em grande parte na origem de muitos descatos e determinismos psicológicos negativos.* -----

----- *Sendo aquele local um dos ex-libris da Cidade, visitado por inúmeros turistas é de lamentar a imagem indecorosa e distorcida que levam da nossa Urbe, sendo muitas vezes agredidos e incomodados com os insultos e vozearias.* -----

----- *Os moradores querem voltar a frequentar o Miradouro e levar as crianças a disfrutá-lo, o que neste momento não consideram ser possível devido ao clima existente e ainda aos diversos assaltos e agressões cometidos naquela zona.* -----

----- *Preocupados em não terem um ambiente e qualidade de vida necessários, sadio e ecologicamente equilibrado e tendo em atenção o dever de proteger e defender a zona histórica do ruído e lixo acumulado na via pública, enorme quantidade de garrafas espalhadas.* -----

----- *Desejosos que este “status quo” acabe, dado que violam também o direito ao repouso e de segurança pessoal constante no Artigo 24º. nº 3º da Declaração dos Direitos Humanos, de 10-12-1948, estando a ser confrontados com argumentos que partem de premissas e pressupostos que não correspondem à realidade social, dependentes de um discernimento social baseado na reflexão e ponderação, que permitem um entendimento de elementos exógenos, isto é, não residentes.* -----

----- *Resolvidos a consolidarem esta ideia, vai ser realizado um abaixo-assinado, ainda a harmonia e compreensão social da qual somos apologistas...”* -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Dona Vigília, eu peço imensa desculpa mas o seu tempo já terminou, nós temos dado aqui alguma tolerância, peço desculpa, mas se poder concluir agradeço.” -----

----- **A Munição, Senhora Vigília [REDACTED] Lopes,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Terminamos só com a frase do Miguel Torga, se não se importa, “Mesmo póstuma, adiada para o dia do juízo, a verdade sabe bem”.” -----

----- (A Munição Vigília Lopes Entregou uma Petição que fica integrada nesta Ata, como **Anexo I** e dela faz parte integrante) -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado pela sua intervenção. Vai agora usar da palavra a segunda Munição inscrita, Senhora Dona Catarina [REDACTED] Teixeira, que também nos vem falar de requalificação do Adamastor.” -----

----- **A Munição, Senhora Catarina [REDACTED] Teixeira,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Então boa tarde à Mesa e a todos os presentes, Senhoras e Senhores.-----

----- Já foi falado aqui no Adamastor e eu queria só dar mais uma achega em relação ao Adamastor, uma vez que somos todos, os lisboetas e não só, prejudicados.-----

----- Quería dizer ■■■ da Freguesia da Misericórdia ■■■ . Com ■■■ à causa do levantamento, sobretudo em todos os moradores da comunidade. Ouvi muitas queixas, mas na esperança de que tudo seria resolvido.-----

-----O abaixo-assinado do Adamastor é mais do que uma realidade de toda a cidade, que é Lisboa, que é muito bonita, mas tem muita coisa, tem por exemplo a droga, que chega a render a cada traficante 700 e 800 mil euros por dia.-----

----- Temos também nas mudanças, temos assaltos, temos tudo de “bom”, temos assaltos, sexo, tareia nos “cotas”, que são as pessoas idosas, medo! É uma vergonha! Falta policiamento diariamente! -----

----- As pessoas estão indignadas e eles dizem que dali não vai sair nada, que o que vai acontecer é tudo para o hotel que aí existe!-----

----- Senhores e Senhoras que estão presentes e que fazem parte do pelouro da Câmara Municipal, não me deixem ficar em vergonha porque eu insisti com todos os moradores que tudo isto iria mudar! Levará o seu tempo, mas chegaremos a ter um Adamastor para todos, com fecho e com salubridade, com segurança e com tudo o que faz falta naquele Adamastor, para todos e não só, e para os estrangeiros, sendo aquilo um lugar que vem no roteiro histórico. -----

----- Agradeço, e todos me perguntam quando é que as obras vão começar e quando é que a petição existe para eles poderem ter confiança, porque estão todos incrédulos! -----

----- Eu agradeço que todos colaborem da Câmara Municipal, nestas nossas deficiências que temos e em toda a cidade, começando pelo lixo, pelas casas e pelos próprios jardins. -----

----- Agradeço a vossa atenção e muito obrigado por tudo.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Dona Catarina (...) Teixeira pela sua intervenção. -----

----- Chamava para usar da palavra o nosso terceiro munícipe inscrito, o Senhor Ismael ■■■ Marques, vem-nos falar das Lojas com História.” -----

----- **O Município, Senhor Ismael ■■■ Marques**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde, queria cumprimentar a Senhora Presidente da Assembleia Municipal e todos os seus elementos componentes e o Público em geral. -----

----- Chamo-me Ismael Marques, estou em representação da Sapataria Berna, sapataria Berna com uma história e um prestígio que são reconhecidos, que foi eleita num documento, via e-mail, que o Gabinete de Lojas com História nos enviou a 8 de junho, foi distinguida, dizia eu, como Loja com História. Esse documento dizia que “Em face da Lei 42 de 2017, de 14 de junho, por essa razão, e por segurança jurídica, foram distinguidas apenas as entidades que preenchessem todos os critérios incluídos no Regulamento”. -----

----- Assim sendo, felicitam-nos pela distinção “A Loja Com História”. Desse modo, estamos aqui a pedir o quê? Que seja feita justiça, consagrando essa indicação e não cedendo, como era vulgar e pode depreender-se daquilo que veio a ser o resultado seguinte, não cedendo, dizia eu, à força da especulação imobiliária que tudo pretende

*arrasar! Os valores devem ser defendidos! O princípio da proteção e defesa do comércio tradicional, que é diferente, como é o nosso, que tem 59 anos de história e que faz coisas tão diferentes que nenhuma outra sapataria hoje, na cidade de Lisboa faz, deve ser protegido! É esse o princípio da criação da figura de Lojas com História!*

*----- Espero que esta Assembleia desempenhe o seu papel, fazendo cumprir aquilo que nos foi anunciado e que não deve, não pode ser revertido pela intervenção do proprietário em audiência pública, caluniando-nos, desvalorizando-nos, com falsos argumentos, desmontados pela realidade, mas ainda assim conseguindo os intentos de fazer com que nos informassem em seguida, através do Grupo de Trabalho que deixávamos de ter a condição de distinguidos “ A Loja Com História ”! -----*

*----- Isto é inacreditável, não pode acontecer e eu espero que a Lei seja cumprida, se preenchemos todos os critérios, porque houve intervenção do proprietário do imóvel onde estamos inseridos? Não pode ser essa uma condição para deixarmos de ser distinguidos e deixarmos de ter as valências que nos foram reconhecidas! -----*

*----- É grande a indignação e eu peço que esta Assembleia medite sobre esta matéria.” -----*

*----- (o Município Ismael Marques entregou documentação que fica integrada nesta Ata, como **Anexo II** e dela faz parte integrante) -----*

*----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----*

*----- “Muito obrigado Senhor Ismael Marques, pela sua intervenção, já esgotou o seu tempo. Nós tomámos boa nota das indicações que nos deu, muito obrigado, pode naturalmente deixar aqui com a Senhora Primeira Secretária alguma documentação que tenha. -----*

*----- Eu aproveito entretanto para chamar, desde já, o nosso quarto município inscrito, o Senhor José ■■■ Marin, para nos falar de habitação.” -----*

*----- **O Município, Senhor José ■■■ Marin**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----*

*----- “Muito boa tarde Senhor Presidente, estimada Assembleia, quero saudar o público presente. -----*

*----- Vão passar aí uns vídeos, são os vídeos possíveis depois daquilo que aconteceu no domingo, que eu não consegui fazer melhor. -----*

*----- Após os acontecimentos que aqui descrevi na passada semana, recebi na sexta-feira, 28 de outubro, um telefonema da Polícia Municipal, referindo que na véspera se haviam deslocado a confirmar o veredito da UIT. -----*

*----- Agora tudo estava finalmente em segurança, pois haviam removido a parte podre e tudo estava devidamente escorado, nada eu devendo temer, podia fazer a minha vida normal na cozinha. -----*

*----- Mas no domingo, dia 28, a cozinha caiu parcialmente no canto. ■■■ . -----*

*----- Ontem, remendaram o chão com umas portas dos lava-louças, que datam de 1969. Vou abreviar. -----*

*----- Como resultado, há mais de uma semana, que ■■■ de nada. -----*

----- *Quem me vai ressarcir do dinheiro despendido em refeições fora de casa, e do comer que tive de deitar fora?* -----

----- *A vistoria determinava em dezembro de 2014, que eu devia sair enquanto removiam soalho da sala a tardoz e cozinha.* -----

----- *Mesmo à luz do NRAU, a senhoria original não tinha condições ■ noutro local, regressando eu após a reconstrução.* -----

----- *Na altura ■ e Câmara Municipal de Lisboa teve uma conduta criminosa.* -----

----- *Premiando a prevaricadora e os biltres da Remax Pedro e Helena, deixando fazer um negócio da China com uma empresa manhosa, MBCEF, criminosamente abandonou o prédio a ocupações selvagens. Dando-se ao luxo de abrir as portas e janelas para acentuar as suas benfeitorias.* -----

----- *Fruto da minha Petição, a Câmara Municipal de Lisboa, em maio, determinou obras intimadas à Desejo Alcançado, Lda, ■ virtual.* -----

----- *Há um ano uma técnica da UIT deslocou-se lá ao edifício a dizer que ia ser efetuada nova vistoria. A vistoria não foi efetuada.* -----

----- *Apelo à Assembleia Municipal, a Assembleia deve pressionar a Câmara tomando posição acerca desta penosa situação que se arrasta desde 2013 a 2014, ■ da Câmara Municipal, que me trata com os pés. Já nem falando ■ décadas a fio.* -----

----- *A Câmara Municipal de Lisboa permitiu e permite toda a quantidade de tropelias, ajoelhando-se perante os mesquinhos interesses de quem nem sequer respeita a Lei Cristas, e nem a determinação do governo António Costa, que determinou competir ao Presidente e à Polícia Municipal proteger as pessoas perante estas situações.* -----

----- *Como diria Remédios: “Não habia nexexidade”.* -----

----- *Vocês são responsáveis. Salgado e a UIT têm tido uma conduta criminosa, e perante isso eu não encontro outro qualificativo que não seja, são os lacaios da mafia dos despejos no mínimo são trintanários”.* -----

----- *(O Município José ■ Marin, deixou uns vídeos que se encontram arquivados nos Serviços da Assembleia Municipal de Lisboa.)* -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Laje** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Muito obrigado excedeu o seu tempo mas, naturalmente, nós deixámo-lo terminar, percebemos a situação difícil em que está. Chamamos para usar da palavra a nossa quinta município inscrita, a Senhora Ana ■ Henriques que nos vem falar de habitação”* -----

----- **A Município, Senhora Ana ■ Henriques,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Muito boa tarde.* -----

----- *Eu vim aqui falar por causa de uma habitação. Vinha pedir se possível que me ajudassem ■.* -----

----- *Tenho ■.* -----

----- Para piorar a minha situação houve uma confusão com o filho da minha senhoria e com um tio meu, e ela não me vai renovar o contrato e deu-me três meses para eu sair. -----

----- Fui pedir ajuda à assistente social, piorei, porque ela foi ver ■■■ A minha situação piorou desde que eu lhe fui pedir ajuda. -----

----- Eu vinha aqui não exigir, mas pedir que se possível que me ajudassem com uma habitação, para poder dar ■■■ . Para ■■■ um sítio ■■■ integrarmos uns com os outros, porque está a ser muito complicado. -----

----- Tentei arranjar outra casa mas não dá. As rendas são muito caras, e ■■■ . O mínimo que consegui foi uma casa de quatrocentos e cinquenta euros, ■■■ estou nessa casa pequena a pagar duzentos e cinquenta euros e já ■■■ -----

----- Vinha aqui se possível pedir ajuda, porque sei de gente que arromba, que fica e que consegue. Eu não quero exercer desse poder que eu não tenho direito. Eu quero ir pela legalidade, sei que há pessoas que mandam, que podem e é a essas pessoas que eu venho pedir ajuda. -----

----- Muito obrigado pela atenção.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Laje** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado pela sua intervenção Senhora Dona Ana ■■■ Henriques. -----

----- Senhores Deputados, nós temos mais três inscrições que chegaram, que nós inscrevemos como suplentes. A Mesa entendeu que, certamente, o Plenário não se oporia a que nós ouvíssemos como é habitual. E portanto, eu chamaria para usar da palavra o Senhor Marco ■■■ Reis e a Senhora Dona Maria ■■■ Pereira, que vêm falar da habitação também, faz favor.” -----

----- **O Município, Senhor Marco ■■■ Reis**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde. -----

----- Vinha apelar por causa de uma ação de despejo. ■■■ . De um momento para o outro, o senhorio desde o dia 8 de maio começou-nos a infernizar a vida, tapou-nos o saneamento, cortou-nos a água, desligou-nos a luz, e agora lacrou-nos a porta do prédio onde nós não temos acesso às nossas coisas que estão lá dentro. -----

----- Inscrevi-me numa casa da Câmara, disseram-me que eu não tinha direito. Estou à espera de um concurso da GEBALIS, preciso de ajuda neste momento. -----

----- Somos ■■■ e pedia todo o apelo e toda a ajuda que me pudessem dar. -----

----- Neste momento estamos numa situação, fomos tratados, desde de maio até agora, tratados ■■■ pelo senhorio, que já me chegou a agredir, ameaçou-me ■■■ . ----

----- Estamos numa situação um bocado, muito complicada, muito complicada. -----

----- Neste momento ■■■ a quem eu quero agradecer, porque nos tem ajudado, dentro dos seus possíveis, mas não chega mesmo. -----

----- Vinha aqui pedir aqui a esta Assembleia que nos ajudasse numa habitação. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Laje** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----



----- “Muito obrigado Senhor Marco [REDACTED] Reis.-----  
----- Chamava também para usar da palavra a Senhora Dona Carla Carvalho e o Senhor Tiago Tavares, que também nos vêm falar de habitação.”-----  
----- **A Muniçipe, Senhora Carla Carvalho,** no uso da palavra fez a seguinte Intervenção:-----  
----- “Muita boa tarde.-----  
----- *Eu venho falar do despejo [REDACTED], que querem fazer.-----  
----- [REDACTED] uns três ou quatro meses e voltou para o fogo.-----  
----- Desde 2013 que o processo se arrasta. Dizem que não tenho direito de ficar na casa.-----  
----- Entretanto, [REDACTED] porque querem-me fazer o despejo da casa.-----  
----- Isto já se alonga há um tempo, vai da GEBALIS para a Câmara Municipal e da Câmara Municipal para a GEBALIS e vice-versa.-----  
----- Desde do dia dezanove deste mês que recebi o despacho da GEBALIS a dizer que foi para a Câmara.-----  
----- Eu, há coisa de duas semanas, fui lá, disseram-me que “o processo está na GEBALIS, é na GEBALIS que está e é a GEBALIS que tem que resolver”.-----  
----- O despejo está iminente [REDACTED]-----  
----- A [REDACTED] na sociedade [REDACTED] tudo correto. E não compreendo, já me pediram as provas todas, já levei tudo, não compreendo o porquê de me querem fazer o despejo.--  
----- Pode ser por causa da tipologia da casa ser um T3, eu não me importo até de morar num T0, mas desde que tenha uma casa [REDACTED].-----  
----- Muito obrigada a todos.”-----  
----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----  
----- “Muito obrigado, Senhora Carla Carvalho.-----  
----- Por fim, Senhora Isolda [REDACTED] Rodrigues e Senhora Caterine Morisseau, para nos entregar a Petição sobre “Não à descaraterização do Bairro de Alfama, São Vicente.”--  
----- Senhores Deputados enquanto aguardamos a chegada destes últimos munícipes, para usarem da palavra, eu queria agradecer a todos os munícipes que se dirigiram a nós até agora, agradecer as intervenções que fizeram, os documentos que deixaram com a Mesa.-----  
----- Dar nota e agradecer as Petições e, também, esta Petição que vai ser agora entregue e, agradecer a exposições das situações e a exposição que fizeram das suas vidas dramáticas.-----  
----- A Câmara, certamente, tomou boa nota de tudo o que foi aqui dito e, nenhum de nós independentemente da sua filiação, nenhum de nós enquanto cidadão, ficou alheio às situações dramáticas que foram aqui exposta e, portanto estaremos todos, certamente, muito atentos aquilo que vai ser o desenrolar destas situações.-----  
----- Portanto, assegurar a todos os munícipes que a Assembleia Municipal fará todos os esforços, para que estas situações se possam resolver o quanto antes e certamente, que a Câmara também o fará.-----  
----- Faz favor, minha Senhora.”-----*

----- **A Muniçipe, Senhora Catherine Morriseau** no uso da palavra fez a seguinte Intervenção:-----

----- “Boa tarde, chamo-me Catherine Morriseau ■■■ e, venho aqui apresentar uma Petição, em nome dos milhares dos lisboetas e falar do que se trata na Petição, ou seja, a descaraterização do Bairro de Alfama e São Vicente de Fora.-----

----- Nós vimos apresentar uma Petição presencial, contra as novas edificações do Projeto Santa Clara, na Rua do Paraíso.-----

----- Venho representar os moradores de Alfama, do bairro, dos lisboetas porque nós não queremos que sejam construídos prédios novos, altos que vão descaraterizar completamente a Rua do Paraíso.-----

----- A Rua do Paraíso é a rua que dá acesso à emblemática feira da ladra e, que é frequentada por milhares de pessoas, nos dias de feira.-----

----- Este projeto, não vai só descaraterizar a Rua do Paraíso, como o bairro envolvente, que é o bairro histórico de Alfama e São Vicente, cuja autenticidade deve ser preservada.-----

----- As novas edificações previstas nos Projetos 783/EDI/2017 e 2012/EDI/2017 seriam implementadas no antigo lote do estacionamento do extinto Hospital da Marinha.-----

----- Este projeto viola as obrigações do PDM, que indica a importância do edifício, enquanto integrante no tecido urbano, que compõe os alçados da Rua do Paraíso, um arruamento cuja integridade e imagem se pretende preservar, o conjunto arquitetónico da Rua do Paraíso, do número dezoito ao número cento e doze, e do número um ao número cinquenta e nove, referência 51.25.-----

----- Além disto, ao contrário do exposto na memória descritiva, a vista desde o Panteão será largamente afetada, assim como a vista desde a zona ribeirinha.-----

----- Acresce que, dado ao número de habitação que este projeto prevê, o aumento de tráfego que será gerado, tornará ainda mais caótica a circulação numa zona que, já em si, é difícil.-----

----- Em último lugar e não menos importante, os moradores da Rua do Paraíso, vão perder completamente a exposição solar e a vista do rio que gozam atualmente, acrescido pelo aumento de poluição sonora e atmosférica.-----

----- Neste projeto apresentado pelo arquiteto, não apresenta vistas simuladas das fachadas que seriam obrigatórias, para as pessoas terem uma ideia do projeto, por isso só apresentaram uma visão vista do céu.-----

----- Por isso, as pessoas não souberam do projeto a tempo, não deu para contestar, porque as pessoas nem sequer tinham uma ideia das fachadas e que ia ser uma violação das regras de arquitetura, da zona de Alfama.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage,** no uso da palavra fez a referiu o seguinte:-----

----- “Peço-lhe que conclua.”-----

----- **A Muniçipe, Senhora Catherine Morriseau** no uso da palavra fez a seguinte Intervenção:-----

----- *Este projeto pela sua dimensão deveria ter sido discutido na Assembleia Municipal, ele foi? Se não foi, queremos saber porquê?* -----

----- *Para acabar, a Câmara Municipal de Lisboa tem o dever e obrigação de respeitar os pressupostos que ela própria definiu no PDM, a respeito arquitetónico, não é?*-----

----- *É a indignação dos Lisboetas, nós em menos de um dia conseguimos recolher certa de duzentas assinaturas presenciais.*-----

----- *O Bairro de Alfama já começa a saber do projeto e fica revoltado.*-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage,** no uso da palavra fez a referiu o seguinte:-----

----- *“Senhora Catherine peço desculpa têm mesmo que terminar.”*-----

----- **A Múncipe, Senhora Catherine Morriseau** no uso da palavra fez a seguinte Intervenção:-----

----- *“A Câmara Municipal tem obrigação de permitir aos cidadãos de conhecer, a tempo, os projetos para os contestar, por isso deve de impedir que seja feito mais um crime arquitetónico numa zona histórica e emblemática de Lisboa.*-----

----- *A indignação dos habitantes de Alfama e de Lisboa está mesmo a rebentar.*-----

----- *A Câmara Municipal vai ter de dar conta, porque este projeto poder ser muito polémico e muito contestado pelos Lisboetas.*-----

----- *Muito obrigada.*-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- *“Muito obrigado.*-----

----- *Terá dez minutos para a apresentar a sua petição quando ela for aqui discutida, posteriormente, depois de ser analisada em sede de comissão, voltará a Assembleia com o Parecer que essa comissão vier a elaborar e, portanto terá nessa altura dez minutos para puder apresentar de novo toda a Petição e com tempo e, não subordinada aos três minutos.*-----

----- *Senhores Deputados, terminamos assim o período de intervenção do público e antes de passarmos aos dois votos de pesar que deram entrada e que foram atempadamente distribuídos, a Mesa recebeu um pedido de palavra por parte da Senhora Deputada Municipal Ana Gaspar ao abrigo do nº 2, do artigo 51º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, pelo que chamo a Senhora Deputada Municipal Ana Gaspar para usar da palavra.”*-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Gaspar (IND)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- *“Darcy Ribeiro que nos deixou, como sabem, em 1997, direi: *Pus-me ao lado dos índios, derrotaram-me. Pus-me ao lado dos negros, derrotaram-me. Pus-me ao lado dos camponeses, derrotaram-me. Pus-me ao lado dos operários, derrotaram-me. Mas nunca me pus ao lado dos que me venceram. Esta é a minha vitória. Por esse mundo fora que todos nós, tenho a certeza, almejamos.*-----*

----- *Obrigada.*-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage,** no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada.-----

----- Senhores Deputados vamos passar à leitura dos votos de pesar que deram entrada, e dava a palavra à Senhora Segunda Secretária para proceder à leitura do Voto de Pesar nº 040/01, apresentado pelo Grupo Municipal do CDS-PP, pelo falecimento de José Sarmento Matos.-----

----- Este voto também foi subscrito pelas bancadas do MPT e do PPM.”-----

----- **VOTO Nº 040/01 – “VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE JOSÉ SARMENTO MATOS”**-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho** no uso da palavra procedeu à leitura do voto de pesar assinalado:-----

----- “*José Sarmento de Matos, olisipógrafo por excelência da cidade de Lisboa, morreu este Domingo – 28 de Outubro de 2018 – aos 72 anos.-----*

----- *Formado em História de Arte, e especialista na arquitetura civil de Lisboa, assumia-se preferencialmente como olisipógrafo e conhecia, como poucos, a história da cidade, dos seus edifícios e das pessoas.-----*

----- *Iniciou os estudos superiores em Direito mas acabou por se formar em História na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa especializando-se, posteriormente em História de Arte.-----*

----- *Autor de uma vastíssima obra, em grande parte inédita, sobre os edifícios da cidade, destacam-se alguns títulos dados à estampa como «Uma Casa na Lapa», «A Invenção de Lisboa», «O Caminho do Oriente», «Sons de Lisboa» ou o mais recente «Um Sítio na Baixa: a Sede do Banco de Portugal» (com Jorge Ferreira Paulo) e participações em obras coletivas como o «Palácio Portugal da Gama / São Roque» tendo sido também colaborador do Expresso, Semanário e O Independente. Foi o coordenador-geral dos primeiros 13 números da revista Oceanos, da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.-----*

----- *José Sarmento de Matos fica, para sempre, ligado a um dos momentos mais significativos da história recente da cidade de Lisboa, a Expo 98, tendo participado ativamente desde o início nesta exposição mundial, juntamente com António Mega Ferreira e Vasco Graça Moura. Através desta participação ficou ligado à toponímia tendo dado o nome às 199 ruas do Parque das Nações, quase todos associados ao mar e a heróis literários e de BD.-----*

----- *Trabalhou na Direção-Geral dos Assuntos Culturais/Direção-Geral do Património Cultural, na classificação de imóveis, abriu uma galeria de arte e colaborou com diversos ateliês de arquitetura, na área da reabilitação de edifícios antigos.-----*

----- *Em Maio do ano passado deu uma entrevista de vida ao Expresso onde falou do ar, da cor, da luz, do cosmopolitismo da cidade a que devotou toda a sua vida.-----*

----- *No passado dia 23 de Outubro foi-lhe atribuída a Medalha Municipal de Mérito Cultural, da cidade de Lisboa.-----*

----- Assim, a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida a 30 de Outubro de 2018, delibera:-----

----- 1. Prestar homenagem a José Sarmento de Matos, guardando um minuto de silêncio em sua memória e endereçando à sua família as mais sentidas condolências; -

----- 2. Propor à Câmara Municipal de Lisboa a atribuição toponímica a José Sarmento de Matos. -----

----- O Grupo Municipal do CDS-PP, Diogo Moura.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage,** no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Muito obrigada Senhora Segunda Secretária. -----

----- Este voto foi também subscrito pela bancada do PSD. -----

----- Dava a palavra à Senhora Primeira Secretária para proceder à leitura do Voto de Pesar nº 040/02, subscrito pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal, pela bancada do PS e, também, já subscrito pela bancada do PSD, pelo falecimento do Olisipógrafo José Sarmento de Matos.” -----

----- **VOTO Nº 040/02 – “VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE JOSÉ SARMENTO MATOS”** -----

----- **A Senhora Primeira Secretária da Assembleia Municipal, Patrocínia Vale César** no uso da palavra procedeu à leitura do voto de pesar assinalado:-----

----- “Faleceu no passado dia 28 de outubro em Lisboa o olisipógrafo e historiador de Arte José Sarmento de Matos com 72 anos de idade vítima de doença prolongada. -

----- Nascido a 8 de junho de 1946, em Lisboa, perto do Bairro Alto, frequentou o curso de Direito, onde foi colega de Marcelo Rebelo de Sousa e Leonor Beza, acabando por se inscrever em História na Faculdade de Letras. -----

----- Passou mais que uma década pela Direcção-Geral dos Assuntos Culturais/Direcção-Geral do Património Cultural, decidindo, posteriormente fazer uma especialização em História de Arte com José Augusto França. -----

----- Colaborou com os jornais “Expresso” e “O Independente”, tendo sido coordenador editorial da prestigiada revista Oceanos, da Comissão para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Neste âmbito, estaria envolvido, juntamente com o seu amigo António Mega Ferreira, na complexa idealização e conceção da Expo-98, realizando estudos aprofundados sobre a zona oriental de Lisboa que viriam a ser publicados no Guia Histórico I “Caminho do Oriente” (1999). -----

----- Alguns anos mais tarde voltaria a debruçar-se sobre esta zona da cidade publicando em 2003 a “Casa Nobre do Braço de Prata”. No plano da toponímia, são de José Sarmento de Matos os nomes das ruas do Parque das Nações.-----

----- Nas suas obras de referência, destaca-se a obra inacabada “A invenção de Lisboa”, com dois volumes publicados nos anos de 2008 e 2009. Esta sua importante obra propõe uma visão de conjunto da história da cidade, onde a par da erudição da olisipografia clássica, integra o perfil de historiador da arquitetura e do urbanismo, vertentes consubstanciadas numa fundamentada leitura analítica da cidade baseada numa sólida pesquisa documental. -----

----- Mais recentemente publicou “Um Sítio na Baixa: A Sede do Banco de Portugal” (com Jorge Ferreira Paulo), sobre o local onde se instalou o Museu do Dinheiro, assim como a obra coletiva “Palácio Portugal da Gama /São Roque”, volume que inaugurou a coleção Património da Misericórdia de Lisboa. -----

----- A sinopse que anima o espírito da sua “Invenção de Lisboa” deixa bem patente a inteligência e a sensibilidade de Sarmento de Matos no entendimento integrado da diversidade de leituras que a cidade nos oferece, afinal uma cidade feita de gentes, lugares e paisagens, tão diversas quanto as suas múltiplas narrativas históricas e imaginárias ao longo da sua existência milenar: -----

----- “Se o homem é ele mais as suas circunstâncias, a cidade é ela mais as suas interpretações. Cada lisboeta, ou mesmo um estrangeiro, tem a sua ideia de Lisboa, vista de dentro ou percebida com a distância de quem vem de fora.”-----

----- Assim, a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida a 30 de outubro de 2018, delibera:-----

----- 1- Manifestar o seu profundo pesar pela morte de José Sarmento de Matos, guardando um minuto de silêncio em sua memória e homenagem. -----

----- 2 – Apresentar à família as mais sentidas condolências. -----

----- A Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Helena Roseta. -----

----- Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, José Leitão.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhora Primeira Secretária. -----

----- Durante a leitura deste voto o Senhor Deputado Municipal Independente Rui Costa também o subscreveu. -----

----- Não tenho nenhum pedido para votação dos pontos, constantes destes votos, serem feitos em separado, pelo que iremos proceder à votação de ambos, em separado, obviamente.-----

----- O **Voto nº 040/01** apresentado pelo Grupo Municipal do CDS-PP, subscrito pelo MPT, PPM e PSD, pelo falecimento de José Sarmento de Matos. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, 9 IND. O **Voto nº 040/01** foi **aprovado por unanimidade.** -----

----- Vamos passar à votação do **Voto nº 040/02** subscrito pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal, pelo PS e, entretanto, subscrito pelo PSD e pelo Senhor Deputado Independente Rui Costa. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, 9 IND. O **Voto nº 040/02** foi **aprovado por unanimidade.** -----

----- Vamos proceder, então, a um minuto de silêncio, Senhores Deputados.”-----

----- (E, neste momento, fez-se um minuto de silêncio)-----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

----- **1 – APROVAÇÃO DA ATA N.º 26, DE 19.06.2018;**-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage,** no uso da palavra, continuou:-----

----- “Vamos então entrar no nosso Período da Ordem de Dia com a aprovação da Ata nº 26, de 19 de junho, ata essa que foi distribuída. Não sei se há alguma intervenção sobre a mesma! Não registamos nenhum pedido de palavra, pelo que estamos em condições de votar a **Ata nº 26**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, 9 IND. A **Ata nº 26** foi **aprovada por unanimidade**.-----

---- De forma a dar cumprimento ao disposto no DL. n.º 4/2015, de 07 de Janeiro, que aprova o novo Código de Procedimento Administrativo, mais precisamente no n.º 3 do seu artigo 34.º, não participaram na votação da Ata 26, os Senhores Deputados Municipais que abaixo se referenciam, em virtude de não terem estado presentes na reunião a que a mesma respeita. -----

----- Ata n.º 26 Sessão Extraordinária, realizada em dezanove de junho de dois mil e dezoito, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: André Couto (PS), Jorge Marques (PS), José António Borges (PS), José Moreno (PS), Patrocínia César (PS), Henrique Sá Melo (PS), Margarida Afonso (PS), Maria João Correia (PS), Vasco Morgado (PSD), Gabriel Fernandes (CDS-PP), José Júlio Silva (CDS-PP), Fábio Sousa (PCP), João Carlos Sousa Pereira (PCP), Rita Calvário (BE), Ricardo Moreira (BE) e Bruno Moraes Cabral (BE).-----

----- **2 -APRECIACÃO DA PETIÇÃO 10/2018 - "MAIS ESTACIONAMENTO EM BENFICA", NOS TERMOS DA PETIÇÃO E AO ABRIGO DO ARTIGO 85º DO REGIMENTO; 1,5 X GRELHA BASE: 51 MINUTOS, A QUE ACRESCEM 10 MINUTOS PARA OS PRIMEIROS SUBSCRITORES;**-----

----- (A **Petição nº 10/2018** fica anexada à presente Ata, como **Anexo III** e dela faz parte integrante).-----

----- (O **Parecer da 8ª Comissão Permanente** fica anexado à presente Ata, como **Anexo IV** e dela faz parte integrante) -----

----- (A **Recomendação nº 040/04** fica anexada à presente Ata, como **Anexo V** e dela faz parte integrante).-----

----- (Os *PowerPoint's* entregues pelos subscritores encontram-se arquivados nos serviços da Assembleia Municipal de Lisboa) -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos iniciar o ponto nº 2 da ordem de trabalhos para apreciação da Petição nº 10/2018, “Mais Estacionamento em Benfica”.-----

----- Nesse sentido, chamo para usar da palavra a Senhora D. Maria João Ramos, o Senhor José Antunes e o Senhor Luís Braga.-----

----- Esta petição vem subscrita por trezentos e dezanove munícipes.-----

----- Têm dez minutos para fazer esta intervenção.”-----

----- **O Senhor José Antunes** na qualidade de representante dos peticionários, e no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde.-----

----- Dizer que o texto desta petição é hoje tão mais pertinente do que quando foi escrito.-----

----- Na maior parte da freguesia é muito difícil encontrar lugar de estacionamento à noite, e a área útil de estacionamento continua a diminuir, desta vez, devido à construção de ilhas ecológicas que poderiam ter utilizações alternativas que não resultassem no desaparecimento de mais lugares. Mais uma vez se deu prova de obras feitas sem consultar, ou considerar a opinião de quem mora na zona. -----

----- A pertinência de mencionar EMEL é, também hoje, ainda mais clara dada a chantagem que está a ser exercida sobre os fregueses do Benfica em virtude do estacionamento tarifado nas freguesias vizinhas que, naturalmente, gera uma maior pressão sobre o estacionamento disponível, uma vez que, o mesmo, é gratuito e, assim, deverá continuar a ser. Ao mesmo tempo, entende que a concessão de áreas à EMEL não deveria ser uma decisão unicamente da freguesia visada, pois, obviamente, estas decisões têm impactos que se estendem para além do seu limite geográfico. -----

----- De salientar, ainda, o facto de aparentemente a comissão que analisou esta petição ter aproveitado a menção de algumas ruas dadas como exemplo do problema exposto para de repente, o problema de estacionamento se passar a restringir apenas a essas ruas quando na realidade, é uma questão que se estende à quase totalidade da freguesia. -----

----- Deixo, também, nota sobre a falta de rigor do relatório que expôs as nossas observações à comissão que dá destaque a detalhes acessórios que foram mencionados e exclui pontos de argumentação vitais, chegando ao ponto de dizer que apenas o Senhor Luís Braga respondeu às perguntas de membros da Comissão quando, na verdade, nós os três que aqui estamos, tomámos a palavra para prestar os esclarecimentos solicitados. É só.” -----

----- **A Senhora Maria João Ramos** na qualidade de representante dos peticionários, e no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa tarde.-----

----- Como o meu colega já falou, é sobre mais estacionamento em Benfica e com a EMEL, assim, não há solução. -----

----- Eu vou apresentar-vos à noite Benfica, como na última Assembleia disseram que seria mais fácil termos lugar à noite. Não. As pessoas que vocês vão ver os carros, não são pessoas de fora mas sim, residentes. -----

----- Não sei se conseguem perceber. Isto foi já a medida que Inês Drummond, a nossa Presidente da Junta de Freguesia de Benfica, já com mais estacionamento. Acham que está melhor depois da intervenção? -----

----- Veja-se o problema, foi selecionada, e isto é à noite, não são pessoas de fora, mas sim os moradores, como já indiquei. -----

----- Acham que estas obras foram bem pensadas? -----

----- Aqui temos uma rua, que é a Rua Rafael Duque, e não sei se a maior parte conhece Benfica. -----

----- Este passeio tem mais de nove metros e tem mais de onze metros. Podia-se fazer estacionamento e não afetava a zona pedonal. -----

----- Em termos de pilaretes foram repostos há pouco tempo, e já estão cheios de ferrugem, acho que deviam ter levado um tratamento melhor. -----



----- Sobre a segurança das pessoas, aqui as avenidas sofreram obras de remodelação, estão mais bonitas, sim senhor e, agradeço. Mas a preocupação deixou a vida complicada aos bombeiros em caso algum incêndio. Os inúmeros pilaretes colocados em frente a prédios, impossibilita uma rápida intervenção dos bombeiros em caso de incêndio. Para o Presidente da Liga de Bombeiros Portugueses, Jaime Marta Soares, há situações que podem retardar e criar dificuldades. No geral, Jaime Marta Soares defende que qualquer cidade que possa ser afetada por obras, tem de ser vista de vários pontos de vista, e um deles tem a ver um corredor de socorro. -----

----- Resumindo, para evitar os carros metem em causa a segurança das pessoas e eu tenho dois casos que aconteceram na minha rua. Um deles faleceu um senhor à minha porta e, nem em bombeiros, nem ambulâncias, puderam subir porque os pilaretes não rebaixam. Tiveram que andar a passear o corpo do senhor pelo passeio todo até conseguirem passar com a maca, porque não havia espaço para passar a maca. -----

----- Nós já temos tantos lugares que, aqui, tiraram três lugares e, ainda por cima, onde puseram, em três estacionamentos, estamos com falta de estacionamentos. Não podiam ter feito os contentores subterrâneos do lixo no passeio oposto, onde não existe estacionamento e com um passeio enorme. Pior, as pessoas vão ter que passar numa curva, podendo serem atropeladas porque as pessoas não veem que sobe, e os carros também não conseguem a ver a pessoa. E, no passeio oposto, existe uma passadeira. Podiam ter feito aí o subterrâneo. -----

----- Nem à meia-noite podemos descansar com a Polícia Municipal e a sua perseguição se não temos lugares, temos que pôr no meio da estrada e conseguem passar o pessoal do lixo, conseguem passar os bombeiros, mas a Câmara Municipal continua com a sua perseguição, desde fevereiro de 2018. -----

----- O que eu tenho a dizer se é esta a solução das obras que fizeram, em Benfica?-----

----- Muito obrigada e boa tarde.” -----

----- **O Senhor Luís Braga** na qualidade de representante dos petionários, e no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde. -----

----- A questão é a seguinte, eu vou aqui falar sobre alguns aspetos. -----

----- A primeira questão tem a ver com atitude da 8ª Comissão e até da Junta, em relação a uma proposta que eu apresentei às pessoas de Benfica, não a outro sítio qualquer. Essa proposta foi utilizada indevidamente para uma análise como se aquilo fosse um projeto. Essa proposta já tinha sido apresentada anos atrás, aqui, nesta Câmara, e o então Vereador Engenheiro Fernando Nunes da Silva até tinha levado essa proposta. O técnico, não sei o que é que ele é, da Junta, teceu umas considerações perfeitamente abjetas e humilhantes. A 8ª Comissão seguiu esse tipo de apreciação. ----

----- Depois, eu mostro as obras, as situações em que, na realidade, a Câmara nas suas intervenções também desrespeitou algumas normas camarárias na minha proposta que ninguém, de acordo com os papéis que foram aqui, que tiveram acesso, que ninguém podia saber quais eram as dimensões daquilo, mas fazem considerações sobre isso, se houver algum desrespeito é pontual, ao contrário de algumas da Câmara que são, e bem, porque era necessário serem desrespeitadas. -----

----- Depois também dever-se-á as obras que a Câmara fez que, enfim, que são absurdas, muitas delas e depois, a atitude da Polícia Municipal que, na resposta que me deram numa carta que eu lhes enviei que diziam que só multavam carros que estão em cima do passeio. E é, exatamente, mentira. Tudo isto, no meu entender baseia-se numa grande desonestidade para com os cidadãos, quer da Câmara, quer da Polícia Municipal. -----

----- Isto é a situação que leva à nossa atuação. E isto é, enfim, o que nos deram.-----

----- Isto são umas perspetivas que mostram esse estudo que eu fiz. Foi este papel, em tamanho A4, sem escala sequer, que foi analisado.-----

----- Isto são as situações que perante a situação equivalente àquela que eu mostrei, a Câmara faz, e bem, o aproveitamento máximo. -----

----- Aqui uma situação a ‘amarelo’ que é uma situação que existe há muitos anos e que as dimensões são estas; quatro metros para estacionamento. -----

----- Isto é o que a Câmara fez, e nem sequer respeita os peões com soluções extremamente fáceis que poderiam ajudar a resolver estas situações. -----

----- Os pilaretes rebatíveis estão no estacionamento. -----

----- Isto é o que a polícia dizia e vê-se uma situação equivalente a esta que foi alvo de reboque. Os carros dos stands devidamente identificados estão em cima do passeio e a polícia não vê. -----

----- E isto é o que irá acontecer se a EMEL for para lá vamos ter uma espécie de estado policial com situações perfeitamente degradantes e que vai ser as pessoas a fugirem às ‘emels’ e a corrupção que depois vai acontecer pelo meio, tal como aquela que já acontece e que no fim de contas é a responsável de todas as irregularidades que decorrem de situações de corrupção objetivas em que, neste momento, nós nos encontramos.-----

----- Boa tarde.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado.-----

----- Apresentada que está esta petição, chamava agora para apresentação do parecer da 8ª Comissão Permanente o Deputado Municipal Francisco Domingues que é o Deputado Relator.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Francisco Domingues (PSD)** na qualidade de Relator do Parecer da 8ª Comissão Permanente, e no uso da palavra, fez a seguinte apresentação: -----

----- “Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa em exercício, Excelentíssimos Senhores Deputados, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Minhas Senhoras e Meus Senhores. -----

----- Relativamente à petição nº 10/2018, intitulada “*Mais estacionamento em Benfica*”, a 8.ª Comissão Permanente de Segurança, Mobilidade e Transportes, procedeu à análise da petição e a uma visita às artérias em causa, altura em que se procedeu de igual forma á audição da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Benfica.-----

----- Posteriormente, e por unanimidade das forças políticas representadas na 8.<sup>a</sup> Comissão Permanente, foram elaboradas as seguintes recomendações a formular à Câmara Municipal de Lisboa, constantes do Relatório em análise: -----

----- - Que efetue um estudo exaustivo dos problemas de estacionamento existentes nesta zona da Freguesia de Benfica; -----

----- - Que assegure, sempre, a circulação sem dificuldades de veículos pesados prioritários e de recolha de lixo; -----

----- - Que garanta a acessibilidade a todos os cidadãos, em cumprimento do Plano de Acessibilidade Pedonal, que foi aprovado por unanimidade quer pela Câmara Municipal de Lisboa, quer pela Assembleia Municipal de Lisboa; -----

----- - Que diligencie para que, em conjunto com a Junta de Freguesia de Benfica, sejam encontradas soluções de estacionamento na mesma zona, e que essas soluções sejam as mais consensuais, cumprindo a lei e que minimizem os impactos negativos da notória falta de estacionamento.-----

----- Tenho dito.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Agora sim vamos dar a palavra aos Senhores Deputados que estão inscritos.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho** no uso da palavra, anunciou o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada Inês Drummond do Partido Socialista.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Drummond (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Presidente em exercício. -----

----- Felicitar também os peticionários pelo exercício do seu direito de petição que, aliás, já tivemos oportunidade, quer em sede da 8.<sup>a</sup> Comissão, quer inclusivamente, na Junta de Freguesia, de poder ouvir e conversar sobre esta matéria, inclusivamente na Assembleia de Freguesia de Benfica. -----

----- De facto, Senhores Deputados, o problema do estacionamento é um problema já recorrente aqui nesta Assembleia Municipal e que todos sabemos que é um problema na cidade de Lisboa. -----

----- Eu queria dizer que, neste caso concreto, e na zona que é objeto, e de onde estes senhores são moradores, 50% dos moradores têm uma viatura. 34% têm 2 viaturas. 6% têm 3 viaturas. Apenas 9% não têm qualquer viatura. Eu acho que isto diz tudo em relação ao problema sério que nós temos na cidade e na Freguesia de Benfica, que não é diferente de outros pontos da cidade. -----

----- Preocupada com isto, a Junta de Freguesia de Benfica, juntamente com os seus moradores, mobilizou-se e apresentou ao orçamento participativo de 2010, uma proposta para a criação de estacionamento em Benfica. Ao abrigo dessa proposta, foram criados, em Benfica, mais de 1400 novos lugares de estacionamento. Eu sei que hoje é difícil nós olharmos para os mesmos e dizemos assim ‘mas onde é que eles estão’? Parece cada vez é mais difícil estacionar, mas minhas senhoras e meus

senhores, foi feito um levantamento, inclusivamente, enviado para casa dos moradores a dizer exatamente onde é que eles estão, para que possam ser identificados.-----

----- Eu costumo dizer que é um grande aliado dos autarcas, hoje, que é o Google Maps, dá para perceber como é que era a freguesia há cinco, seis, sete anos atrás, e como é que está hoje e o que é que lá existe. E, muitas vezes, moradores dizem-nos: ‘mas eu já estacionava no meio do passeio. Era aqui que eu costumava estacionar, e o que a Junta fez foi legalizar os legares no meio do passeio’. Pois é precisamente isto que os Senhores se queixam, estacionam no meio do passeio e a Polícia municipal vem e reboca, ou multa. Quando o lugar está legalizado isso já não acontece.-----

----- Mas com intervenções de baixo custo conseguiram-se criar mais 1400 lugares de estacionamento. São suficientes? Não. Manifestamente são insuficientes para a procura, mas a dimensão do espaço público temos hoje na freguesia também não conseguiria dar essa resposta, por muito quiséssemos.-----

----- Agora, existem aqui hoje aqui nas fotografias que foram aqui mostradas, foi possível ver carros em cima dos passeios, e de passeios muito largos, passeios que não estavam na área de intervenção destas intervenções da Câmara Municipal de Lisboa e, portanto, estando fora da área de intervenção não poderiam ter sido objeto de intervenção.-----

----- Queria-vos dizer, por exemplo, na Freguesia de Benfica, todos os dias, eu recebo um *mail* de um morador da Rua Coronel Santos Pedrosa a dizer que chama a polícia todos os dias, precisamente ali uma das propostas era pôr um carro a estacionar em cima, ao lado da passadeira, precisamente porque ali estacionam os carros ao lado das passadeiras, em cima da passadeira, impedindo esse estacionamento. E o senhor todos os dias, vem à Junta de Freguesia e pergunta, porque é que a Junta de Freguesia não faz nada para acabar com o estacionamento ali. Portanto, isto é muito difícil, estes instrumentos, na cidade, são muito difíceis de balancear.-----

----- Há, claramente, falta de estacionamento.-----

----- Alguns moradores, muito poucos, mas com falta de civismo, muitas vezes estacionam em cima dos passeios. E uma das preocupações expressas por uma das peticionárias foi precisamente a necessidade de intervenção dos bombeiros, dos carros de recolha de higiene urbana, das ambulâncias e dos serviços de emergência médica que, muitas vezes, não conseguem aceder. Tudo isto é muito difícil de conjugar e ainda na última assembleia de freguesia tivemos um conjunto de moradores, estes que estiveram aqui com a petição, a pedir por favor, nunca a EMEL em Benfica, e tivemos um outro conjunto a perguntar o que é que a Presidente da Junta tinha contra a EMEL porque não deixa a EMEL entrar em Benfica.-----

----- É um assunto, de facto, complexo que tem que reunir consenso entre os moradores, que preocupa a Junta de Freguesia de Benfica, que preocupa a autarquia e que estamos, ainda, já este mandato já entregámos um conjunto de projetos à Câmara Municipal de Lisboa para que se possa atacar este problema.-----

----- Nunca vai ser suficiente, mas também não deixaremos, jamais, enquanto Autarquia, Câmara e Junta de Freguesia de trabalhar no sentido de garantir melhores condições para o estacionamento em Benfica, mas, ao mesmo tempo, isso também é

fundamental, garantir melhor acessibilidade pedonal, cumprindo as regras do Plano de Acessibilidade Pedonal.-----

----- Temos muito trabalho para fazer, quer a Junta, quer a Autarquia, quer os moradores, também, preocupados com esta situação, mas procuraremos dar resposta e estar à altura dos desafios e, da melhor forma, conseguirmos ir combatendo as necessidades que existem na freguesia, procurando criar mais estacionamento. -----

----- Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho** no uso da palavra, anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Ricardo Moreira do Bloco de Esquerda.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Moreira (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Queremos, antes de mais, agradecer a mobilização das pessoas de Benfica por causa deste tema.-----

----- Quem conhece Benfica sabe que a situação que denunciam é, de facto, verdadeira, que existe um problema claro de estacionamento em Benfica. -----

----- É conhecida a posição do Bloco de Esquerda sobre as questões de estacionamento e de carros. É necessário regular o estacionamento para garantir que as pessoas, ou que os peões têm o direito de circulação, mas os moradores têm de ter opções e tem de haver uma aposta mais forte nos transportes públicos para que sejam, de facto, alternativa para os moradores. -----

-----E, por isso, apesar das suas limitações, queremos acompanhar as conclusões da 8ª Comissão para encontrar estacionamento, as soluções de estacionamento em Benfica. -

----- Obrigado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho** no uso da palavra, anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Mário Freitas do MPT.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Mário Freitas (MPT)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em exercício, Senhores Vereadores, Caros Colegas, Público Presente. -----

----- A freguesia de Benfica, à semelhança de outras zonas da cidade de Lisboa, sempre possuiu um problema crónico de estacionamento automóvel, por deficiente oferta de lugares para o efeito, para além de que diversos espaços de estacionamento que alguns prédios possuíam, em décadas passadas foram ocupados com atividades comerciais, reduzindo assim a oferta de estacionamento. -----

----- As últimas obras de requalificação urbana, efetuados na freguesia de Benfica, - sendo sempre discutível algumas das soluções adotadas -, visaram disciplinar o estacionamento e garantir uma circulação mais fluida do trânsito, tentando impedir o estacionamento abusivo e perturbador do tráfego automóvel, tentando contribuir dessa forma, para um espaço urbano mais amigável da circulação pedonal. -----

----- Contudo as últimas obras de requalificação urbana efetuadas na freguesia de Benfica, como é público e notório, eliminaram muitos lugares de estacionamento, sem

criarem alternativas ou soluções, que mitigassem tal redução de lugares de estacionamento. -----

----- Relembramos, que mesmo, que de um dia para o outro, só existissem automóveis elétricos, estes também carecem de um lugar para estacionar e para carregarem as baterias, especialmente, para quem não possui garagem. -----

----- Por outro lado, quanto mais envelhecida se torna a população de Lisboa, mais anos viverá com saúde e de forma ativa, contudo com cada vez mais limitações físicas, não sendo as bicicletas, mesmo as elétricas, uma opção para grupos etários mais elevados, nomeadamente pelo risco de quedas, bem como os transportes públicos, quanto maior for a distância, entre estes e os locais para onde se têm que deslocar. -----

----- Sendo assim o veículo automóvel uma das soluções mais corretas e adequadas, para essa população mais envelhecida, que poderá conduzir até uma fase mais tardia da vida, esta solução fica impossibilitada, caso o local de estacionamento, fique demasiado longe da residência pelas suas limitações físicas, sendo este ponto claramente salientado na Petição, que refere que tal facto impede muitos de utilizar as suas viaturas e como tal, raramente saem de casa. -----

----- Caros Colegas, sem prejuízo do supra exposto, votaremos favoravelmente, no sentido que plenário da Assembleia Municipal delibere que a Câmara Municipal, cumpra as Recomendações constantes do Relatório da 8.ª Comissão, mas com muita urgência e sem esquecer da população idosa da Freguesia de Benfica, legítima utilizadora dos seus veículos automóveis. -----

----- Disse.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho** no uso da palavra, anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Diogo Moura do CDS-PP.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente em exercício, Senhoras Secretárias da Mesa, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Caro Público. -----

----- Queria, em primeiro lugar, felicitar os peticionários por esta iniciativa que é um ato de cidadania e que nos ajuda, também, a encontrar as melhores soluções para a nossa comunidade de Lisboa. -----

----- O problema que aqui trazem não é problema único de Benfica, é um problema que se estende a várias zonas da cidade. A falta de estacionamento já por si mesma, mas também daquilo que tem sido as intervenções no espaço público, que vem aumentar esse mesmo espaço público e retirar lugares de estacionamento e este é um equilíbrio que é muito difícil de fazer. -----

----- E, portanto, temos que ter aqui em conta que nós temos um Plano de Acessibilidades Pedonal que tem que ser cumprido e que, também, é a favor daquilo que é a mobilidade pedonal dos nossos cidadãos. -----

----- Depois, nós entendemos em relação à entrada da EMEL ela por princípio, ela sempre é sempre positiva, porque ela pretende-se que seja amiga dos lisboetas e

defende os residentes daqueles que vêm de fora estacionar, isto se, obviamente, também, tivermos zonas exclusivas a residentes. Agora, também temos visto por parte da Câmara Municipal e da EMEL uma linha, que nós consideramos errada, que é, ou pagarmos em zonas que já existem e subdividi-las, ou então, promover e aprovar subzonas que fazem com que as comunidades fiquem com alguns problemas naquilo que é a sua mobilidade dentro do mesmo círculo da sua comunidade local. Portanto, esse parece-nos que é um caminho errado e veremos se em Benfica não será esta via que será aplicada. -----

----- Mas, depois, obviamente, compreendemos que nós temos poucos lugares, mas as pessoas têm todo o direito e toda a liberdade de se moverem de automóvel e, portanto, como disse, é preciso sempre encontrar um equilíbrio. -----

----- Nós acompanhamos aquilo que são as recomendações desta comissão. -----

----- Quanto ao levantamento das necessidades que é proposto pela recomendação, e eu penso que a Presidente da Junta já fez aqui um apanhado daquilo que é a realidade da Freguesia de Benfica e, portanto, aqui a obrigação que a Câmara tem é cada vez que intervém no espaço público e reduz lugares de estacionamento, obviamente se existe um determinado número de veículos, eles não vão desaparecer por si mesmos e, portanto, é preciso encontrar alternativas e é nesse sentido que nós iremos acompanhar esse desenvolvimento das recomendações que hoje serão aprovadas e obviamente, encontrar soluções e alternativas que sirvam todos aqueles que vivem Benfica. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho** no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Fernando Correia.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fernando Correia (PCP/Independente)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- ““Senhor Presidente em exercício, Mesa, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Caro Público. -----

----- Saudamos os peticionários pela iniciativa de trazerem este problema à Assembleia Municipal, é um problema que, de facto, cada vez está a avolumar mais em Lisboa. -----

----- O PCP considera que o trazer este problema à assembleia é importante, este problema tem de ser discutido aqui, oportunamente a outro nível. -----

----- Não consideramos que a EMEL seja o remédio para todos os problemas de estacionamento, em Lisboa. Poderá ser em zonas centrais, nas zonas residenciais, mas terá que haver aqui muito diálogo com as pessoas, terá que haver o envolvimento da Junta de Freguesia e dos moradores. As pessoas pagam impostos, pagam o imposto único de circulação, pagam IMI, têm as viaturas e, portanto, é um problema de facto, de um momento para o outro, se vejam impossibilitados de estacionar, ou porque houve intervenção no espaço público e o estacionamento foi drasticamente reduzido, embora consideremos, também, que não se pode deixar de assegurar a acessibilidade de todos os cidadãos e que o Plano da Acessibilidade Pedonal tem que ser cumprido. --

----- Portanto, terá que haver uma coexistência entre estas duas realidades.-----  
----- Não nos parece, e voltamos a sublinhar é que a EMEL seja mal para todos os remédios, ou que seja o remédio para todos os males, desculpem, e portanto, é esta questão do estacionamento em Lisboa com casos com hão-de vir aqui, oportunamente, como Telheiras e como os Olivais começa, de facto, a exigir um debate, se calhar mais sério e mais alargado.-----  
----- Tenho dito.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho** no uso da palavra, anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Cláudia Madeira.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “A petição intitulada “Mais Estacionamento em Benfica” é subscrita por 319 cidadãos, que Os Verdes saúdam pela sua iniciativa e pelo facto de alertarem para o problema da falta de estacionamento em várias ruas da freguesia de Benfica. É mais do que um alerta, os peticionários trazem-nos também algumas propostas.-----

----- Importa realçar que qualquer intervenção deve ter como premissa resolver os problemas existentes, não criando novos problemas ou agravando os já existentes.-----

----- Desta forma, a promoção da qualidade de vida deve ser o objetivo de qualquer intervenção e, neste caso concreto, deveria ter sido assegurada uma melhoria da circulação e da segurança pedonal, mas sem descurar as reais necessidades de estacionamento, uma vez que se trata de uma zona cujos prédios não têm garagem e onde o número de fogos é muito elevado. Acresce a esta situação o facto de zonas próximas terem passado a ser tarifadas, o que aumenta a procura.-----

----- Além do mais, a própria Junta de Freguesia elaborou um estudo sobre as necessidades de estacionamento dos seus residentes, algo que deveria estar refletido nas intervenções efetuadas nos arruamentos em causa, para evitar intervenções sucessivas que prolongam os problemas e ficam mais dispendiosas. Mas vários têm sido os casos em que isto sucede, muitas vezes devido à aproximação de acros eleitorais.-----

----- Face ao problema que nos é trazido pelos peticionários, Os Verdes defendem que, numa situação destas, teria sido fundamental encontrar o equilíbrio entre as necessidades de estacionamento e a mobilidade e acessibilidade em segurança dos peões nas intervenções levadas a cabo no âmbito do Plano de Acessibilidade Pedonal nesta zona da cidade.-----

----- Algo que, não tendo sido conseguido até agora, deverá ser trabalhado com base nas recomendações que constam do parecer sobre esta petição, procurando minimizar os efeitos da carência de estacionamento.-----

----- E a base para procurar essa solução passa precisamente por aí, uma vez que a própria Presidente da Junta reconheceu que, em algumas áreas, teria sido possível efetuar intervenções que poderiam melhorar e aumentar o estacionamento no local, mas que não foram executadas por se encontrarem fora do âmbito dos Contratos de Delegação de Competências realizados, tendo sido, então, adiada a resolução do



problema. E aqui, tanto a Câmara como a Junta, deviam ter feito mais, principalmente quando a carência de estacionamento já era conhecida e bem evidente. -----

----- Perante estes factos, Os Verdes entendem que a Câmara e a Junta de Freguesia, sempre em articulação com os moradores, devem estudar efetivamente a melhor forma de criar mais estacionamento, para que seja rapidamente encontrada uma solução que vá ao encontro das necessidades. -----

----- Defendemos ainda que, após a implementação das recomendações que resultaram da apreciação desta petição, este assunto e os respetivos desenvolvimentos devem ser acompanhados pela Assembleia Municipal, através da Comissão de Mobilidade. -----

----- Para terminar, Os Verdes querem chamar a atenção para as constantes denúncias e queixas que a Assembleia Municipal tem vindo a receber relativamente à EMEL, e que têm inclusive motivado petições, porque a CML apresenta a EMEL como solução, quando o problema é precisamente não haver estacionamento em Lisboa. E, sobre isso, não são apresentadas soluções aos moradores. Essa sim, deveria ser a prioridade da EMEL e da autarquia, sempre em diálogo com os residentes, a par de um reforço da mobilidade coletiva. -----

----- Obrigada.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho** no uso da palavra, anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Miguel Santos do PAN.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente em exercício.-----

----- Esta petição, bem como outras do mesmo teor, levanta um problema que, às vezes parece sem resolução, que é como é que se conseguem meter todos os carros que os lisboetas têm num número muito limitado e inferior lugares. Quando temos situações de resolução quase impossível, temos que ter a coragem de tomar medidas por vezes, mais fortes. E antes de começar a tomar medidas mais fortes, há uma medida básica que é saber quais são as necessidades da população em termos reais, nas várias zonas, nas várias freguesias. -----

----- Nós sabemos que as situações de abuso de ocupação de lugares por entidades comerciais, de aluguer de automóveis, de oficinas, etc., ocupa, por vezes, uma parte significativa dos lugares da freguesia. E isso é algo que não pode acontecer dessa forma, ou seja, têm que os lugares serem atribuídos a moradores que necessitam dos lugares, e tem que se arranjar uma solução diferente para os lugares de comerciais.-----

----- Eu acho que uma vez feito o computo final de todas as necessidades, se calhar será necessário construir um parque de estacionamento para dar lugar a veículos comerciais que, neste momento, estão a ocupar a via pública.-----

----- Agora, sem se saber exatamente os lugares que os moradores necessitam, e isso não está feito, eu acho que é um bocado, bom, é atirar a EMEL para cima dos moradores. Eu acho que a EMEL tem um papel e faz um serviço importante na cidade e, por isso, para além das recomendações que são feitas, e que nós acompanhamos pela 8ª comissão, acho que é importante estudar a sério as necessidades dos

moradores e, em função das necessidades, arranjar soluções conjuntas para moradores e veículos comerciais, Isso é possível fazer. Isso deve ser feito. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- A Mesa não regista mais nenhuma intervenção.-----

----- Vamos, então, passar à votação das recomendações que constam do parecer da 8ª Comissão Permanente. Dispensar-me-ão de ler as recomendações que constam do parecer. E, assim, sendo, coloco à votação a **Recomendação nº 040/04** (8ª CP), sobre a Petição nº 10/2018. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, 9 IND. A **Recomendação nº 040/04** foi **aprovada por unanimidade.**”-----

----- (O Senhor Deputado Municipal Independente Rui Pedro Costa Lopes não participou na apreciação e votação desta recomendação por impedimento legal).-----

----- (A Declaração de Voto do Grupo Municipal do PPM não foi entregue nos serviços)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, continuou:-----

----- “Antes de entrarmos no ponto 3 da ordem de trabalhos, que é também apreciação de uma outra petição, agradecer aos Senhores peticionários desta primeira petição, e aproveitar e também agradecer, desde já, aos demais peticionários que se juntaram, hoje, a nós, para, uma vez que temos mais três petições que vamos analisar ao longo da tarde, portanto, aproveitar o momento para agradecer a todos os munícipes que, através desta figura da petição, exercem o seu direito e vêm até nós com este direito de cidadania.-----

----- Assim sendo, passaria de imediato á apreciação da **Petição nº 12/2018 - "Benfica é Lisboa, Em defesa do Comércio Tradicional de Benfica e da Identidade Local"**. Neste caso, dar nota que o Peticionário Nuno Gomes está presente mas optou por não apresentar a petição. Mas, dar-vos nota que foi uma opção do Senhor Peticionário. Mas que não quis deixar de estar presente connosco.-----

----- No entanto, temos um parecer das 2ª e 7ª Comissões Permanentes e, portanto, chamava para usar da palavra o Senhor Deputado Relator João Valente Pires.”-----

----- **3 - APRECIACÃO DA PETIÇÃO 12/2018 - "BENFICA É LISBOA, EM DEFESA DO COMÉRCIO TRADICIONAL DE BENFICA E DA IDENTIDADE LOCAL", NOS TERMOS DA PETIÇÃO E AO ABRIGO DO ARTIGO 85º DO REGIMENTO; 1,5 X GRELHA BASE: 51 MINUTOS, A QUE ACRESCEM 10 MINUTOS PARA OS PRIMEIROS SUBSCRITORES;**-----

----- (A **Petição nº 12/2018** fica anexada à presente Ata, como **Anexo VI** e dela faz parte integrante).-----

----- (O **Parecer Conjunto da 2ª e 7ª Comissões Permanentes** fica anexado à presente Ata, como **Anexo VII** e dela faz parte integrante)-----

----- (A **Recomendação nº 040/01** fica anexada à presente Ata, como **Anexo VIII** e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Valente Pires (PS)** na qualidade de Relator do Parecer da 2ª e 7ª Comissões Permanentes, e no uso da palavra, fez a seguinte apresentação: -----

----- “Senhor Presidente em exercício, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Peticionários. -----

----- Em face dos testemunhos recolhidos em sede de Comissão Permanente concluiu-se que a Câmara Municipal de Lisboa em colaboração estreita com a União das Associações de Comércio e Serviços UACS, e com as juntas de freguesia da cidade, deverá incentivar o movimento associativo dos comerciantes locais a uma participação mais concertada nesta matéria, fomentando uma política de proximidade efetiva com as juntas de freguesia da cidade indo, desta forma, ao encontro das necessidades de animação do comércio local e a uma maior harmonia entre as motivações dos mesmos e das opções que a Câmara Municipal de Lisboa e da UACS nesta matéria. -----

----- As iluminações natalícias da Cidade de Lisboa deverão seguir, a exemplo da política de descentralização cultural implementada pela EGEAC, um progressivo alargamento sustentado para as áreas mais periféricas da cidade, envolvendo os principais atores no processo e criando novas formas de patrocínio, fomentando as iluminações festivas da cidade. -----

----- Importa lembrar aos Senhores Comerciantes Peticionários da necessidade de se organizarem no sentido de, conjuntamente com o município, a UACS e outras associações de comerciantes da cidade, de modo a tornar as festividades natalícias uma festa do comércio para todos os habitantes de Lisboa. -----

----- Face ao exposto, a 2ª e 7ª Comissões Permanentes propõe à Assembleia Municipal as seguintes recomendações à Câmara: -----

----- 1. Que os locais a iluminar fiquem definidos em protocolo, podendo os mesmos serem alterados, anualmente;-----

----- 2. Que seja adotado um critério claro e de interesse municipal para definir os locais onde se vão instalar as iluminações de natal, procurando privilegiar as zonas de grande fluxo comercial da Cidade de Lisboa. -----

----- Disse.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho** no uso da palavra, anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Inês Drummond do PS.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Drummond (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Presidente em exercício. -----

----- Com efeito, a Câmara Municipal de Lisboa tem um protocolo com a UACS para as iluminações de natal na Cidade de Lisboa. -----

----- Este protocolo, em bom rigor, só refere que devem ser iluminadas as zonas da Baixa Pombalina e outras a acordar com a Câmara todos os anos. Porém, mais um ano

passou e já estamos a colocar as novas iluminações de natal e as assimetrias na distribuição das iluminações de Natal, nas zonas comerciais da cidade, são por demais evidentes. -----

----- Bem sei que há muitos anos que as iluminações de Natal são feitas na mesma zona já sem explicação aparente, é assim porque sempre se fez assim e, portanto, há uma série de zonas ficaram esquecidas e que não são contempladas todos os anos.-----

----- Porém, a cidade está em constante mutação. Tivemos o projeto ‘*Uma Praça em Cada Bairro*’ cujo objetivo era dinamizar e criar novas centralidades na cidade, nas freguesias e nos bairros. Criaram-se novas zonas comerciais. Outras, devido à crise, desapareceram. E, hoje, a distribuição das iluminações de natal, e não estou a falar na zona da Baixa Pombalina, que todos nós, com certeza, temos memória de infância, de a irmos visitar com os nossos pais todos os natais. Não estou a falar desta zona, estou a falar de outras áreas, mas o que é facto é que já temos zonas que já estão mortas, do ponto de vista comercial, e continuam a ter iluminações de natal. E temos outras que têm uma dinâmica e uma pujança comercial e que estão a deixar, e que estão a ficar para trás, porque sempre foi assim, e este é o argumento. -----

----- Ora, eu não posso discordar mais desta apreciação e, portanto, queria deixar aqui esta nota que, de facto, mais um ano passou e nada se fez. Espero, sinceramente, que com a tomada de posse da nova Presidente da UACS se possa começar a trabalhar numa nova proposta para a cidade que analise todas as freguesias e as suas zonas mais relevantes a serem eliminadas. Um trabalho que pode ser feito e eu estou disponível para isso, e tenho a certeza que todos os Presidentes de Junta estarão disponíveis para isso, que pode e deve ser feito em conjunto com os Presidentes de Junta de Freguesia. -

----- Sabemos que o dinheiro não estica, mas há possibilidade de, com certeza, fazer uma distribuição mais racional das iluminações de natal. -----

----- Pode ainda fazer-se e propor-se parcerias aos comerciantes, pois estes com este apoio, estarão mais disponíveis para apoiar, também, na iluminação destas zonas da cidade. -----

----- Sem dúvida, a diversificação é preciso olharmos para a necessidade de diversificar as zonas de animação e as zonas de iluminação no que diz respeito à quadra natalícia. Temos as iluminações, temos as animações todas concentradas no mesmo sítio, quando o objetivo deste protocolo é dar um incentivo e um apoio ao comércio por forma a dinamizar as vendas, nesta altura do ano. E, também, criar um espírito natalício nas suas comunidades. -----

----- Sem dúvida, estas assimetrias não estão a servir o propósito inicial e, portanto, é preciso mudar. -----

----- Deixo, aqui, esta nota, este apelo à Câmara Municipal de Lisboa para que se comece já a trabalhar, em Janeiro, para se preparar o próximo ano, e termos uma distribuição mais racional em função das necessidades da cidade e de cobrir um maior número de zonas comerciais com as iluminações de natal. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho** no uso da palavra, anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Mário Freitas do MPT”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Senhores Deputados, aproveitar a vinda do Senhor Deputado Mário Freitas só para dar nota que na votação anterior o Senhor Deputado Municipal Independente Rui Costa tinha pedido escusa e que o PPM fará uma declaração de voto por escrito.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Mário Freitas (MPT)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente.-----

----- Senhores Deputados.-----

----- Nesta Sessão especialmente dedicada a fazer ouvir a voz e vontade dos cidadãos lisboetas, entendemos pertinente agrupar numa intervenção apenas as duas Petições trazidas a esta casa por cidadãos dedicados ao comércio de proximidade.-----

----- A Petição nº12/2018 espelha a insatisfação por parte dos comerciantes perante a ausência de iluminação natalícia nas ruas da Junta de Freguesia de Benfica, onde exercem atividade.-----

----- Estes comerciantes não pertencem à União de Associações do Comércio e Serviços, com a qual a Câmara Municipal celebrou um acordo para aplicação de iluminação de Natal nos principais eixos do município.-----

----- E ainda que consideremos que as Juntas de Freguesia deveriam ser capacitadas no sentido de prestar apoio financeiro para colocação de iluminação natalícia, fomentando o comércio local e dinamizando os bairros lisboetas, cremos que os lojistas beneficiariam da formação de uma associação de comerciantes locais, de forma a alcançar independência financeira e estar nas suas mãos a implementação desta medida que tantas vantagens traz na manutenção do comércio de rua.-----

----- Foi exatamente o que fizeram, por sugestão da Sra. Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, os comerciantes da Rua de São Lázaro.-----

----- Em sequência da aprovação da Proposta 182/2017, no passado dia 19 de Abril foi adjudicada a primeira *Operação Renda Acessível - Rua de São Lázaro*, num conjunto de 16 edifícios de Património Municipal, onde vão ser construídos 131 fogos de várias tipologias e com rendas a oscilar entre os 100 e 350 euros (*in* Inf. Escrita do Presidente 01 Abril-31Maio).-----

----- Esta operação despoletou, obviamente, a preocupação dos comerciantes desta zona, dando origem à Petição 16/2018.-----

----- Apesar de, por um lado, o Partido da Terra considerar que, num momento em que a taxa de esforço para arrendamento de habitação em Lisboa se encontra muito elevada, esta operação é claramente positiva, por outro defendemos que o comércio tradicional não foi devidamente acautelado, na medida em que, no caderno de encargos da referida operação está patente (*e cito*) “Quaisquer edifícios incluídos nas operações urbanísticas (...) têm de ser afetos a habitação, exceto os pisos do Rés-do-Chão que podem ser para comércio, serviços ou equipamentos” (pág. 78).-----

----- Ora, se o Caderno de Encargos permite ao Concessionário afetar os pisos do Rés-do-Chão ao uso comercial, por que motivo a CML, de forma a salvaguardar os seus

inquilinos e conseqüentemente o comércio tradicional, não acordou previamente com o concessionário que os comerciantes arrendatários, cujo volume o negócios apresenta resultados satisfatórios face à média nacional, deveriam de ser mantidos no local mediante uma renda acessível? -----

----- Não obstante o MPT saudar a CML por ter encetado contacto com os comerciantes no sentido de encontrar uma solução para minimizar o impacto que a resolução do contrato de arrendamento ou da cedência precária teria, quer através da deslocalização para outros imóveis municipais, quer do pagamento de indemnizações aos que entendessem não prosseguir com a sua atividade comercial, entendemos que a solução deverá passar por “juntar o útil ao agradável”, isto é manter lojas e criar habitação a preços controlados. -----

----- Terminamos deixando uma questão para reflexão futura. -----

----- Se a falta habitação é, de facto, um grave problema que enfrentamos atualmente, será que abdicarmos do comércio tradicional, não comprometerá, também, a vida e identidade desta Nossa *Lisboa*? -----

----- Muito Obrigado. -----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho** no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Maria Luísa Aldim do CDS-PP.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Maria Luísa Aldim (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Excelentíssimo Senhor Presidente de Mesa em exercício, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Caros Deputados, Caro Público presente. -----

----- Gostaria de começar a intervenção, obviamente por fazer uma saudação aos petiçãoários que aqui tiveram, no fundo, a coragem de fazer-se ouvir relativamente a um tema que nos últimos tempos pouco se tem falado, ou discutido. E pelo facto de terem vindo apresentar este tema, aqui, também nos obrigou, de certa forma, a repensar procedimentos que nós já dávamos como adquiridos e que, até à data, na realidade, as coisas acontecem quase como forma de tradição e, portanto, há um conjunto de procedimentos que estavam por questionar e com esta petição acabámos por ter que rever essas situações e encontrar aqui, obviamente tal como reflete a recomendação da 2ª Comissão relativamente aos processos que podem e que devem ser melhorados. -----

----- Gostaria também de fazer já um reforço face aquilo que foi a intervenção da Senhora Deputada e Presidente de Junta, Inês Drummond, porque, de facto, concordamos, também, que a relação que tem que existir entre a Câmara Municipal, a UACS e as Juntas de Freguesia têm que ser de maior proximidade, mas aqui também gostaríamos de dar nota que entendemos que é importante não só a revisão dos procedimentos e esta capacidade de, ano para ano, conseguir perceber quais é que são as zonas mais vivas da cidade, até porque iluminação de natal é, sem dúvida alguma um efeito que têm, que faz com que os cidadãos se envolvam mais com a cidade que têm efeitos do ponto de vista comercial, que têm efeitos do ponto de vista cultural e, portanto, todos os agentes têm que estar envolvidos neste processo. -----

----- Mas aquilo que gostaríamos, também, de deixar nota é que entendemos que a UACS é sem dúvida, a associação, neste caso, a união de comerciantes que mais tem capacidade para fazer este tipo de ação. É no entender do CDS-PP, quem mais representa os comerciantes e, portanto, também gostaríamos de reforçar que é importante que, não só se estenda as iluminações de natal a outras zonas da cidade, além daquelas que tipicamente têm sido o que tem sido feito, mas é importante envolver os comerciantes com as associações que existem no local, ou até mesmo que criem novas associações para se fazerem ouvir junto das já existentes, e que possam defender todos os anos, aquelas que são as zonas da cidade que devem ter acesso a este tipo de iluminação. -----

----- Também, aqui, gostaria de reforçar que há outra perspetiva, não só do ponto de vista do financiamento público relativamente às iluminações de natal, mas também que devemos envolver os privados e os próprios dos comerciantes neste tipo de ação para conseguir abranger mais zonas. É impossível abranger toda a cidade e, portanto, têm que ser feitas escolhas e essas escolhas, obviamente, que nunca vão agradar na totalidade a todas as pessoas e, portanto, aqui compreendemos perfeitamente as decisões que temos vindo a tomar e por isso mesmo, mais uma vez, gostaria de dar nota de que as recomendações que são feitas pela comissão são aquelas que nós entendemos que devem ser tomadas. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho** no uso da palavra, anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Sobreda Antunes do PEV.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa tarde a todos. -----

----- Em primeiro lugar, saudamos os subscritores da petição ‘em defesa do comércio tradicional de Benfica e da Identidade Local’, por terem permitido que este tema pudesse ser melhor esclarecido. -----

----- Vêm os peticionários solicitar à CML e à EGEAC que a Freguesia de Benfica passe a ser incluída na programação cultural da cidade, já a partir de 2018, nesta e noutras quadras, bem como contemplada pelas iluminações de Natal, terminando o que consideram ser uma injustiça e um tratamento desigual. E queixam-se ainda que os eventos organizados pela Junta de Freguesia acontecem sempre nos mesmos sítios, ou seja, junto à Igreja ou ao Mercado. Pontuam estas afirmações com o argumento de as luzes de Natal iluminarem uma boa parte da cidade, mas restringindo-se ao favorecimento da zona da Baixa e Praça do Comércio. -----

----- Sabemos que a promoção das atividades comerciais está prevista num protocolo entre a CML e a União de Associações de Comércio e Serviços (UACS), que representa os seus associados, tal como aquele que foi rubricado em 27 de Julho do ano passado. -----

----- Mas não só. Tanto a EGEAC realiza animações várias um pouco por toda a cidade, como vem sendo habitual as diversas Juntas de Freguesia promoverem a

colocação de iluminação e decorações típicas das quadras festivas, a par de concurso de montras em vários arruamentos. Também a Junta de Benfca afirma ter vindo a dinamizar as principais avenidas da Freguesia, com a adesão de centenas de aderentes aos programas ‘Noite Branca’, ‘Benfca na Rua’ ou ‘Dia do Comércio’.

-----

----- E existem vários outros exemplos em que os comerciantes se organizam entre si, como no caso da Rua Castilho, onde a Associação de Comerciantes da Rua Castilho enche a zona de luzes e enfeites natalícios, visando assim dinamizar o comércio de rua.

-----

----- Portanto, temos aqui respostas várias para a promoção do comércio: as organizadas pela CML e a EGEAC, as levadas a cabo pelas próprias Juntas, as que têm o apoio da UACS e dos seus sócios, e aquelas em que os comerciantes, a nível local, se organizam entre si.

-----

----- Perante todos estes considerandos, as Comissões da AML deliberaram recomendar que os locais a iluminar fiquem definidos em futuro protocolo, mas sempre privilegiando as zonas de grande fluxo comercial da cidade.

-----

----- Ora, também é verdade que o financiamento municipal das iluminações natalícias é feito a partir dos orçamentos das autarquias, Câmara ou Freguesias, sendo mais escasso o contributo efetuado pelos comerciantes, ao contrário do da Associação de Comerciantes da Rua Castilho.

-----

----- Assim, e não pondo em causa a estética da época natalícia, lembremo-nos que os apoios da CML e das Juntas são feitos, a partir dos seus orçamentos, à custa dos impostos ou taxas municipais, cuja iluminação serve de publicidade às lojas dos comerciantes, lojas onde nós, consumidores, nos dirigimos de seguida para adquirir os produtos que nós mesmos ‘ajudámos’ a publicitar.

-----

----- Sejamos justos! Se os comerciantes pretendem divulgar os seus produtos e aumentar as vendas, não deverão procurar começar por se organizarem localmente entre eles mesmos ou associarem-se na UACS, para depois promoverem os seus produtos, em vez de serem apenas os impostos dos cidadãos a terem de sustentar a promoção das atividades de marketing comercial?

-----

----- No ano passado, as decorações foram espalhadas por novas áreas da cidade, em consequência da preocupação da autarquia em dinamizar o comércio fora na zona central. As iluminações de Natal, que são consideradas uma das iniciativas do ano mais importantes para o comércio de Lisboa, e que contou com o apoio da CML e da UACS, contemplou 36 ruas, praças e avenidas, tendo regressado às Avenidas da República e Fontes Pereira de Melo, tendo pela primeira vez sido contempladas as Ruas de Belém e da Misericórdia. Realizou-se ainda uma feira de artesanato oriunda de vários pontos do País e o Parque Eduardo VII recebeu um Mercado de Natal, com uma roda gigante, carrosséis, pista de gelo ecológica, um globo de neve gigante e a casa do Pai Natal.

-----

----- Pensando na redução de custos, o Município fez a sua parte e optou pelo recurso a mais de 2 milhões de lâmpadas de baixo consumo com tecnologia LED, o que permitiu uma poupança de energia de cerca de 80% face às luzes incandescentes.

-----



----- Está agora na altura de os comerciantes deixarem de estar isolados, se associarem, e prestarem também o devido contributo para os períodos festivos da cidade de Lisboa.-----

----- Obrigado Senhor presidente em exercício.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho** no uso da palavra, anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado João Carlos Pereira do PCP.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Carlos Pereira (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde a todos.-----

----- Naturalmente, começar por saudar os peticionários e dizer que em relação às As recomendações da 2ª e 7ª Comissões Permanentes relativas à Petição 12/2018 “Benfica é Lisboa, em defesa do comércio tradicional de Benfica e da Identidade Local” merecem a nossa aprovação e conseqüentemente o voto favorável do Partido Comunista Português.-----

----- De facto Benfica é uma zona da cidade com fortes tradições nos hábitos dos que ali vivem ou ali se deslocam, de efetuarem as suas compras no comércio local de proximidade. São diversas as artérias da freguesia com forte presença de estabelecimentos comerciais sendo igualmente o Mercado Municipal de Benfica uma âncora preferencial. Estranhámos por isso que, contrariamente ao que já aconteceu no passado, existam hoje duas associações de comerciantes moribundas e sem atividade como reconheceu nas audições o representante da Junta de Freguesia. Urge naturalmente alterar esta situação respeitando e atribuindo o papel principal aos comerciantes, mas sem a desresponsabilização do papel que cabe à Junta de Freguesia. Questionamos mesmo se a Junta de Freguesia equaciona e avalia o impacto no comércio local das iniciativas que promove ou autoriza, falamos das constantes feiras de rua (que ocorrem normalmente sempre no mesmo local). A degradação da limpeza e higiene em muitas artérias da freguesia são igualmente fatores prejudiciais à atividade. Pensamos que a necessária implementação de políticas locais de dinamização do pequeno comércio carece de planos sérios e não apenas de medidas soltas. -----

----- O eminente encerramento da Livraria e espaço cultural Ulmeiro na Av. Do Uruguai será, a concretizar-se, mais um triste momento que empobrecerá Benfica. -----

----- Sabemos que um comércio local de proximidade forte, em Benfica como em qualquer outro local, significa vantagens e incremento da qualidade de vida. Significa desenvolvimento à economia local, aos micro e pequenos empresários, significa mais emprego. Ao preferir o pequeno comércio, o consumidor ajuda os pequenos negócios a manterem-se ativos, a melhorarem o seu desempenho e atendimento, a inovar e a diversificarem a oferta de produtos e serviços e assim cresce a vivência e animação locais e conseqüentemente a segurança das ruas e das populações. Significa mais proximidade e sociabilidade entre as pessoas, entre os vizinhos e as gerações. -----

----- Além disso, valorizar o pequeno negócio da vizinhança, na hora da compra é uma decisão que resulta em menos deslocamentos pela cidade, menos trânsito, menos poluição ambiental. Isso também é qualidade de vida!-----

----- Consciente de tudo isto, o PCP tem intervindo aqui e em outras sedes com vista a implementar medidas que estimulem e defendam o pequeno comercio local.-----

----- O fim do pagamento especial por conta; a baixa do Iva na restauração; alterações à lei dos despejos (ainda que insuficientemente); propostas para imposição de limites ao licenciamento de novas grandes superfícies comerciais; medidas para a regulação dos horários das grandes unidades de comércio; oposição à burocratização e imposição de aquisição de equipamentos e sistemas de registro para fins fiscais no pequeno comércio.-----

----- Também no Parlamento Europeu, os Deputados do PCP têm trabalhado em propostas e medidas que permitam a implementação de Programas de Regeneração/Requalificação Urbana que contribuam para a captação de mais habitantes, a melhoria da qualidade de vida e da qualidade das zonas comerciais entre outras medidas que, naturalmente, continuaremos a defender.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente Duarte Cordeiro** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Só queria referir como já tive oportunidade, a propósito desta petição, de ser ouvido pela Comissão da Assembleia Municipal, e queria reiterar aquilo que tive oportunidade de dizer.-----

----- Em primeiro lugar, a Câmara Municipal tem uma parceria com a UACS relativamente à colocação das luzes de natal, porque entende que este instrumento de promoção e atração do comércio deve ser feito indo ao encontro daquilo que são os objetivos da maior associação de comércio que existe, neste caso, em particular que temos a sorte de ser na cidade de Lisboa, e que tem feito um ótimo trabalho no que diz respeito a esta matéria, nos últimos anos. -----

----- Mas quando fizemos esta parceria nós também o fazemos impondo um conjunto de objetivos que depois, nem sempre, tornam fácil a gestão por parte da UACS, da colocação pelos natal em todo o território, satisfazendo todos os comerciantes, porque nós colocamos como objetivo essencial que zonas tradicionais, como a Baixa e o Rossio estejam muitíssimo bem iluminadas. E há um exercício que é um exercício que nem sempre é fácil, entre compatibilizar uma muito boa iluminação das zonas, no fundo, do centro da cidade, a Baixa, o Rossio que são visitadas por milhares de pessoas, todos os lisboetas, e não só, com a capacidade, muitas vezes, de esticar a iluminação a mais territórios, a mais zonas comerciais. -----

----- Parece-me que a proposta que é feita por parte da comissão, esta recomendação é uma recomendação muito equilibrada que passa a ter no protocolo quais é que são, no fundo, as localizações que se preveem a colocação das luzes de natal, para que haja transparência, haja clareza em relação a essas localizações, mas eu não podia deixar aqui de manifestar, por um lado, independentemente, que eu percebo perfeitamente a

vontade dos comerciantes de Benfica, a intervenção da Senhora Presidente de Junta de Freguesia, manifestar a minha solidariedade com um trabalho difícil que é feito pela UACS que tem que compatibilizar, no fundo, a colocação de luzes de natal em zonas importantes para todos e, ao mesmo tempo, procurar cobrir o máximo de território possível. Não é fácil, não é um exercício fácil. Todos os anos, temos tentado, ou fazendo crescer o orçamento das luzes de natal, ou procurando, no fundo, otimizar a oferta que nos é feita por vários fornecedores para conseguir fazer sempre o melhor. ---  
----- Penso que nos últimos anos, as luzes de natal têm contribuído muito para a qualidade do comércio, para a atração do comércio na altura do natal, e dizer que acredito muito nesta parceria, e na continuação desta parceria, para o futuro. -----  
----- Muito obrigado.”-----  
----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, referiu o seguinte:-----  
----- “Muito obrigado Senhor Vice-Presidente.-----  
----- Não registamos mais intervenções, portanto, estamos em condições de votar a **Recomendação nº 040/01** (2ª e 7ª CP), sobre a Petição nº 12/2018. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, 9 IND. A **Recomendação nº 040/01** foi **aprovada por unanimidade**. ---  
----- Passamos, então, ao ponto 4 da nossa ordem de trabalhos.”-----  
----- **4. APRECIACÃO DA PETIÇÃO 13/2018 - "SALVAGUARDAR AS PESSOAS PARA SALVAGUARDAR A VIDA E A HISTÓRIA DA MADRAGOA", NOS TERMOS DA PETIÇÃO E AO ABRIGO DO ARTIGO 85º DO REGIMENTO; 1,5 X GRELHA BASE: 51 MINUTOS, A QUE ACRESCEM 10 MINUTOS PARA OS PRIMEIROS SUBSCRITORES;**-----  
----- (A **Petição nº 13/2018** fica anexada à presente Ata, como **Anexo IX** e dela faz parte integrante).-----  
----- (O **Parecer Conjunto da 3ª e 5ª Comissões Permanentes** fica anexado à presente Ata, como **Anexo X** e dela faz parte integrante)-----  
----- (**Proposta de Aditamento** de um novo ponto à **Recomendação nº 040/02** (3ª e 5ª CP), **apresentada pelo PCP**, fica anexada à presente Ata, como **Anexo XI** e dela faz parte integrante).-----  
----- (A **Recomendação nº 040/02** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XII** e dela faz parte integrante).-----  
----- **A Senhora Vanda Bettencourt** na qualidade de representante dos peticionários, e no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----  
----- “Boa tarde Excelentíssimo Senhor Presidente em exercício, Excelentíssimos Senhores Deputados Municipais, Excelentíssimos Senhores Vereadores. -----  
----- O meu nome é Vanda Bettencourt e sou a primeira subscritora da petição ‘*Salvaguardar as Pessoas para Salvaguardar a Vida e a História da Madragoa*’.-----  
----- Esta petição tem como objetivo procurar sensibilizar todos os autarcas para a necessidade de protegermos as pessoas que vivem nos bairros históricos porque elas são a verdadeira alma dos bairros e da cidade. -----

----- O sair de casa e ir às compras a dois passos, levar os miúdos ao parque no final da tarde, ou perguntar no café se a D. Clotilde já regressou do hospital, tudo isto faz parte da vida de bairro, aliás, de um bairro com vida.-----

----- O sentirmos que fazemos parte do bairro surge do facto de conhecermos, desde sempre, as caras que cumprimentamos, que ouvimos na primeira pessoa, as coisas sem importância do bairro, mas que o tornam vivo e é um sentimento único e forte que não podemos deixar que termine.-----

----- Neste momento, vivemos um sentimento que estamos a ser despejados as pessoas que sempre cá estiveram, por não conseguirem pagar as rendas praticadas no bairro, e que são desajustadas aos seus salários.-----

----- Não é difícil associar os bairros a emoções fortes.-----

----- Podemos manter um pouco do bairro se a Junta de Freguesia realizar diligências junto da Câmara Municipal de Lisboa, proprietária de vários prédios na Madragoa e começar por dar o exemplo e recolocar os indivíduos que estão a ser postos fora do bairro pelos privados por não terem capacidades financeiras face às rendas praticadas, atualmente, em Lisboa.-----

----- Uma cidade não vive só de modernização, mas também de reabilitação das suas propriedades e entregar esses espaços aos locais que nasceram e que sempre viveram no bairro.-----

----- A Madragoa tão cantada está a perder os seus habitantes não por opção deles, mas por serem obrigados a procurar outros locais longe do seu bairro. São estes que nasceram e sempre viveram cá e que fazem parte da vida da Madragoa. Defendem e cantam a história do bairro todos os anos quando marcham e dançam pela avenida.-----

----- Cabe à Junta de Freguesia defender os seus habitantes e pedir à Câmara Municipal de Lisboa que reabilite as suas propriedades e as entregue aos seus residentes estes mesmos prédios.-----

----- Parece-nos importante podermos saber que imóveis da Câmara Municipal de Lisboa que estão disponíveis na zona da Madragoa e no resto da Freguesia da Estrela.-----

----- O que se pretende, nada mais é do que ter neste bairro as mesmas oportunidades que são dadas noutros bairros.-----

----- Recentemente, a Câmara Municipal de Lisboa lançou um concurso '*Habitar num Centro Histórico*'. Este concurso tinha como objetivo atribuir 100 fogos municipais reabilitados, localizados nas freguesias da Misericórdia, Santa Maria Maior, Santo António, São Vicente, no regime de arrendamento apoiado destinado a arrendatários residentes nesta freguesia. Infelizmente, por motivos que não compreendemos, esta oportunidade não foi dada aos habitantes da Madragoa na Freguesia da Estrela.-----

----- Por isso, gostávamos e apoiávamos que a Câmara Municipal de Lisboa fizesse um concurso para que as pessoas da Madragoa pudessem beneficiar de igualdade de oportunidades.-----

----- Foi por isso, que procurámos trazer ao conhecimento da Assembleia Municipal esta situação, mobilizando centenas de moradores e amigos do Bairro da Madragoa para que esta petição pudesse vir a luz. Porque, também, não podemos esquecer que as pessoas da Madragoa podem ter dificuldades financeiras, mas são pessoas honradas

e trabalhadoras, e que mesmo recebendo o ordenado mínimo, paga os seus impostos e que merece a atenção dos seus governantes.-----

----- Muito obrigada e boa tarde.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Muito obrigado Senhora Vanda Bettencourt.-----

----- O parecer da 3ª e 5ª Comissões Permanentes a Senhora Deputada Relatora dispensa a apresentação do mesmo, portanto, vamos dar início às inscrições registadas pela Senhora Segunda Secretária da Mesa.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho** no uso da palavra, anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Rita Calvário do BE.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Rita Calvário (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente em exercício, Senhoras e Senhores Deputados.-----

----- Saudar esta petição e os peticionários que nos trouxeram, aqui, as suas preocupações sobre aquilo que se passa no Bairro da Madragoa e em tantos outros bairros históricos da cidade de Lisboa. O Bloco de Esquerda acompanha estas preocupações.-----

----- É bem conhecida a realidade sobre a pressão do turismo e do imobiliário sobre a os bairros históricos da cidade, com o aumento do preço das casas, com vários despejos e o afastamento de residentes de toda uma vida, desses bairros e que tanto animam essa vida e tanto animam esse comércio local desses mesmos bairros, e isto, evidentemente, traz consequências àquilo que são as próprias dinâmicas locais, àquilo que são as redes de solidariedade local, também, muitas vezes existentes nestes próprios bairros, especialmente importantes quando falamos de uma população mais idosa que, muitas vezes, aí vive.-----

----- Consideramos que tem havido progressos nesta área com as restrições ao alojamento local. O Bairro da Madragoa vai ser uma das áreas, onde os bairros que vai beneficiar das restrições a nível de alojamento local. No entanto, esta é uma medida que já vem tarde e também deve ser ampliada a outras zonas da cidade.-----

----- Sabemos que é na Madragoa, como nas outras áreas contempladas, que estes problemas estão a verificar, mas também em muitas outras zonas do centro de Lisboa que estão já bastante pressionadas pelo alojamento local e pela pressão dos preços imobiliários. E, portanto, esta medida deve-se ampliar.-----

----- Ainda, hoje, saiu um estudo do INE sobre os preços do imobiliário em várias zonas da cidade e, de facto, é bastante preocupante aquilo que se verifica com preços por metro quadrado bastante elevados. E, por isso, acompanhamos as preocupações dos peticionários e acompanhamos, também, aquelas que são as recomendações da 3ª e 5ª Comissões Permanentes, quanto à necessidade do próprio município, a par de medidas de controlo do alojamento local e aquilo que são as dinâmicas urbanísticas que está perigar a vida nos bairros, que também possa identificar património municipal, neste Bairro da Madragoa, e avaliar a possibilidade de afetação a

programas municipais de habitação a custos acessíveis, precisamente às pessoas que estão a ser mais afetadas pelas dinâmicas do imobiliário. -----

----- E, por isso, saudar mais uma vez os peticionários e as recomendações destas comissões." -----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho** no uso da palavra, anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Sobreira Antunes do PEV.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreira Antunes (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Em primeiro lugar, “Os Verdes” desejam começar por saudar os peticionários por insistirem com o Município sobre a periclitante situação dos moradores e para a salvaguarda da própria vida e da história da Madragoa. -----

----- Como referem na petição, a identidade local, o sentido de comunidade e a vivência dos bairros têm vindo a descaracterizar-se em Lisboa, e não pelas melhores razões ou para benefício dos lisboetas. Dizem mesmo que se ressentem do sentimento de verem um bairro a ser despojado das pessoas que ali sempre viveram, e da dificuldade em pagar as novas rendas praticadas, fruto da ‘Lei Cristas’, por serem desajustadas dos seus salários e que os conduzem ao desespero e à depressão que experimentam.-----

----- Apontam ainda o seu desagrado à permissividade da CML perante o apertar do garrote imobiliário, associado quase sempre à vontade dos senhorios em tirarem proveito da procura turística, matando o tecido económico local, também pela eliminação do pequeno comércio.-----

----- Acontece que, de acordo com dados do recente “Estudo urbanístico do turismo em Lisboa”, vários bairros do centro histórico de Lisboa já ultrapassaram o limiar de 25% da habitação disponível afeta ao alojamento local, fasquia definida pela CML para travar a abertura de novas unidades de arrendamento de curta duração, onde Castelo, Alfama e Mouraria já atingiram os 29%, enquanto Bairro Alto e a própria Madragoa estão nos 27%.-----

----- Como só agora a CML terá sido forçada a reconhecer que o impacto maior do turismo é na ocupação de fogos que seriam para a população residente, mas que são subtraídos a esse universo habitacional para serem utilizados para outros fins, tal terá finalmente originado as recentes restrições anunciadas ao alojamento local.-----

----- No entanto, há ainda outras áreas da capital que já estão a alcançar aquele valor limite, como é o caso das Avenidas Almirante Reis, da Liberdade e da República.-----

----- Também por isso, as próprias Comissões recomendam agora à CML para que seja feito um levantamento e identificados “o património municipal existente no Bairro da Madragoa (e se) avalie a possibilidade de afetação deste a programas municipais de habitação a custos moderados”.-----

----- Estes despejos para mudança de funções dos imóveis vêm afetando tanto residentes como associações, como no recente caso da Sociedade de Instrução Guilherme Cossoul, uma instituição privada de utilidade pública fundada em 1885, que se viu forçada a mudar das antigas instalações onde estava há 70 anos, na

Madragoa, na Av. D. Carlos I, para a zona de São Bento, mas já na Freguesia da Misericórdia.-----

----- Com efeito, já há cerca de 3 anos os deputados da 7ª Comissão tiveram oportunidade de visitar e de se inteirar da ameaça que já então pairava sobre a continuidade desta Sociedade, visto o prédio onde se encontrava instalada a sua sede ter na altura sido vendido, por 3,7 milhões €, a um investidor estrangeiro que não lhes renovou o contrato anual.-----

----- Já na altura, “Os Verdes” registavam a intensificação desta constante especulação imobiliária, para a qual a CML não denotava apresentar quaisquer níveis de preocupação. Pelo que estranhámos que o executivo tenha demorado tanto tempo a reagir, pondo em causa o direito ao usufruto da cidade e à habitação dos seus municípios, esquecendo-se que o direito a uma habitação digna é um desígnio constitucional.-----

----- A CDU bem tem defendido, entre outras medidas, o agilizar do Programa Arrendamento a Custos Acessíveis, que prevê a seleção de terrenos e de imóveis para com eles construir uma oferta de fogos municipais a custos acessíveis para a generalidade da população, e entre os quais se sabe existirem diversos imóveis que são património municipal na Madragoa, que poderão vir a fazer parte dessa bolsa. Para tal, há que completar o trabalho de inventariação do património disperso pronto a ser reabilitado.-----

----- Mais, os últimos dados disponíveis revelam a existência, em toda a cidade, de cerca de 4 mil fogos que são património da CML, que não são reabilitados e se encontram desocupados.-----

----- Daí o agradecimento do GM de “Os Verdes” aos petiçãoários por permitirem trazer este tema a debate, para que sejam salvaguardados os residentes em Lisboa e, em particular, a própria vida e história da Madragoa.-----

----- Obrigado Senhor Presidente em exercício.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho** no uso da palavra, anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Luís Newton do PSD.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente em exercício, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Vereadores.-----

----- Em primeiro lugar, saudar a petiçãoária, a primeira subscritora e nela saudar todos os petiçãoários que, em determinado momento sentiram, como deles, também, uma preocupação relativamente àquela que é uma característica fundamental da cidade de Lisboa que é, e na sua essência, um estandarte também de uma dimensão cultural que é esta dinâmica tão característica que é a vida de bairro. E nessa preocupação encerrar também aquelas que são as enormes alterações que têm existido à realidade dessa própria vida de bairro, ou como foi aqui dito, e bem, a vida que há nesses bairros e a preocupação que essa petição, também, encerra relativamente à compreensão necessária e fundamental de todos aqueles que são os problemas que

assistem a uma comunidade que se vê privada de poder, em determinado momento, beneficiar das mesmas ferramentas de manutenção da sua presença no território e da sua residência local. -----

----- Eu acho que é aqui que surge, também, a preocupação que em determinado momento fez falta no âmbito da própria reflexão que tem sido feita, com a questão não só do alojamento local mas, também, com a questão agora da reabilitação urbana destes bairros históricos. -----

----- E aqui há uma questão que é fundamental e que julgo que está bem patente na preocupação que os petiçãoários nos trazem, que é procurar compreender de que forma é que a Câmara Municipal e, em particular, neste caso, de que forma é que a Assembleia Municipal também pode sensibilizar a Câmara Municipal para aquela que é uma preocupação de poder assegurar que existe um conjunto muito vasto de pessoas que não beneficiando de qualquer tipo de apoios sociais se vê muitas vezes impedidos de continuar e de poderem se candidatar a espaços e a rendas que permitam a sua manutenção nos territórios que as viram nascer e que, de alguma forma, integram também do ponto de vista daquilo que é a sua perspetiva e a sua integração cultural. ---

----- Nesse sentido, há aqui uma reflexão muito importante a fazer. É necessário compreender o quão está disponível a Câmara Municipal para alargar a capacidade de incluir pessoas com rendimentos baixos, mas ainda assim, com rendimentos gerados do seu trabalho, do seu suor, que sejam valorizados por isso, e não por causa disso que percam a oportunidade de se candidatar a essas soluções que a Câmara Municipal coloca. -----

----- E, também, por fim, uma questão que, ainda, que tenha sido aceite no âmbito na altura da discussão da recomendação, mas que infelizmente, pelos vistos acabou por não ter sido integrado, é partilhar também essa informação no que diz respeito ao património disperso com as próprias juntas de freguesia e neste caso, em particular com a Junta de Freguesia da Estrela. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho** no uso da palavra, anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Modesto Navarro do PCP.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa tarde.-----

----- Nós falamos, sinceramente, os moradores pela petição que apresentaram à Assembleia Municipal. É preciso dizer mais uma vez, e sempre, que foi a lei das rendas do ex-governo do PSD/CDS que veio trazer o aumento brutal do valor das rendas, o crescimento do alojamento local, o encerramento das lojas do bairro. Estas são as três preocupações essenciais plasmadas nesta petição. -----

----- De facto, quem conhece a Madragoa vê que há, ainda, uma vida intensa baseada, obviamente, nos seus habitantes, mas também nas lojas, nos cafés, nos pontos de encontro como aqui, foi escrito, até do ponto de vista literário, com qualidade, pelos petiçãoários. -----



----- Nesse sentido, em relação à recomendação que é feita pela 3ª e pela 5ª Comissões, nós propomos, e tivemos ocasião de falar com o Presidente da 3ª Comissão e com o Partido Socialista, nós propomos que invés de dois pontos na recomendação nº 040/02, haja três pontos, ou seja, inserir em segundo lugar, o seguinte, a área que ainda não está aqui, digamos, salvaguardada na própria recomendação que é, um ponto dois que dirá o seguinte, no que respeita deliberar, recomendar à Câmara Municipal: *‘Que dê atenção especial à importância à manutenção das lojas de proximidade na ligação entre os habitantes e criação de vida comunitária’*. E o ponto dois passaria a três. É esta a proposta que vamos entregar na Mesa para ser considerada e votada.-----

----- Obrigado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho** no uso da palavra, anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Miguel Santos do PAN.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Antes de mais, começar por dar os parabéns aos petiçãoários, e à petiçãoária, por nos trazerem esta petição. Não é costume aparecerem petições de cunho exclusivamente, imaterial. E quando digo imaterial refiro-me ao facto de não haver uma pessoa específica com um problema específico cuja resolução do problema possa trazer vantagens. Aqui temos uma petição pela alma da cidade, neste caso, do Bairro da Madragoa e, nesse aspeto, torna a petição ainda mais relevante.-----

----- Esta petição fala-nos de um problema que é um problema da cidade de Lisboa e da Madragoa, neste caso, em particular.-----

----- Obviamente, nós revemo-nos, também, nas recomendações das comissões, cremos que este é um início, mas para que seja efetivada uma massa crítica de reposição da população nestes bairros, não basta aquilo que aqui está, é preciso que a Câmara venha a tomar uma atitude pró-ativa no sentido de que haja uma reabilitação geral destas casas que estão desocupadas. Não sei qual é a solução, mas essa solução que tem que ser estudada. O património disperso deve ser alocado às rendas apoiadas e às rendas acessíveis, não tenho muitas dúvidas, não temos muitas dúvidas relativamente a isso. Mas património disperso é uma fração do património total que está desocupado e, portanto, creio que, para além destas recomendações, tem que se ir um bocadinho mais fundo, com políticas que possam reativar todos os fogos que estão desocupados, neste momento. E isso poderá passar por incentivos, também, da Câmara que deverão ser estudados a seu tempo.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Vereador Rui Franco** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:---

----- “Muito boa tarde a todos.-----

----- Em primeiro lugar, reforçar o compromisso já assumido por esta câmara referente ao lançamento do segundo concurso de habitação específica para o centro histórico, e do compromisso também, já assumido de alargar o território agora às duas freguesias que, fundamentalmente, são, aqui, referidas a da Estrela e a de Arroios.-----

----- Acrescentar, ainda, que tal como no processo anterior, as freguesias e os destinatários alvo serão consultados e acompanharão a elaboração deste processo, quer no levantamento das situações de perda e de risco de perda de habitação, mas também, do levantamento dos imóveis a afetar e o resultado de referência são na adequação da procura das necessidades, das possibilidades e das carências são relevantes naquilo que é a avaliação que, já hoje, podemos fazer do primeiro concurso. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Senhores Deputados, estamos, então, em condições de passar à votação. -----

----- Começaríamos, então, por votar a Proposta que foi entregue pelo PCP, uma **Proposta de Aditamento** de um novo ponto à Recomendação nº 040/02 (3ª e 5ª CP), apresentada pelo PCP. Portanto, votaríamos um novo número dois que seria: *‘Recomendar à Câmara Municipal que dê atenção especial à importância e manutenção das lojas de proximidade na ligação entre os habitantes e a criação de vida comunitária’*. Vamos colocar à votação esta Proposta de Aditamento. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, 9 IND. A **Proposta de Aditamento** à Recomendação nº 040/02, apresentada pelo PCP, foi **aprovada por unanimidade**. Este passará a ser o número dois da referida recomendação. -----

----- Vamos passar, agora, à votação dos **números um e três da Recomendação nº 040/02**, que eram os anteriores números um e dois. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, 9 IND. A **Recomendação nº 040/02** foi **aprovada por unanimidade**. -----

----- **O Grupo Municipal do MPT apresentou a seguinte Declaração de Voto por escrito:** -----

----- *“O Grupo Municipal do Partido da Terra - MPT eleito para a Assembleia Municipal de Lisboa, vem, nos termos e para os efeitos previstos no nº 4 do artigo 63º do Regimento da AML, fazer constar da Acta da Reunião realizada no dia 30 de Outubro de 2018 a sua declaração de voto referente à Recomendação 040/02 – (com a seguinte epígrafe) “Salvaguardar as pessoas para salvaguardar a vida e a história da Madragoa”, e que mereceu o voto favorável deste Grupo Municipal com os seguintes fundamentos.*-----

----- *1. A presente recomendação resulta de uma petição que pretende alertar para um dos maiores problemas que atualmente se vive na cidade de Lisboa, e que tem sido trazido por vários municípios às Sessões desta Assembleia, bem como abordado por nós;*-----

----- *2. O Grupo Municipal do Partido da Terra – MPT tem em agendamento de debate sobre o impacto do turismo nesta Nossa Lisboa;* -----

----- *3. A Madragoa tem vindo a perder nos últimos meses, muito da sua história associativa exemplo disso foi, o fecho de portas do Vendedor de Jornais Clube, cujas*

instalações enceraram por não suportar o aumento da renda solicitada pelo proprietário. -----

----- 4. Outro exemplo, aqui várias vezes abordado foram as instalações da Sociedade Instrução Guilherme Cossoul, instalada na Madragoa, que viram as suas instalações serem vendidas e só mais tarde foram realojados, mas já não na mesma freguesia.-----

----- 5. A Madragoa a par de outros bairros históricos em Lisboa está a perder a sua identidade tão característica, perdendo as suas gentes e os seus costumes dando lugar a outros interesses relacionados com o Turismo. -----

----- Em face do exposto, o Partido da Terra – MPT defende a necessidade de salvaguardar a vida e a história da Madragoa, reiterando que o património municipal existente no Bairro da Madragoa pode contribuir em muito para a salvaguarda da vida e das gentes deste bairro, afetando este património a programas municipais de habitação. -----

----- Lisboa, 30 de Outubro de 2018 -----

----- Pelo Grupo Municipal do Partido da Terra,-----

----- O Deputado Municipal Mário Freitas.”-----

----- **5. APRECIACÃO DA PETIÇÃO 16/2018 - "PELO COMÉRCIO DE PROXIMIDADE - PELA NOSSA SOBREVIVÊNCIA", NOS TERMOS DA PETIÇÃO E AO ABRIGO DO ARTIGO 85º DO REGIMENTO; 1,5 X GRELHA BASE: 51 MINUTOS, A QUE ACRESCEM 10 MINUTOS PARA OS PRIMEIROS SUBSCRITORES;** -----

----- (A Petição nº 16/2018 fica anexada à presente Ata, como Anexo XIII e dela faz parte integrante). -----

----- (O Parecer da 1ª Comissão Permanente fica anexado à presente Ata, como Anexo XIV e dela faz parte integrante) -----

----- (A Recomendação nº 040/03 fica anexada à presente Ata, como Anexo XV e dela faz parte integrante). -----

----- (As fotografias e outros documentos entregues pelos subscritores encontram-se arquivados nos serviços da Assembleia Municipal de Lisboa) -----

----- **O Senhor José Manuel Fernandes** na qualidade de representante dos peticionários, e no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde a todos os presentes. -----

----- Pertença à Associação do Comércio Nacional da Rua de São Lázaro. -----

----- Primeiro, quero agradecer à 1ª Comissão, na qualidade da Senhora Presidente Irene Lopes que visitou a rua, o que agradecemos, bastante, o que nos sensibilizou, bastante. -----

----- Estávamos convencidos que os Senhores entrariam nos nossos estabelecimentos comerciais para verem o género de comércio que nós praticamos, como digo, comércio de proximidade, mas não entraram. Estranhámos, daí este meu ponto que vou alertar. -----

----- Julgo que tocaram à campanha de um colega nosso, Pensão Bela Flôr, só que ele foi numa delegação para receber os Senhores Deputados. Depois, ficámos na conversa

e ninguém se apercebeu que tinham tocado à porta. Já agora, para dar esta justificação. -----

----- Uma outra justificação, já agora, é que lamentamos bastante a intervenção do Senhor Diretor Municipal António Furtado ao dizer que o nosso comércio não corresponde à realidade das declarações que fizemos. Portanto, colegas nossos que não apresentam lucros do comércio, portanto, economia paralela, pelo que nós lamentamos. E eu, desde o princípio, já vim aqui a esta Assembleia, várias vezes, e chamo sempre a atenção que nós atravessamos a pior crise do comércio que houve em Portugal, pelo menos no nosso comércio, e as nossas margens de lucro são muito pequenas pois debatemo-nos, tentamos lutar contra com o comércio oriental. Por isso, os lucros são pequenos. Temos colegas nossos que não fecharam as empresas, dão prejuízo, mas não fecharam, porque fizeram empréstimo à banca para não mandarem os empregados embora. -----

----- Isto é um alerta, sendo que o Senhor Diretor Municipal equivocou-se com certeza. -----

----- Gostava igualmente, de falar do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior que diz que o comércio tradicional faz falta, mas a verdade é que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior nunca nos visitou, nem uma única vez apesar de nós pedirmos ajuda. Nunca contactou connosco para saber o que se passa. -----

----- Evidente que nós desde o início que dissemos, e continuamos a afirmar que a população faz falta dentro de Lisboa, mas também faz falta para o nosso comércio. Portanto, nós contamos com a população e não estamos à espera que a Câmara Municipal de Lisboa e as pessoas responsáveis por este projeto público, ou privado, nos quisessem mandar embora. Este é o nosso lamento. -----

----- Eu no dia vinte e cinco de julho deste ano, intervim na Câmara, expus a nossa situação e o Senhor Vereador Manuel Salgado disse-nos para termos calma, que o Senhor Presidente Fernando Medina ia tomar conta da situação. Fins de agosto, princípios de outubro, que falariam connosco. Mas até hoje, ninguém falou. -----

----- Eu estou a contar estes factos para que possam ver a situação em que nos encontramos, e sentimo-nos desprezados. -----

----- Recebemos uns ofícios e uns avisos da Câmara na dizer, da parte do Património, que iam pessoas visitar os nossos estabelecimentos. Das duas uma, ou não aparece ninguém, ou quando aparecem são pessoas de imobiliárias com fotografias, estas que vos mostro, que mostram a possíveis compradores e nós ficamos meio aparvalhados com tudo isto. -----

----- É evidente que dissemos à Câmara Municipal que, futuramente, quem nos fosse visitar, a Câmara, a parte do património, teriam que nos dizer quem eram as pessoas e o nome dessas pessoas. -----

----- Nós marcámos, por nossa iniciativa, na semana passada, no dia vinte e cinco, quinta-feira, nós fomos à Câmara Municipal de Lisboa e falámos com a Diretora Isabel Guerreiro, Dr. Pedro Rosa e a Dr.<sup>a</sup> Carla Santos. Explicámos a nossa situação, estamos a favor do projeto, ninguém está contra o projeto, antes pelo contrário,

queremos é continuar com os nossos estabelecimentos, com o nosso comércio. E dissemos que todos estamos dispostos a negociar. -----

----- A Câmara Municipal desde 2016, nunca falou connosco uma única vez. Por iniciativa da Câmara, nunca. Pelo que perguntámos à Diretora Isabel Guerreiro qual era a situação que se passava connosco. Já que na outra vez que estivemos cá o Diretor António Furtado tinha dito que iriam ser construídos estabelecimentos, mas que os estabelecimentos não iriam ser para nós. Que não havia qualquer hipótese. Os estabelecimentos iriam ser para os privados recuperarem o dinheiro do investimento. Nós manifestámos a nossa indignação. Não é justo, Estamos aqui á quarenta e cinquenta anos não era justo que nos façam isso. -----

----- Desta vez, a Diretora Isabel Guerreiro disse-nos que não, que não nos tinha sido dito nada daquilo. Mais, o que nos deixou mais surpreendidos foi quando nos disse que não iriam ser construídos mais estabelecimentos comerciais. Eu disse como não se aparecia nos jornais, no relatório da petição em que diz que se prevê a construção de comércio e de serviços, bem como novos equipamentos de proximidade. Como é que não estava previsto? Mas a Diretora Isabel Guerreiro afirmou que não estava previsto, que tinha sido um projeto internacional que foi aprovado. A Câmara Municipal de Lisboa tentou alterar o projeto para que pudéssemos regressar aos nossos estabelecimentos, quem quisesse, pois temos colegas que não se importam de negociar. -----

----- Os Senhores vejam a forma como estamos a ser tratados pela Câmara. Nenhum diálogo, desde 2016, ninguém fala connosco, e nós não estamos habituados a sermos tratados desta maneira, julgo que não merecemos. -----

----- Quanto às recomendações da 1ª Comissão, eu em 2016, intervim aqui, nesta Assembleia, a título individual, e a minha intervenção foi uma intervenção de ajuda, pedi-vos ajuda pois o nosso comércio, o meu património, o dos meus colegas, na altura ainda não tínhamos a associação, era os clientes que arranjámos no decorrer de trinta anos, portanto, é um comércio de proximidade e estamos todos interligados uns com os outros. -----

----- A recomendação que a 1ª Comissão faz, nós não podemos estar de acordo. Esta tem sido a nossa luta desde o início. Nós os comerciantes queremos ficar, eu e mais dois, ou três, temos o direito de ficar. Nós não abandonamos Lisboa e dizemos sempre isto, nunca abandonámos em época de crise, colegas meus fizeram empréstimo à banca para não fecharem o seu comércio, e agora querem-nos mandar embora. Não achamos justo porque ao deslocarem-nos para outro sítio fora dali, não é justo. É o nosso fim. -----

----- Já agora, e isto deveria fazer parte das negociações, mas nós não conseguimos falar com a Câmara porque a Câmara não fala connosco. -----

----- O Engenheiro Pedro Rosa que falou connosco disse que iriam construir as casas e quem não chegasse acordo, iriam avançar com as obras da mesma forma. Mas era isso que nós dissemos e que podíamos negociar desde o início. Vão fazer lojas porque haviam muitas lojas vazias, pois nem todos os comerciantes ficam, e quando houvesse lojas vazias, nós os comerciantes que quiséssemos passavam para essas lojas, e não

tínhamos necessidade de sair, nem de indemnização nenhuma. Mas não falam connosco como é que vamos resolver.-----

----- Portanto, esta parte, se os Senhores da 1ª Comissão se pudessem alterar, ou propor, nós queremos, os que querem continuar, queremos as nossas lojas porque ali é que é o nosso património e ali é que nós conseguimos sobreviver. -----

----- Não tenho mais nada a dizer. -----

----- Quando mostrei uns documentos do IVA que apresentámos, nós movimentamos milhares de euros e pagamos milhares de IVA ao Estado, mercadoria portuguesa. -----

----- Muito obrigado pela atenção.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Gaspar (IND)** na qualidade de Relatora do Parecer da 1ª Comissão Permanente, e no uso da palavra, fez a seguinte apresentação: -----

----- “Caríssimos, obrigada. -----

----- Penso que está aqui plasmado aquilo que vivemos. Foi um processo interessante. -

----- Recebemos, naturalmente, os petiçãoários e é sempre bom receber aqueles que se batem pelos seus direitos. -----

----- Ouvimos, também, em audição, o Senhor Diretor Municipal de gestão, também o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior e visitámos o local, que eu já tinha, previamente, feito, se me permitem o termo que é caro, ‘clandestinamente’. -----

----- Só para dizer-vos, nesta apresentação, que o que está aqui foi aquilo que vivemos pelo que há que esclarecer que nós visitámos aquilo que foi possível visitar, e que não foi apenas um simples toque de campainha. Houve quem não quisesse, legitimamente, que nós visitássemos um espaço que foi definido como um alojamento local e que não o é. Eu tinha já visitado o espaço, clandestinamente, porque aproveitei essa hipótese. --

----- Portanto, o que está aqui plasmado é de facto o processo que nós vivemos. Depois referir-me-ei ao que penso sobre a questão. -----

----- Obrigada.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho** no uso da palavra, anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Ricardo Moreira do BE.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Moreira (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Começo por saudar os petiçãoários da Associação do Comércio Tradicional da Rua de São Lázaro. É conhecido o vosso problema, as vossas chamadas de atenção. ---

----- Estes comerciantes têm raízes na zona e a sua atividade faz parte da malha viva da zona e da própria cidade de Lisboa. Aliás, como disseram e tem sentido que dizem, aguentar uns tempos maus e agora que estamos num tempo um pouco melhor, sentem-se injustiçados por ter de sair, neste momento. -----

----- E, de facto, nós não podemos ter um programa de renda acessível para fixar população na cidade de Lisboa e expulsar as pessoas que, precisamente, estão lá e que estão fixas na cidade de Lisboa. Seria uma incongruência.-----

----- Acompanhamos, assim, as recomendações da 1ª Comissão se isso quiser dizer que os comerciantes que querem sair têm justiça nessa saída, e saem. E que os comerciantes que querem ficar têm justiça nessa possibilidade de poderem ficar porque, voltamos a afirmar, estes comerciantes fazem, de facto, parte do tecido vivo daquela zona, e não os podemos perder. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho** no uso da palavra, anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Margarida Penedo do CDS-PP.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Penedo (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhor Presidente em exercício, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. -----

----- Estes comerciantes que nós queremos começar por cumprimentar, vieram aqui trazer um problema que é um problema conhecido, um problema que é falado praticamente todos os dias nos jornais, e muitas vezes falado, aqui, em sessões na Assembleia Municipal que decorre diretamente da maneira como se faz a renovação e a reabilitação nos bairros antigos, portanto, os promotores reabilitam e depois é preciso perceber como é que se pode lidar, da melhor maneira, com as pessoas que já lá vivem, sejam elas pessoas que vivem porque habitam, ou pessoas que vivem, porque têm ali o seu pequeno comércio. -----

----- Neste caso específico de hoje, da Associação de Comércio Tradicional da Rua de São Lázaro, a petição descrevem este problema e, no fim diz coisas com o seu interesse. -----

----- Primeiro, pede para ficarem nas lojas depois de elas serem reabilitadas, pede isso, especificamente.-----

----- Depois diz que já têm trabalho e que não querem ser dependentes de subsídios do Estado, isto estou a ler o que aqui está escrito e, no fim, dizem que as indemnizações justas e condignas são uma possibilidade, que eles admitem que possam servir nalguns casos, mas pedem que essa não seja a única saída obrigatória para esta situação. E, portanto, pedem que seja uma possibilidade, mas o que eles querem é ficar ali depois dos edifícios serem reabilitados. -----

----- Ora, a única diferença que se vê na situação que, aqui, é descrita, hoje, em relação às outras situações que têm sido faladas, é a natureza do promotor. Normalmente, são promotores privados, que são vistos com muito maus olhos, são encarados como a entidade do mal que vem reabilitar para fazer lucro e expulsar as pessoas que estão. Mas, aqui, assim temos um promotor que é um bocadinho diferente, e que é a Câmara Municipal de Lisboa, associada com alguns promotores privados com quem está a fazer este programa de renda acessível. -----

----- Ora, a Câmara Municipal de Lisboa tem em relação aos promotores privados, obrigações diferentes. Tem obrigações e responsabilidades políticas, sociais, humanística e de planeamento que não podem ser atribuídas, de maneira nenhuma, aos promotores privados. Ora, quando são os promotores privados o Partido Socialista

e a Câmara de Lisboa, e os seus parceiros à esquerda, indignam-se. Neste caso, é a Câmara Municipal de Lisboa a promover, portanto, em vez de se indignar, promove este comportamento. -----

----- Nós não sabemos até que ponto é que estes comerciantes têm, ou não têm, uma alternativa, porque a Câmara Municipal de Lisboa o que lhes oferece, quando não querem aceitar a indemnização pelo valor foi calculado, e entendemos que sim senhor, deve ter sido calculado de uma maneira transparente e justa, não pomos isso em causa, agora, alguns destes comerciantes não querem essa possibilidade e querem viver ali, querem ficar ali. A Câmara Municipal de Lisboa dá-lhes uma alternativa que é irem para a Alta de Lisboa, ou para Entrecampos. Isso é outra coisa que se costuma criticar nos privados é que estão a mandar para fora dos bairros, as pessoas que querem ficar, aqueles que estiveram ali a vida toda. Neste caso, são os pequenos comerciantes, cuja experiência, cujo passado deve ser valorizado porque eles têm um papel na vida daquele bairro. -----

----- Aquilo que se tem visto é a duplicidade da Câmara Municipal de Lisboa quando faz as críticas, condenam o comportamento, e quando é promotora, promove-o. Isto é de uma grande duplicidade e é de uma grande falta de convicção porque quando comentam as nossas políticas falam como se as condenassem, efetivamente. Ora, se as condenassem, não as praticavam. Portanto, não há convicção nenhuma nos comentários que a Câmara tem feito. -----

----- Depois, há outro problema aqui. Nós não sabemos até que ponto é que estes comerciantes têm que ser enviados para tão longe. Porque nós temos pedido, por várias vezes, uma lista de património que a Câmara de Lisboa tem dos vários bairros, e nós não sabemos qual é o património edificado que a Câmara de Lisboa tem, neste caso, aqui, nesta zona. Não podemos avaliar se seria, ou não seria, possível manter estes comerciantes noutro sítio mas, aqui, neste mesmo bairro. Não sabemos porque a Câmara Municipal de Lisboa não responde ao nosso pedido. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho** no uso da palavra, anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Sobreira Antunes do PEV.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreira Antunes (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente em exercício. -----

----- Da petição ‘Pelo comércio de proximidade - Pela nossa sobrevivência’ sobressai a enorme preocupação pela permanência das atividades económicas na Rua de São Lázaro e das famílias que ali subsistem. Por isso, “Os Verdes” começam por saudar este alerta dos peticionários, que reagem à ameaça de despejo por parte da senhoria: a própria CML. -----

----- Os lojistas desta zona da cidade, quase sinónimo de grande armazém de produtos para venda a retalho fabricados em Portugal, e não só, que se organizaram na Associação Comércio Tradicional Rua de São Lázaro, lembram que as propostas de



indemnização oferecidas pela CML são muito baixas e que a CML promoveu a reabilitação do edificado no pressuposto de que eles já lá não estariam. -----

----- Na origem desta medida encontra-se o Programa Renda Acessível, apresentado em 6/4/2016, que prevê parcerias entre o Município e o sector privado, cabendo à CML disponibilizar terrenos e edifícios de que seja proprietária, e ao privado construir ou reabilitá-los. -----

----- Acontece que, como sintetiza a CML na descrição do projeto, na Rua de São Lázaro existe uma expressiva concentração de imóveis municipais contíguos, constituídos por edificações de várias épocas construtivas, dos séculos XVII a XIX, nos quais o executivo pretende intervir em 16 edifícios, num total de 126 fogos, com o objetivo de, assim disserta a CML, os preservar, reforçando o seu valor patrimonial. ---

----- No caso presente, trata-se de uma área superior a 7.200 m<sup>2</sup>, contígua à Praça do Martim Moniz, onde a CML pretende ver reabilitados, com uma outra qualidade habitacional, os espaços comerciais nos edifícios a intervencionar e criadas novas lojas nos edifícios a construir. No entanto, as casas de renda acessível da CML irão expulsar os lojistas daquela rua, em vez de, de novo, lhes poderem vir a ser cedidas parte das novas lojas a edificar no local. -----

----- O projeto, que será implementado após recurso a concurso público e adjudicação a parceiros privados, terá, entretanto, sido ganho pela empresa *Brightempathy*, Ld<sup>a</sup>, entre um conjunto de quatro propostas apresentadas. -----

----- Como, em breve, os lojistas da Rua de São Lázaro vão ter de sair para darem lugar a habitações do Programa Renda Acessível, dizem-se injustiçados pela falta de alternativas no local apresentadas pela senhoria, ou seja, a própria CML. Queixam-se de a autarquia só negociar com base na opção de saída, ter pouca disponibilidade para os receber e lhes oferecer indemnizações que consideram “ridículas”. -----

----- Alegam que desde há muitos anos têm vindo a contribuir para o desenvolvimento da economia no local, tendo ainda investido na recuperação dos imóveis, de modo a impedir a sua degradação. E recordam que têm muitos clientes que chegam de várias partes do País e dos próprios PALOP, pelo que, se a CML os obrigar a fechar, dezenas de pessoas poderão perder o seu posto de trabalho, para além das fábricas portuguesas que, cedo ou tarde, acabarão também por encerrar, pondo inclusive em causa a produção nacional. -----

----- O que pretendem com a petição é afinal muito simples: serem ouvidos pelo Município de modo a permitir-lhes candidatarem-se a que lhes sejam atribuídos os rés-do-chão reabilitados, a fim de continuarem os seus negócios no local. Não pretendem impugnar o Programa de Renda Acessível, mas sim serem nele integrados, o que consideram seria uma medida de inteira justiça. -----

----- Julgam estar a ser despejados por um projeto da CML de mãos dadas com os privados, em prédios cujo valor disparou, valendo agora milhões €, e que atrai o súbito interesse dos privados. Estranham, por isso, a contradição da CML em muito falar de proteção do comércio tradicional, mas expulsando, afinal, um tipo particular de negócio que se tornou raro em Lisboa, visto outras lojas semelhantes da Baixa terem já, entretanto, encerrado. -----

----- Considerando que os comerciantes se mantêm dispostos a negociar com a autarquia, de forma a que seja encontrado um melhor desenlace, consoante cada caso concreto, “Os Verdes” consideram os despejos despropositados e que uma solução consensual e mais bem ponderada passaria por ser elaborado um projeto que englobasse tanto as novas edificações, como a permanência das lojas de retalho naquela mesma zona. -----

----- Daí o agradecimento da GM de “Os Verdes” aos peticionários por permitirem trazer este tema a debate, para que sejam salvaguardadas as atividades económicas da Rua de São Lázaro e a sobrevivência de quem ali vem trabalhando há décadas. -----

----- Obrigado Senhor Presidente em exercício.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho** no uso da palavra, anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Fábio Sousa do PCP.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fábio Sousa (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente em exercício, Executivo Camarário, Caro Público presente, Caros Peticionários. -----

----- Os comerciantes, agregados na Associação do Comércio Tradicional da Rua de São Lázaro Lisboa (ACTLS) são arrendatários dos imóveis de propriedade da Câmara Municipal de Lisboa, situados na Rua de São Lázaro. São pequenos comércios de proximidade (cafés, restaurantes, lojas de confeção, têxteis lar e artífices), muitos deles com estabelecimentos a funcionar há mais de 40 anos. -----

----- A pedido da Associação, o Grupo Municipal do PCP reuniu com a ACTLS para ouvir e conhecer melhor a sua situação, tendo tomado conhecimento in loco das dificuldades e da incúria com que a CML tem conduzido este processo. -----

----- A pretexto do Programa Renda Acessível, a CML pretende expulsar estes comerciantes dos estabelecimentos com enormes perdas para a comunidade local, perdas de postos de trabalho e uma irremediável descaracterização daquela zona da cidade. Dizemos descaracterização porque, inevitavelmente aqueles espaços serão por certo ocupados no futuro... resta saber por quem, em que condições e com que objetivos. -----

----- Acresce a esta situação, o investimento feito pelos comerciantes na recuperação dos imóveis impedindo a sua degradação e contribuindo para a dinamização e para o desenvolvimento da economia local. -----

----- A falta de alternativas, a pouca disponibilidade da CML para os receber, a pressão exercida, e os baixos valores das indemnizações propostas são espelho de uma CML de costas viradas para as pessoas. Uma decisão tomada sem ter em conta as aspirações de quem vive e trabalha no local nunca é uma boa decisão, afasta do centro da vida da cidade aqueles, que lhe dão corpo e vida diária. -----

----- Não podemos estar de acordo com esta solução. -----

----- Uma cidade moderna não se constrói destruindo as relações e o comércio de proximidade. Uma cidade moderna constrói-se incorporando as especificidades dos bairros e os anseios das populações. -----

----- É possível, encontrar uma solução que respeite a opinião destes quase quinhentos peticionários e que mantenha e preserve o comércio local na Rua de São Lázaro. -----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho** no uso da palavra, anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Miguel Santos do PAN.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores colegas Deputados Municipais, Imprensa, Público em geral. -----

----- A situação que nos traz esta petição, e antes de mais agradecer aos peticionários o trazer ao nosso conhecimento esta situação. Nós conhecíamos as situações de dificuldade que o comércio local passava em vários pontos da cidade. Agora, que isso pudesse ser consequência de uma operação de renda acessível, esse facto foi-nos trazido pelos Senhores Peticionários, nós, isso, não conhecíamos. E é essa a parte perversa que nós encontramos aqui, e quando se diz que se trata de uma injustiça os Senhores Peticionários não terem opção de ali ficar é efetivamente uma injustiça, por muito que a legalidade possa mostrar outra coisa. -----

----- Eu acho que devemos pensar que se existe uma vontade séria de preservar o tecido social dos bairros e fazer uma renovação dos bairros que seja, conforme, àquilo que existia e que é a tradição do comércio local e da vida local, deverá proximamente, as negociações que vão ser tidas entre os peticionários, neste caso e a Câmara Municipal de Lisboa ter isto em consideração, porque se efetivamente isto não for tido em consideração, aquilo que nós sabemos é que para futuro os programas de renda acessível arrastam consigo injustiças enormes, e eu creio que a disponibilidade dos Deputados desta Câmara será diferente daquela que foi na primeira votação do programa da renda acessível. É um apelo que eu deixo à Câmara Municipal de Lisboa para que veja nesta solução dos problemas da Rua de São Lázaro, uma matriz que vai ser utilizada para os próximos projetos de renda acessível e de reabilitação do património disperso. A Câmara tem que mostrar que a intenção real é fazer o saneamento da vida dos bairros em termos do edificado, trazer novos habitantes para a cidade, mas sem magoar aquilo que é o tecido social dos bairros existentes.-----

----- Portanto, peço que esta fase difícil de negociação a Câmara tenha isto em consideração e que, nesse aspeto, as negociações possam chegar a bom termo. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho** no uso da palavra, anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Ana Gaspar, Independente.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Gaspar (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Dizer resumidamente algumas coisas que, estamos aqui a falar do programa de renda acessível, que aprovamos sem abstenções e com o voto contra do BE, a trinta de maio de 2017, e cujo último parágrafo vou ler: -----

----- ‘O projeto da Rua de São Lázaro prevê a construção 174 habitações dos quais 126 para renda acessível, sendo 48 habitações e um total de 1279 metros quadrados de área para espaços comerciais, serviços geridos pelo concessionário.’-----

----- Isto diz o que diz. -----

----- Portanto, dizer que há aqui necessariamente, e da parte dos Peticionários e muito humanamente, e nós percebemos isso, uma necessidade de forçar a Câmara a dar mais, indemnizar mais, nós compreendemos isso. -----

----- Houve este percurso que hoje descrevi que corresponde à verdade, nem todos nem todos, enfim, isto é muito desagradável mas, de facto, nós assistimos aqui um dos peticionários falou de um alojamento local, e não há na área nenhum alojamento local eu própria comprovei isso porque tive a preocupação de percorrer antes, e de facto, o que houve aqui foi um movimento de ‘gato-rato’. Nós tentámos entrar no alojamento local e a pessoa achou que não devíamos entrar, e está no seu legítimo direito. Não tem é depois, o direito de vir aqui dizer outras coisas. Não é possível. -----

----- Portanto, trata-se aqui, de facto, de um programa de renda acessível e, às vezes há que haver opções, mas há que haver opções. Nós, às vezes, arrependemo-nos todos de não ter lido o texto até ao fim. Já me tem acontecido de ter aprovado coisas, nós temos que ter consciência que temos de ler tudo até ao fim porque é esse o nosso dever de Deputados Municipais em que temos que estar até à meia-noite, até à uma hora da manhã, como os peticionários, como as outras pessoas, como neste momento, uma geração que se não tiver a renda acessível, em Lisboa, não virá viver para Lisboa. E, portanto, há aqui opções a fazer. -----

----- Compreendo, portanto, tudo aquilo que os Peticionários dizem, nem sempre do modo que dizem, e faltando, enfim, a realidade é também um bocadinho daquilo que inventamos, mas aqui é a realidade de um compromisso que nós temos que considerar, do enquadramento que aprovámos, do PRA que colmata deficiências, não ficaremos certamente, satisfeitos com isto, cabe ao Estado a implementação de políticas públicas de habitação. Mas este é um programa interessante que pode ser revisto nas suas valências. -----

----- Relativamente à localização, e eu percebo os comerciantes, aliás, uma parte já aceitou negociação, outra parte não aceitou, outra parte está em cedência precária mas é-lhes dado um prazo em que estão todas as questões que forem enunciadas, e outros têm lojas em frente. Portanto, este é um quadro. -----

----- Dizer também que não parece que locais como Entrecampos sejam locais que afastam as pessoas de visitar e de comprar nestas lojas que eu chamo lojas a retalho, mas posso estar a faltar à verdade. -----

----- Apraz-me no também que estes valores imunização sejam feitos segundo um critério que não é apenas do metro quadrado. -----

----- Relativamente à quantidade de pessoas que estão lá empregues, trata-se de famílias, sem dúvida nenhuma, eu tenho de testemunhar aqui, eu não falto à verdade, eu testemunhei aqui uma coisa curiosa que é da vida, é de um humano, eu visitei clandestinamente estas lojas que são normalmente grandes, enfim, aquela zona é uma

zona de grandes áreas, e quando nós lá estivemos, a população aparentemente empregado era muito mais. Eu percebo o recurso, mas não pude deixar de comparar. --

----- Portanto, dizer que este é um processo em que nós insistimos para que haja uma negociação para que a Câmara faça, pelo limite, tudo tal como dizemos aqui, inclusivamente, ajudando na chamada deslocalização, o termo não é o mais correto, desculpem-me, na deslocalização e paga, eventualmente, se eles aceitarem, mas temos que ser justos e fazer opções porque fazer política é, de facto, ter opções. -----

----- Não conseguimos fazer tudo ao mesmo tempo, e eu continuo a pensar que este PRA e, nomeadamente, o PRA de São Lázaro é uma boa alternativa àquilo que é, neste momento, o maior flagelo, porque é o maior flagelo da cidade de Lisboa, que é a não entrada, porque é a retirada de jovens, muito centenas de jovens, que não voltará à cidade de outra maneira. -----

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada. -----

----- O Senhor Deputado Municipal Rui Costa prescinde.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho** no uso da palavra, anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Rodrigo Mello Gonçalves do PSD.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde Senhor Presidente em exercício, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais.-----

----- Eu gostaria, em primeiro lugar, de saudar os peticionários pela petição e por nos permitirem trazer estes assuntos a debate. -----

----- Esta petição veio demonstrar três contradições na política da Câmara:-----

----- Em primeiro lugar, a Câmara Municipal que costuma fazer discursos contra a precariedade, ficámos a saber que em espaços comerciais da própria Câmara existem contratos de arrendamento precário. -----

----- A segunda contradição prende-se com os objetivos enunciados. Pretende-se trazer população para a cidade, coisa com a qual penso que todos os partidos estão de acordo, no programa da renda acessível, mas, ao mesmo tempo, põe-se fim a atividades comerciais que estão há muito tempo enraizadas em determinados bairros e, designadamente, na Rua de São Lázaro, como é o caso que estamos aqui a discutir. -

----- Ao mesmo tempo, também, tem-se programas de lojas com história e, portanto, há uns comerciantes que são protegidos e defendidos, há outros com os quais há aparentemente dificuldade de diálogo. -----

----- A terceira contradição prende-se com a gestão que a Câmara faz do seu próprio património. A câmara é uma má senhoria. -----

----- Eu tive a oportunidade, também, de visitar algumas dessas lojas e, em conversa com os comerciantes, inclusive eles nos terem dito que muitas das obras de manutenção têm sido asseguradas pelos próprios, porque a Câmara não as fazia. -----

----- E, portanto, a Câmara que também gosta muito de apontar o dedo, nomeadamente, aos privados em relação à manutenção do património edificado não dá, ela própria, o exemplo. -----

----- Posto isto, nós revemo-nos nas recomendações que constam do relatório da 1ª Comissão. Fazemos esse apelo à Câmara para que leve, até ao limite, a possibilidade de chegar a acordo com os comerciantes que, ainda, não estão. E aproveito para perguntar se dos catorze que, ainda, estavam dependentes de acordo se há alguma novidade nessa matéria. E aproveito, também, para perguntar à Câmara, e isso também já foi referido, aqui, noutras intervenções, quando é que disponibiliza aos vários partidos da oposição, a sua listagem do património disperso, porque inclusive poderia ajudar a estudar estas situações e a tentar arranjar alternativas.” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde a todos. -----

----- Em primeiro lugar, eu penso que não podemos dissociar esta discussão, e este tema, do facto de estarmos a abordar uma matéria que está conexas com a primeira operação de promoção de renda acessível na cidade de Lisboa, e de estarem em causa a possibilidade de 126 famílias a renda acessível, poderem regressar, ou permanecer na cidade. -----

----- Isto, Senhores Deputados, o que está aqui em cima da mesa é algo com que aqueles que exercem funções executivas em qualquer organização, têm que se confronta a todos os dias que é decidir. Não é possível gerir nenhuma cidade, a que nível seja, dando tudo a todos, ou seja, muitas vezes, é preciso decidir entre o interesse coletivo e o interesse individual. E para mim, não sei se para todos os que estão nesta sala, mas para mim, o interesse coletivo sobrepõe-se ao interesse individual na gestão da coisa pública. -----

----- E portanto, apesar de completamente legítimas, todas, nomeadamente, esta petição que, aliás, saúdo no exercício daquilo que é um direito de qualquer cidadão desta cidade, e eu espero que do mundo cada vez, ao contrário daquilo que nos tem aparecido nos últimos tempos, cada vez mais democrático, que todos possamos expressar as nossas ideias, as nossas opiniões, as nossas angústias. -----

----- Mas depois há alguns a quem cabe decidir, e que a decisão é muito clara, o interesse coletivo sobrepõe-se ao interesse individual. Evidentemente, há direitos das pessoas e são legítimos que se reiviniquem e, cá estaremos para discutir aquilo que são esses direitos e, em face da lei, indemnizar, instalar o que seja que as pessoas que por interesse coletivo, têm que sair de uma determinada localização das suas lojas. -----

----- Agora, de facto, também ficou aqui claro, hoje, nesta discussão, e não vou repetir algo que nós temos dito, não é verdade que não tenha havido disponibilidade para a discussão, não é verdade que os valores sejam baixos, não é verdade uma série de coisas que foram aqui ditas, mas já não vou por aí, vou à questão substantivamente política, ficou aqui claro, nomeadamente, com a intervenção do CDS-PP, que o CDS-PP considera que é igual estar a discutir um qualquer hotel na cidade, ou um qualquer interesse individual, ou estarem a discutir um programa de renda acessível que,

obviamente, tem o interesse coletivo para a cidade. Isso ficou claro pela vossa intervenção. E, ainda bem que a fizeram porque, hoje, ficámos sem qualquer dúvida que os Senhores, aliás como já tinha sido hábito, porque também só pode vir de alguém que propõe como renda acessível mil e quatrocentos euros, que tudo isto é tudo igual. Mas não é, Senhores Deputados. Nós estamos a tratar do interesse coletivo da cidade. Estamos a trazer pessoas para programa de renda acessível, e os Senhores acham que isto é tudo igual. É igual fazer isto, ou o interesse de um qualquer hotel, é tudo igual. Não pode ser. -----

----- Eu percebo, têm a consciência pesada porque a vossa lei é que trouxe grande parte dos problemas que temos que, agora, minimizar com este tipo de programas. É isso que vos dói na consciência.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente em exercício, Senhores Deputados.-----

----- Senhor Vereador, quero agradecer-lhe uma vez mais, mas quero informá-lo, uma vez mais, que o Senhor meteu a cassete errada, ou o cd errado, ou a *pen* errada. Isso às vezes acontece.-----

----- O que estamos, aqui, a discutir, Senhor Vereador, não é o erro de outros no passado, é um erro vosso naquilo que era a preparação do projeto que deu origem ao plano que dá origem à saída destas pessoas do espaço que elas hoje ocupam, sem terem manifestado, nesse projeto, as mesmas preocupações que os mesmos exigem ao PSD e ao CDS que é, no momento em que fazem negociação com privados para sair de lá um conjunto de pessoas, não terem reservado um espaço para que o atual comércio local pudesse lá manter. Esse é o erro que fez e por isso é que eu lhe peço, Senhor Vereador, com os nervos não meta a cassete errada.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage,** no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada Margarida Penedo, do CDS-PP, para um pedido de esclarecimento.-----

----- Microfone à Senhora Deputada.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Penedo (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhor Presidente.-----

----- A única coisa que eu gostava de saber era se o Senhor Vereador se refere àquilo que o CDS-PP disse, aqui, hoje, ou se se refere a alguma coisa que o CDS-PP terá dito noutra sessão qualquer, ou noutra sítio qualquer, ou no imaginário do Senhor Vereador porque ninguém falou aqui de hotéis, hoje.-----

----- Talvez o ex. Senhor Vereador Ricardo Robles que é especialista neste tipo de duplicidades saiba ajudar o Senhor Vereador a compreender este tipo de coisas.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Bem, de facto, persistem no equívoco.-----

----- A Senhora Deputada disse muito claramente, e comparou com toda a clareza, eu penso que todos ouvimos, ou podemos ouvir a gravação, qualquer outra situação de empreendimento imobiliário na cidade com um programa de renda acessível. A Senhora Deputada referiu isto desta forma, e que nós exigíamos aos privados aquilo que nós estávamos a exigir a nós próprios. Isso não é comparável. Isso é que é a questão importante na sua intervenção. É que, de facto, não é comparável, mas para os Senhores é. Isso é muito interessante de perceber. É que para os Senhores está em igualdade de circunstâncias a política pública de promoção de renda acessível com qualquer outro empreendimento privado. Isso é muito interessante de perceber. -----

----- Para o Senhor Deputado Luís Newton, eu gostava de lhe dizer sobre esta matéria que, de facto, o empreendimento que foi ali construído tentou otimizar aquilo que era a possibilidade de cidadãos desta cidade, ou munícipes que o queiram fazer, poderem regressar à cidade. E, nessa equação, as pessoas que estavam nas condições em que estavam naqueles locais, deixaram de poder estar. Mas não foram abandonadas, foram oferecidas outras situações e estão-lhe a ser propostas indemnizações, e o processo de diálogo, ainda, não acabou. E, como tal, não me parece que fosse possível naquilo que é a definição da renda acessível e a forma como ela, neste processo de concessão, que pudéssemos manter as mesmas circunstâncias em que as pessoas estavam, isso inviabilizaria o projeto. Se fizer contas, que são fáceis de fazer, perceberá que não era possível fazer-se 126 novos apartamentos, sem este tipo de abordagem. -----

----- E recorde, as pessoas não foram abandonadas. Foram colocadas alternativas em cima da mesa, como acontece diariamente na cidade sem que isso signifique que as pessoas estão a ser expulsas porque são criadas, novamente, novas condições, ou indemnizadas para que elas possam procurar. Não foram abandonadas. Não foram abandonadas, nem foram expulsas das casas como os Senhores fazem com a vossa proposta de lei que foi aprovada, e que agora faz com que pessoas sem nenhuma indemnização sejam colocadas na rua. É completamente diferente. Percebe a diferença? É que o problema é que os Senhores não percebem a diferença, isso é grave.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Vereador quero-lhe pedir desculpa, afinal o Senhor Vereador não meteu a cassete errada. O Senhor Vereador tem cassetes para as segundas, quartas e sextas, e tem cassetes para as terças e quintas. E hoje é terça e fez-me essa confusão. -----

----- O que fica claro é que o Senhor Vereador tem um discurso para os privados e um discurso para os públicos. Para os privados é que não podem expulsar as pessoas dos locais. Ainda, agora, tivemos uma petição sobre isso. Este é o discurso para os privados. Para o público já é nós podemos mandá-los embora dando-lhes uma indemnização. -----

----- Eu fico satisfeito que a sua consciência se tranquilize com uma qualquer indemnização, mas eu quero recordar, eu quero-lhe recordar é que aquilo que é a grande linha orientadora desta governação da Câmara Municipal de Lisboa é o facto



de poder assegurar a retenção dos locais nos espaços onde estão. E o que o Senhor Vereador agora acabou de dizer é o contrário disso. -----

----- Portanto, segundas, quartas e sextas, uma coisa, terças e quintas, outras. Muito obrigado, afinal não é um problema de cassete.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Terminar só para dizer que, de facto, fica claro, aqui, que há dois conceitos sobre esta matéria, sobre interesse público. São conceitos muito diferentes, são duas formas de o ver. E ficou claro que é que tem um, e quem é que tem o outro. O interesse coletivo, o interesse de 126 pessoas, tem de se sobrepor ao interesse de muito menos pessoas, com as devidas regras. 126 pessoas, 126 famílias, o interesse coletivo da cidade tem de se sobrepor ao meu e ao seu. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage,** no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Senhores Deputados, terminámos as intervenções sobre esta petição e sobre a Recomendação nº 040/03 da 1ª Comissão Permanente.-----

----- Depois deste intenso debate o que manifestamente, demonstra a pertinência da petição aqui em causa, pelo que vou colocar à votação. -----

----- Temos um pedido de votação em separado de cada uma das propostas da recomendação e, portanto, elas não estão numeradas pela comissão, a Mesa faria a numeração das mesmas. São três, a que daríamos, naturalmente, os números um, dois e três, pela ordem que as mesmas se apresentam nos vossos documentos. Dispensar-me-ão de as ler e, portanto, eu colocaria à votação o **ponto 1 da Recomendação nº 040/03**, votos contra do PCP, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM e 9IND. O **ponto 1 da Recomendação nº 040/03 foi aprovado por maioria.**-----

----- Vamos passar à votação do **ponto 2 da Recomendação nº 040/03**, votos contra do PCP, BE e PEV, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PAN, MPT, PPM e 9IND. O **ponto 2 da Recomendação nº 040/03 foi aprovado por maioria.**-----

----- Vamos passar à votação do **ponto 3 da Recomendação nº 040/03**, votos contra do PCP, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM e 9IND. O **ponto 3 da Recomendação nº 040/03 foi aprovado por maioria.**-----

----- O Grupo Municipal do PCP pretende fazer uma declaração de voto oral.-----

----- Faça Favor Senhor Deputado Modesto Navarro.-----

----- Também o PPM afirma que entregará uma Declaração de Voto por escrito.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra apresentou a seguinte **Declaração de Voto** oral: -----

----- “É só para lembrar que esta questão da reabilitação urbana há uma palavra que se e usa, mas muitas vezes não se utiliza na prática que é cerzir manifesta inteligência por parte de quem faz. Ora, não é isso que está a acontecer, eu conheci muitos destes

comerciantes durante largos meses, almoçar com eles e a ouvi-los. E as propostas de indenização, por exemplo, que eram de 50 mil euros, a certa altura, depois eram levadas novamente, dizendo que se não aceitassem passava a 25 mil euros. -----

----- Houve efetivamente deficiências, eu gostaria que o Senhor Vereador João Paulo Saraiva ouvisse esta intervenção, porque nós vamos ter muitas questões pela frente, vamos ter muitas questões destas pela frente e, portanto, valeria a pena afinar as ideias sobre o que é reabilitar para a cidade, e não para expulsar.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- (O Grupo Municipal do PPM não entregou a sua Declaração de Voto por escrito nos serviços)-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra continuou:-----

----- “Vamos avançar nos nossos trabalhos. -----

----- Entrando no ponto 6, há um pedido de palavra. Microfone ao Senhor Deputado Rui Costa.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhor Presidente.-----

----- Era para requerer ao plenário da Assembleia Municipal que adiasse a votação dos documentos no ponto 6, porquanto tive oportunidade de, no domingo, dirigir uma missiva à Senhora Presidente da Assembleia Municipal que, pelo que foi do meu conhecimento, foi redistribuída aos Senhores Deputados Municipais e coloca-se o seguinte problema:-----

----- Eu não vejo como é que as regras possam ser definidas nestes termos, e julgo que toda a situação do conjunto de Deputados Municipais Independentes tem de ser revista, quer em função das dinâmicas, querem quanto em relação à própria natureza jurídica deste agrupamento. -----

----- Devo-vos dizer que não me fará diferença a não aprovação destas deliberações já é bem visto que um deputado que exerce o seu mandato, como independente, porventura tem menos tempo para intervir no plenário do que um membro do público, e sem demérito nenhum para nenhum membro do público, e está também visto que do ponto de vista da participação das comissões tenho participado naquelas que posso e naquelas que me interessam como sempre fiz e sem a isso estar obrigado e mesmo que vos façam falta a participação de quem não participa, bom, isso é um problema com o qual eu não terei de lidar. Mas estarei disponível e, portanto, como seria em meu benefício e do exercício do meu mandato, peço o adiamento, que considerem o adiamento desta votação para que se possa melhor refletir sobre esta matéria. -----

----- E, naturalmente, continuarei a visitar as comissões que muito bem entender, cumprindo mandato de Deputado Municipal como fiz até aqui, estando presente de pleno direito nas comissões, ou não estando. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado, é entendimento da Mesa que uma vez que está a fazer um requerimento está a fazê-lo ao abrigo do artigo 57º do Regimento. -----

----- Muito bem. Assim, sendo, e tendo em conta o que está estipulado no nosso Regimento, os requerimentos podem ser formulados oralmente, e isto significa que admitido, são votados sem discussão.-----

----- Portanto, se bem percebi, o requerimento que o Senhor Deputado Rui Costa faz é que nós adiemos a votação do ponto 6.1 e 6.2. -----

----- O ponto 6.1 visa atribuir mais trinta segundos à Grelha B aos Senhores Deputados Municipais Independentes, tendo em conta a saída do Senhor Deputado Municipal Rui Costa do Grupo Municipal do BE. -----

----- E o ponto 6.2 que tem a ver com a questão das comissões, da questão da nova composição das comissões da Assembleia Municipal. -----

----- E portanto, o Senhor Deputado Municipal Rui Costa aquilo que propõe ao Plenário é que nós não votemos estes dois pontos, hoje.-----

----- E, portanto, eu colocaria à consideração nos termos do número 4, do artigo 57º, à votação do Plenário. -----

----- Portanto, quem vota contra a proposta do Senhor Deputado Municipal Rui Costa. Votos contra do PS e de 8IND, abstenção do BE, votos a favor do PSD, PCP, CDS-PP, PAN, PEV, MPT, PPM e 1IND. A proposta do Senhor Deputado Rui Costa foi Rejeitada. O que significa que vamos proceder conforme conta na ordem de trabalhos e vamos começar, então, na apreciação conjunta dos pontos 6.1 e 6.2, Proposta nº 004/PAM/2018 e a Proposta nº 005/PAM/2018, respetivamente. -----

----- O Senhor Deputado Rui Costa dá nota que fará chegar uma Declaração de Voto por escrito.”-----

----- (O Senhor Deputado Municipal Rui Costa não entregou a sua Declaração de Voto por escrito nos serviços) -----

----- **6. APRECIACÃO CONJUNTA DAS PROPOSTAS ABAIXO INDICADAS, NOS TERMOS REGIMENTAIS: GRELHA-BASE: 34 MINUTOS;** -----

----- **6.1 PROPOSTA 004/PAM/2018 – AJUSTAMENTO DA GRELHA DE TEMPOS**-----

----- **6.2 PROPOSTA 005/PAM/2018 - ALTERAÇÃO ÀS COMISSÕES PERMANENTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA PARA O MANDATO DE 2017-2021**-----

----- (A Proposta nº 004/PAM/2018 fica anexada à presente Ata como **Anexo XVI** e dela faz parte integrante).-----

----- (A Proposta nº 005/PAM/2018 fica anexada à presente Ata como **Anexo XVII** e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Relativamente a esta matéria esta é uma proposta que está na nossa ordem de trabalhos há três semanas, mas também lembro aquilo que foi a missiva o *email* do Senhor Deputado Municipal que exerce o mandato como independente Rui Costa compreendo também a sua posição. E a verdade é que a fundamentação que ele

apresenta e os artigos que ele invoca tem toda a razão de ser e tem toda a legitimidade, e portanto, parece-me a mim que deveria haver uma maior reflexão sobre esta matéria, até porque esse *email* ainda não foi alvo de análise por parte da Conferência de Líderes onde esta proposta foi. -----

----- E há duas coisas que o Senhor Deputado Rui Costa invoca que a mim me parecem coerentes e que lá está, são normas regimentais. A primeira é que cada deputado e, neste caso os Deputados que exercem o mandato como independentes, não são um grupo e que muitos desses deputados é que deve indicar em que comissão é que quer e, depois, obviamente, se isso fizer uma alteração àquilo que é a composição das comissões, tendo em conta o princípio da representação e a proporcionalidade dessa representação, parece-nos muito bem. -----

----- Agora o que eu não concordo nesta proposta, é o facto de ser o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda que perde um elemento, dizer para que comissão é que deve ir esse Deputado Municipal quando isso contraria, exatamente, aquele artigo regimental que foi evocado pelo Deputado Municipal Rui Costa. -----

----- E, portanto, a uma vez que esta proposta não será viável, nós não podemos votar favoravelmente por esta mesma razão. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho** no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Rui Costa, Independente.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Eu fui informado, antes de subir, que possuía vinte segundos para a intervenção e o restante tempo para os Deputados Municipais Independentes que não sei como é que o distribuem, é uma coisa que iremos discutir. -----

----- Só para dizer que independentemente da aprovação, usarei e cumprirei com as minhas funções com muito gosto, como sempre fiz até hoje, sem deixar de protestar e sem deixar, eventualmente, de impugnar judicialmente a decisão que, aqui, for tomada, hoje.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage,** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- A Mesa relativamente à distribuição de tempos entre os Senhores Deputados que exercem o seu mandato como Independentes, é um assunto que não nos diz respeito, aliás, nós registamos as inscrições dos Senhores Deputados e usam o tempo como bem entendem, entre cada um de vós, aliás, como farão todos os Senhores Deputados.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho** no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Inês Real do PAN.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Real (PAN)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa tarde Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimas Senhoras Secretárias, Senhores Vereadores e Vereadoras, restantes colegas Deputados e Deputadas Municipais, Público e Comunicação Social presente. -----

----- Em relação a esta matéria, de facto, parece-nos que temos que distinguir e tratar de forma diferente as duas propostas que aqui temos perante nós, para serem votadas. -

----- Por um lado, a questão dos tempos que iremos acompanhar, pois, parece-nos que, de facto, resulta inequivocamente da saída de um Deputado do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, a necessidade de reajustar esse mesmo tempo, sendo a prática até aqui usual que este tempo seja, também, refletido e tratado dentro do grupo, ou do conjunto, por assim dizer, dos membros que compõem e exercem o seu mandato como independentes, coisa diferente é, de facto, vir a esta assembleia ouvir um Grupo Municipal indicar como é que o Deputado Municipal que exerce o seu mandato como independente, Rui Costa, deve, ou não, integrar as comissões. Obviamente, que somos forçados a concordar com este pedido que aqui foi formulado, não nos parece de todo que isto seja respeito pelo direito à oposição e do livre exercício do seu mandato e, portanto, não poderemos acompanhar, de forma alguma, a segunda proposta após as reflexões que aqui foram deixadas pelo Senhor Deputado Municipal. -----

----- Disse.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho** no uso da palavra, anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Rodrigo Mello Gonçalves do PSD.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. Senhores Vereadores, Senhores Deputados.--

----- Nós votámos favoravelmente o requerimento de adiamento desta discussão, porque nos parece num pressuposto de exercício democrático desta Assembleia de respeito pelo mandato de cada um dos deputados presentes nesta casa, que os processos devem decorrer de uma forma em que as pessoas conversam umas com as outras, e que não haja decisões que sejam tomadas à revelia das pessoas, ou nem sequer ouvindo as pessoas. Parece-nos algo de muito mau precedente nesta casa e eu evoco, inclusive o meu caso, porque eu já fui Deputado Independente nesta casa, era Presidente desta Assembleia, o Senhor Deputado Modesto Navarro. E sempre tive da parte da Mesa da Assembleia, um tratamento condigno daquilo que deve ser o tratamento de um deputado, ainda, que exerça o seu mandato como independente.-----  
----- E, portanto, nós não poderemos, também, acompanhar a proposta que é feita em termos da questão das comissões. -----

----- E outra questão, ainda, eu penso que, neste momento, esta Assembleia seja em termos da Conferência de Representantes, ou de outra Comissão eventual que se crie para a questão do Regimento, nós temos que abordar de uma vez por todas aquilo que é o conjunto dos Deputados Municipais Independentes, porque nós já tínhamos um conjunto de Deputados Municipais Independentes que, dentro de eles já têm duas

lógicas distintas como todos sabemos e, neste momento, temos mais um Deputado Independente que não fazia parte desse grupo inicial e que, inclusive, levou a que no último plenário tivéssemos o grupo dos Deputados Municipais Independentes a interpelarem-se uns aos outros durante um ponto da discussão e com sentidos de votações diferentes, isso não faz qualquer sentido e esta Assembleia tem que ponderar, muito seriamente, aquilo que é o conjunto dos Deputados Municipais Independentes e qual é o tratamento que devem ter.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho** no uso da palavra, anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Luís Newton do PSD.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Não querendo prolongar muito mais o debate à volta destes pontos, até porque esta questão já foi muito avaliada e muito debatida em sede de Conferência de Representantes, e manter aquilo que, na altura, também tive a oportunidade de transmitir que é há, de facto, uma necessidade de clarificação deste modelo destas alterações não só para esta, em particular, mas, sobretudo, para termos aqui um modelo estável para que de futuro, isto não esteja constantemente a surgir. E se é algo que nós ao final de um ano de mandato já nos apercebemos é que há uma volatilidade muito grande por parte desta Assembleia, o que é sempre salutar, significa que a democracia está viva e que os partidos e os agentes individuais muito refletem sobre os seus alinhamentos, mas importa aqui esclarecer uma questão fundamental que é sempre que estivermos sujeitos a estes mecanismos de alteração, como é que isto pode afetar sem que haja, em prejuízo e a montante, aquela que é a principal preocupação desta Assembleia que é assegurar os direitos dos Deputados Municipais. -----

----- Ainda, há pouco, o Deputado Rodrigo Mello Gonçalves disse apesar de independente, não. Independente, também. Independente tem exatamente todas, está pleno de direitos e deveres perante esta casa e perante os eleitores da Cidade de Lisboa.-----

----- Esta questão é de facto, uma questão premente que merece reflexão e que deve inclusivamente este tema já está abordado nestes termos, portanto, deve avançar e a votação deve avançar, agora deveremos fazer uma reflexão e eu julgo que aqui não é só uma questão de Conferência de Representantes é uma matéria que deve ser um bocadinho mais ampla, porque estas alterações algo me diz que, ainda, não terminaram e, por isso, é fundamental termos aqui um modelo que possa antecipar de futuro, todas as situações que decorram deste tipo de alterações e sem termos que estar, novamente, a tornar central um tema que deve ser acessório aos trabalhos deste Plenário. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Antes de colocar este assunto à votação do Plenário e tendo em conta que, apesar de exercício, não deixo de estar a ocupar o lugar da Presidência da Assembleia

não ficaria bem comigo mesmo se não me pronunciasse sobre uma proposta que é feita por alguém que ocupa habitualmente este lugar, e também porque foi aqui citada a Mesa da Assembleia e a Presidência da Assembleia Municipal. -----

----- Para além do mais, estão presentes na sala vários ex-presidentes da Assembleia Municipal e creio que, tentando honrar o lugar e as funções que, hoje, desempenho não ficaria bem comigo se não deixasse algumas notas sobre este assunto, nomeadamente, o facto de o que está aqui, na perspectiva da Mesa, em causa, porque a Mesa adere, naturalmente, à proposta que é feita pela Presidente da Assembleia tem a ver com aquilo que o Senhor Deputado Municipal Rui Costa pretende é uma alteração ao Regimento, ou seja, aliás, como bem identifica na mensagem de correio eletrónico que diz e que enviou à Senhora Presidente. -----

----- Ora, essa discussão não pode ser tida aqui, e é tida em sede de Conferência de Representantes e, portanto, deverá e bem, o Senhor Deputado Municipal Rui Costa apresentar, querendo e conseguindo nos termos regimentais, juntar aquilo que é necessário para essa alteração, propor uma alteração ao regimento. O que nós não podemos fazer é, em sede de Plenário, e adiando, e não é por adiarmos a votação que vamos conseguir alterar aquilo que tem a ver com a composição das Comissões Permanentes. Ora, isto não tem a ver, necessariamente, com a composição das Comissões Permanentes que respeita aquilo que foi o resultado eleitoral. Ora esta composição e o facto de o Senhor Deputado Municipal Rui Costa passar não da 4<sup>a</sup>, mas que outra comissão, vai obrigar a uma mexida do próprio Regimento e é isso que é preciso que fique também claro. -----

----- Para além do mais, o Senhor Deputado Municipal Rui Costa e bem, nas últimas sessões, nomeadamente, a única que tive oportunidade de presidir, pediu-me várias vezes para lembrar ao Plenário a data de entrada das suas propostas, é preciso dizer que esta proposta está agendada desde dia 9 de outubro e, portanto, há vinte e um dias. E é preciso dizer que o Senhor Deputado Municipal Rui Costa foi notificado pelos serviços no dia 8 de outubro para se pronunciar, tendo-se pronunciado, apenas, no domingo. -----

----- E, portanto, o que é naturalmente, compreensível, e para dizer que sobre este assunto, nós todos temos muito para dizer o que acontece é que não há aqui nenhum tipo, e eu creio que a Senhora Presidente Helena Roseta é uma Presidente que é amiga do cidadão e faz disto, tem feito desta casa a casa da democracia e, portanto, acho que nenhum de nós, enquanto Deputados Municipais, tem razão de queixa sobre este assunto. -----

----- Portanto, quer-me parecer que nenhum de nós põe em causa a questão da bondade destas propostas e, naturalmente, ninguém recusará analisar, em sede de Conferência de Representantes, uma proposta de alteração do Regimento que tenha em conta aquilo que foram as intervenções de todos os Deputados Municipais que, aqui, usaram da palavra, antes de mim. Desde o Senhor Deputado Municipal Rui Costa, ao Senhor Deputado Municipal Diogo Moura, à Senhora Deputada Municipal Inês Sousa Real, ao Senhor Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves, e o Deputado Municipal Luís Newton e, acho que não me esqueci de ninguém. -----

----- Portanto, Senhor Deputado Rui Costa que quer usar da palavra e eu não quero que fique nada por dizer sobre este assunto, e quero que toda a gente possa naturalmente, deliberar em consciência sobre isto, mas não ficaria bem comigo mesmo se não dissesse algo sobre este assunto.-----

----- Faça favor, Senhor Deputado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente.-----

----- Era só para esclarecer a Mesa do seguinte:-----

----- Primeiro, nos termos do artigo 27º, número 1, do Regimento desta Assembleia Municipal, a Conferência de Representantes dos Grupos Municipais, assim se chama, é composta pela Mesa e por Representantes dos Grupos Municipais.-----

----- E nos termos do artigo 28º, o número 3, sempre que seja que se reputa de combate pela conferência podem ser convocados para as reuniões da Conferência de Representantes membros da Assembleia Municipal que exerçam o seu mandato como Deputados Municipais Independentes. O que é que isto significa? Senhor Presidente significa não só que, em todas as reuniões aparece um Deputado Municipal Independente que não sou eu, e que não tem procuração minha, e não tem que ter, e aparece muito bem, vai comunicando aquilo que lhe é dito, e que eu podia ter sido convocado para essa mesma Conferência de Representantes para me pronunciar.-----

----- E, já agora, eu não fui notificado. Nesse dia à noite, eu não fui convidado a pronunciar-me. Foi-me notificada a proposta que decorria daquilo que foi a reunião da Mesa. Senhor Presidente, eu tenho dignidade, tenho dignidade no exercício do meu mandato. Como é que quer que me pronuncie perante um facto consumado? Pronuncio-me aqui no Plenário como fiz hoje e, como fiz, ontem, por mera cautela.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage,** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.-----

----- Não registo mais nenhum pedido de palavra.-----

----- Estamos em condições de passar à votação do ponto 6.1, **Proposta nº 004/PAM/2018**. Não há votos contra, abstenções do PSD, PCP, CDS-PP, PAN, PEV, MPT, PPM, 1 IND, votos a favor do PS, BE, 8IND. A **Proposta nº 004/PAM/2018** foi **aprovada por maioria**.-----

----- Vamos passar à votação do ponto 6.2, **Proposta nº 005/PAM/2018**. Votos contra do PPM, 2 PS, 1 IND, abstenções do PSD, PCP, CDS-PP, PAN, PEV, MPT, votos a favor do PS, BE, 8 IND. A **Proposta nº 005/PAM/2018** foi **aprovada por maioria**.-----

----- O Senhor Deputado Municipal Rui Costa pede a palavra para apresentar um requerimento.-----

----- Microfone ao Senhor Deputado Rui Costa.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)** no uso da palavra fez a seguinte apresentação:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente.-----



----- Na sequência da aprovação desta deliberação requeria que o plenário se pronunciasse sobre o modo de designação dos Deputados Municipais que exercem o mandato como Independentes para as comissões. É que não há estrutura que o represente, e atrevo-me a sugerir o sorteio. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado, tendo em conta que o Senhor Deputado apresentou um requerimento, iremos proceder como procedemos há pouco, relativamente ao primeiro requerimento.-----

----- Não há discussão sobre o requerimento, vamos passar à votação do mesmo. Votos contra do PS, PCP, BE, PEV, 8 IND, abstenções do PSD, CDS-PP, PAN, votos a favor do MPT, PPM e 1 IND. O **Requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Rui Costa foi Rejeitado**.-----

----- Senhores Deputados, está ultrapassado este ponto, vamos entrar no ponto 7 da nossa ordem de trabalhos.”-----

----- **7. APRECIACÃO DA PROPOSTA 001/PAN/2018 – LISBOA E OS ANIMAIS: OS DESAFIOS DA SOCIEDADE ACTUAL, AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 39º DO REGIMENTO; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS;**-----

----- (A Proposta nº 001/PAN/2018 fica anexada à presente Ata como Anexo XVIII e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Sousa Real (PAN)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde a todos.-----

----- Trazemos hoje à vossa consideração um tema que, quanto a nós, tarda em ser debatido de forma estruturada nesta Casa: é URGENTE avaliar de que forma as políticas públicas e medidas implementadas na nossa cidade impactam a proteção animal e é de extrema importância trabalhar numa melhor relação da nossa cidade com os animais que nela habitam, com os seus detentores e com as associações que atuam no terreno, em particular no contexto da vulnerabilidade social!-----

Nos últimos anos, a sociedade lisboeta sofreu mudanças positivas relativamente à convivência com os animais no meio urbano. Existe uma maior consciência da necessidade de criar uma relação harmoniosa entre os animais e as pessoas, mesmo aquelas que, respeitando os animais, não os querem nas suas casas ou nas ruas por onde circulam. Esta harmonia é cada vez mais visível e, por isso, congratulamo-nos não só a nós como a todas as forças políticas que têm acompanhado este pensamento. Como exemplo, têm sido aprovadas importantes iniciativas nesta Assembleia Municipal, tendo a última delas sido aprovada por unanimidade de todas as forças políticas: a esterilização de animais errantes e de animais de famílias em situação de carência económica, bem como a realização de ações de sensibilização.-----

----- Todos os animais são merecedores da nossa consideração e respeito. Devido à ascensão dos animais no nosso panorama jurídico, o animal deixou de ser visto como

uma “coisa” e está hoje integrado na nossa vida familiar e na comunidade. É um companheiro, um ser que sente alegria, tristeza ou dor, tal como nós, um ser merecedor dos nossos melhores cuidados e, não conseguindo defender-se sozinho, cabe-nos a nós zelar pelo seu bem-estar, pela sua saúde e pelos seus direitos. -----

----- Não podemos deixar de referir que, hoje mesmo, Portugal prepara-se para dar mais um passo histórico ao proibir a presença de animais selvagens nos circos, matéria esta em que a nossa Casa da Cidadania foi pioneira quando em 2014 aprovou uma Recomendação que visava a não emissão de licenças a espetáculos circenses que incluíssem a exibição ou utilização de animais. Mas apesar de todos os avanços a que temos assistido nesta matéria, temos ainda vários desafios pela frente que se colocam em particular às autarquias locais. Falamos essencialmente do combate ao abandono e aos maus tratos, dos animais no contexto de famílias ou pessoas em situação de vulnerabilidade social, de como lidar com os animais em situação de catástrofe e de políticas públicas de sensibilização, proteção, bem-estar e saúde animal. -----

----- Enquanto eleitas e eleitos não podemos permanecer alheias/os a estas matérias e é por essa razão que surge a necessidade de propormos este Debate Temático sob o tema “Lisboa e os animais: os desafios da sociedade atual”, que nos permita a todas e a todos, de forma aberta, perceber a melhor forma de compatibilizar direitos e sensibilidades de pessoas e animais na nossa cidade. -----

----- Chegou a hora de dar voz ao público, às associações de proteção animal, às diferentes autoridades da cidade, às restantes forças políticas, a profissionais de medicina veterinária, a juristas, pois só dessa forma poderemos decidir de forma informada sobre o futuro das políticas de proteção animal em Lisboa. E porque o trabalho deste que é o órgão deliberativo da cidade é de suma importância, propomos ainda que seja lançado o repto a figuras públicas de reconhecido mérito nas causas animal e social, para que adiram também aos debates aqui propostos. -----

----- Esta é uma proposta que foi feita pelo Grupo Municipal do PAN já em Agosto e que esperamos que tenha agora a vossa merecida atenção. Apelamos, por isso, a esta Assembleia para que não feche os olhos à importância de debatermos abertamente esta temática que, não nos iludamos, não se debruça apenas sobre os animais e a sua condição na cidade, mas também sobre as pessoas. -----

----- Obrigada.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho** no uso da palavra, anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Rita Calvário do BE.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Rita Calvário (BE)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente em exercício, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- Vários têm sido os avanços em torno de bem-estar animal nas mais variadas áreas, desde as condições de produção e transporte de animais para alimentação, desde a utilização de animais em espetáculos, como seja a nos circos, ou na tauromaquia, e também avanços ao nível das estratégias para reduzir o abandono e abate de animais, e que promovam o controlo destas populações. -----

----- Isto são sinais alguns avanços legislativos, mas que não escondem, muito pelo contrário, ainda, o atraso que se vive em avançar com medidas que sejam mais inovadoras, que respondam aos desafios do bem-estar animal.-----

----- O acordo entre o Bloco de Esquerda e o Partido Socialista na Câmara Municipal de Lisboa prevê alguns passos importantes nesta matéria, entre os quais o reforço de meios na Casa dos Animais e do LX Crias, também um novo equipamento dedicado à recolha e aos cuidados e à criação de espaços para cães nos jardins públicos.-----

----- Estas medidas estão em curso, em fases diferentes implementação, e é muito importante poder contar e poder avançar com todas elas.-----

----- Construir uma cidade amiga dos animais implica conhecer e reconhecer a existência das realidades da cidade de Lisboa, e ouvir quem está no terreno a trabalhar nestas matérias. Por isso, saudamos esta iniciativa e estamos de acordo que se realize este conjunto de debates com vários intervenientes que possam, de facto, dar contributos para termos, cada vez mais, Lisboa uma cidade amiga dos animais.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho** no uso da palavra, anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Graciela Simões do PCP.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Graciela Simões (PCP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde Senhor Presidente em exercício, Senhores Vereadores, Senhoras Vereadoras, Deputados e Deputadas e restantes elementos na sala.-----

----- A matéria que aqui versa esta proposta é para nós de extrema importância, é um assunto que nos merece todo o interesse e consideramos até que merece uma discussão alargada, até porque fala em sensibilidades e comportamentos, e sensibilidades podem-se modificar e alterar com o conhecimento, comportamentos, e é extremamente difícil alterá-los. E, por isso, consideramos que seria positivo que esta matéria proposta para debate temático baixasse à 4ª Comissão Permanente para que as restantes forças políticas possam, também, dar os seus contributos.-----

----- Obrigada. “-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho** no uso da palavra, anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Cláudia Madeira do PEV.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Os Verdes saúdam a proposta do PAN para a realização de um debate sobre “Lisboa e os animais: os desafios da sociedade atual”, nesta Assembleia Municipal.-----

----- De facto, os desafios que se colocam são muitos e de natureza diversa e é importante que possamos refletir, em conjunto com os cidadãos e com as associações de proteção animal, para podermos, enquanto eleitos, apresentar propostas que contribuam para uma sociedade mais desenvolvida, mais consciente e mais amiga dos animais.-----

----- A sociedade tem evoluído e, apesar dessa evolução, para a qual Os Verdes têm contribuído ativamente, há ainda um longo caminho a percorrer.-----

----- Os animais hoje são vistos de maneira diferente, e bem, estão integrados na sociedade e nas famílias. Mas há ainda muitos desafios e muitas medidas por concretizar, como por exemplo, o combate ao abandono e aos maus tratos, que são dos casos mais gritantes e a que urge pôr fim.-----

Uma sociedade desenvolvida não pode pactuar com situações criminosas deste género, e é precisamente sobre estas situações, e outras, que importa debater, ouvir, apresentar propostas e pugnar para que a autarquia faça o seu papel de promoção de uma boa qualidade de vida para todos, incluindo os animais, os seus tutores e todos os que trabalham nesta área. -----

----- Obviamente sem entrar ainda no conteúdo do debate, mas focando apenas algumas questões que consideramos essenciais, Os Verdes entendem que há vários aspetos que terão obrigatoriamente de ser discutidos como a promoção do bem-estar animal, a criação de condições para o exercício adequado das funções do cargo da Provedora dos Animais de Lisboa, a ampliação e melhoria das condições da Casa dos Animais, tanto para os animais como para os trabalhadores, e um reforço do mapa de pessoal, porque sem as pessoas necessárias não se consegue cuidar e acompanhar devidamente os animais, aliás esta é uma luta bastante antiga de Os Verdes nesta Assembleia Municipal, assim como um reforço das campanhas de sensibilização contra o abandono e pela adoção responsável e também pelo aumento de espaços para animais na cidade. -----

----- Esperamos, portanto, que este debate sirva para refletir, mas também para contribuir para a evolução e o desenvolvimento que ainda é necessário, tanto a nível de mentalidades, de consciências como também em políticas nacionais e municipais. --

----- Por fim, queremos propor que este debate as recomendações que dele resultarem sejam acompanhados pela 4ª Comissão. -----

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada Inês Real, a Senhora Deputada dispõe de onze segundos e dispõe de tempo cedido pelo CDS-PP.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Real (PAN)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, muito brevemente, agradecendo, desde já o tempo disponibilizado pelo CDS-PP. -----

----- Em relação à questão colocada pelo Grupo Municipal do PCP, dizer que o Regimento já permite precisamente que sejam dados esses contributos para todos os debates temáticos, portanto, como tem sido prática desta casa, não necessita, por isso, de descer à 4ª Comissão sem prejuízo, obviamente, à semelhança de outras matérias e outras propostas que passaram por esta Assembleia Municipal, serem, e bem, depois, acompanhadas pela 4ª Comissão. -----

----- Por essa razão, não vamos acompanhar essa mesma vossa sugestão, porque nos parece que aquilo que, de facto, se pretende é um debate temático nesta casa da cidadania e que, portanto, possamos todos nós dar o nosso contributo para estas

propostas e depois, então, das suas conclusões, das suas recomendações, haver o devido acompanhamento das respetivas comissões. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho** no uso da palavra, anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado José Leitão do PS.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Leitão (PS)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente em exercício, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Cidadãos e Cidadãs.-----

----- “Naturalmente, que o Partido Socialista votará favoravelmente a realização deste debate temático. -----

----- Recordo que, efetivamente, os Executivos Municipais, quer presididos por António Costa, quer por Fernando Medina, têm dado realmente um grande avanço nesta matéria, e têm manifestado, desde o início as suas preocupações sobre esta questão e a prova disso foi efetivamente a criação da Casa dos Animais, a Provedora dos Animais, tudo isso foram passos dados muito importantes e que, efetivamente, foram naturalmente reforçados neste mandato, designadamente, e que constam, nomeadamente, no acordo com o Bloco de Esquerda que foi já recordado pela Senhora Deputada Rita Calvário e que estão como, aliás, foi dito estão em execução. -

----- Efetivamente, nessa matéria, nós não poderíamos deixar de estar mais de acordo com a realização deste debate. O que pensamos é que este debate deve seguir os procedimentos que têm sido os habituais nesta matéria. Eu acompanhei todos os debates que aqui foram feitos, sobre economia, o trabalho, por exemplo, apresentado pelo PCP, ou os trabalhos sobre as migrações e desenvolvimento, tudo isso que, naturalmente, nós aprovamos aqui a realização do debate. Depois, a densificação terá que passar naturalmente, pela Conferência dos Representantes, porque efetivamente nós, o Partido Socialista, faremos propostas, e outros partidos farão propostas para densificar a realização das sessões previstas para este debate. -----

----- É neste sentido, e com este conteúdo, naturalmente, votaremos a favor desta proposta.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage,** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Não há mais inscrições neste ponto, portanto, estamos em condições de passar à votação **da Proposta nº 001/PAN/2018**. Não há votos contra, abstenções de 3 IND, votos a favor do PS, PSD, PCP, CDS-PP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, 3 IND. A **Proposta nº 001/PAN/2018 foi aprovada por maioria.** -----

----- (Ausência de três Deputados (as) Municipais Independentes da Sala de Plenário) -

----- Senhores Deputados, vamos entrar no ponto 8 da nossa ordem de trabalhos.” -----

----- **8. APRECIACÃO DA PROPOSTA 001/IND/2018 – DEBATE TEMÁTICO “CARTA DE LISBOA – DIREITOS E RESPONSABILIDADES”, AO ABRIGO**

**DO DISPOSTO NO ARTIGO 39º DO REGIMENTO; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS;**-----

----- (A Proposta nº 001/IND/2018 fica anexada à presente Ata como Anexo XIX e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício, Senhoras e Senhores vereadores, Caros Colegas Deputados.-----

----- Os Deputados Municipais Independentes Cidadãos por Lisboa apresentaram a esta Assembleia Municipal e foi um assunto que levámos, anteriormente, à Conferência de Representantes, um Debate Temático sobre a Carta de Lisboa.-----

----- Nós levantámos esta questão, aliás, este é um tema que já foi discutido nesta Assembleia, anteriormente, já o sabíamos que continuava por agendar este debate temático há já algum tempo, portanto, em 2017 teve lugar o 4º Fórum da Cidadania, e na sequência desse Fórum foi entregue à Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, em 8 de Julho, o produto do trabalho deste Fórum e, portanto, dos cidadãos e das cidadãs que participaram nos Fóruns de Cidadania que se têm realizado, desde 2014.-----

----- Esta Carta de Lisboa, de direitos e responsabilidades é, no fundo, um documento que propõe consagrar as responsabilidades dos poderes autárquicos das organizações sociais e das pessoas que habitam na Cidade de Lisboa e pode, de facto, constituir-se como um interessante guia de ação e de intervenção dos próprios poderes públicos e, acima de tudo, resulta de uma discussão frutuosa entre associações, organizações, entidades várias e cidadãos da Cidade de Lisboa, em torno do seu papel na própria construção e decisão e gestão da cidade.-----

----- Esta carta enuncia uma leitura, uma nova leitura, aliás, de 15 direitos e responsabilidades fundamentais e, por isso, trouxemos, por todos estes motivos enunciados e até porque, provavelmente, se aproxima o 5º Fórum da Cidadania que se sucederá, naturalmente, e acontecerá, julgamos, ainda, este ano, trouxemos esta proposta de debate temático por acharmos que a Carta de Lisboa merece, naturalmente, esta discussão e que a Assembleia Municipal se debruce sobre este importante documento que nos foi enviado.-----

----- Propusemos o modelo de formato simples, aliás, como disse o Deputado Municipal José Leitão, isto é apenas uma conformação para que seja aprovado, pois, naturalmente, em Conferência de Representantes, e ouvidas as várias forças políticas, poderá vir a ser sugerido formatos e intervenientes alternativos, mas, obviamente, propusemos, aqui, por força da razão, não só o envolvimento da própria Presidente da Assembleia Municipal que já tinha recebido esta carta no mandato passado, como também o Vereador dos Direitos Sociais e da Educação que tem, obviamente, este Pelouro, e as entidades organizadoras. Portanto, esta é a nossa proposta de base, aceitamos, naturalmente, e esperamos que esta proposta seja, também, acompanhada pelas restantes forças políticas da Assembleia Municipal e que, para ela, possam dar os seus contributos relativamente ao elenco e ao formato do debate.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Rita Calvário (BE)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “O documento da Carta de Lisboa estabelece um conjunto de princípios de deveres e direitos e é um processo que foi iniciado já alguns anos, e foi entregue pelo menos há mais de um ano, nesta Assembleia Municipal para ter seguimento.-----

----- Nesta medida, saudamos a proposta desta sessão aberta ao público para discutir precisamente, a forma como se deve dar seguimento a este trabalho feito com a participação de tantas pessoas da Cidade de Lisboa.-----

----- No entanto, gostaria apenas de referir que quanto aos objetivos que são propostos, julgamos que eles são, de facto, limitadores porque mantêm a carta simplesmente na esfera da Assembleia Municipal e estabelece pouco diálogo com o próprio município, a própria Câmara de Lisboa. No sentido de este poder ser, de facto, um documento orientador das políticas municipais e que possa ter consequências mais práticas em termos daquilo que é a política e a prática municipal.-----

----- No entanto, um debate é sempre bem-vindo e aquilo que sugeríamos era, de facto que os objetivos não se limitassem tanto à ideia da criação da Comissão Eventual, ou à criação da figura de um Provedor da Cidade, mas que, de facto pudessem surgir novas ideias, novas propostas, na forma de avançar com o espírito, digamos assim, de participação cidadã e das propostas que estão expressas nesta Carta de Lisboa.”

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho** no uso da palavra, anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Sobreira Antunes do PEV.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreira Antunes (PEV)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente em exercício.-----

----- Propõe os Senhores Deputados que exercem o seu mandato como Independentes a realização de um debate temático sobre a Carta de Lisboa - Direitos e responsabilidades, o qual deverá anteceder o já agendado Fórum da Cidadania. Este Fórum, que é uma iniciativa organizada por diversas entidades, visando recolher os contributos das e dos lisboetas para uma melhor governação da cidade, partirá dos contributos das anteriores edições e da já existente Carta de Lisboa dos Direitos e Responsabilidades.-----

----- O desafio lançado para o próximo Fórum de 2018, que se realizará a 30 de Novembro, será o de “descobrir as práticas comunitárias e auto-organizativas da cidade de Lisboa”, para o qual se pretende apelar à participação das e dos munícipes para dar a conhecer as iniciativas, recursos e intervenções comunitárias e auto-organizativas de base local e solidárias, na área dos Direitos Sociais, existentes na cidade de Lisboa.-----

----- Quanto à eventual criação de uma nova Comissão Eventual para os Direitos, Liberdades e Garantias, julgamos ser desnecessária, visto os seus possíveis conteúdos se enquadrarem no âmbito da 6ª Comissão de Direitos Sociais e Cidadania desta AML, Comissão que aliás até não tem recebido um considerável número de propostas

para análise, estando assim perfeitamente disponível para acompanhar e enquadrar as temáticas da sugerida comissão eventual. -----

----- Também “Os Verdes” têm, há vários mandatos, vindo a pugnar nesta AML pelas questões dos direitos sociais, numa perspetiva que integra os direitos constitucionalmente consagrados, com base em recomendações sobre a defesa dos direitos humanos, a eliminação da pobreza, o direito ao pleno emprego e a um emprego com direitos a serem garantidos aos trabalhadores, a salários justos ou o apoio às famílias carenciadas e às crianças e jovens em risco ou ainda aos cidadãos com necessidades especiais, à inclusão social de migrantes e a uma participação de vida independente das pessoas com deficiência, sem esquecer o combate à violência doméstica e de género. -----

----- Mas quando falamos de direitos falamos também de responsabilidades, ou seja, de obrigações e garantias por parte do Estado, das entidades patronais e das comunidades locais, responsabilidades sociais, mas também financeiras que promovam a integração, o bem-estar social e a qualidade de vida do ser humano, nomeadamente dos núcleos familiares, das mulheres, das crianças ou dos idosos. -----

----- Porque para “Os Verdes” impõe-se um reforço, mas um reforço sério, de meios financeiros e de políticas que valorizem os serviços públicos e o papel dos cidadãos na sociedade, que promovam a igualdade de direitos, o combate a todas as formas de violência, que eliminem as discriminações que ainda persistem, promovendo políticas de proteção e de apoio no acesso à educação, ao pleno emprego, à habitação, aos transportes, aos cuidados de saúde, ao envelhecimento ativo e saudável na cidade de Lisboa e à sustentabilidade ambiental. -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente em exercício.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho** no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Rui Costa, Independente.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente em exercício. -----

----- Saudar o esforço dos cidadãos e das cidadãs que participaram na elaboração deste documento, mas que estão de alguma forma ao lado, porque isto é um documento quase constituinte e que não cabe no nível de competências desta Assembleia Municipal. -----

----- E dizer mais, que a proposta desde logo, numa Comissão Eventual de direitos, liberdade e garantias, ou da criação de um Provedor nesta sede, ofende também ela princípios constitucionais, e lembro-me, em tempos, de ouvir o Senhor Deputado Miguel Graça vociferar contra as comissões de inquérito na discussão do Regimento nesta Assembleia. Portanto, quando as coisas dão jeito já se propõe, quando não dão jeito já veem de outra forma. -----

----- Portanto, com esta ressalva, não poderei acompanhar esta proposta dos outros Senhores Deputados Municipais Independentes. -----

----- Disse.” -----



----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)** no uso da palavra, fez a sua defesa da honra, referindo o seguinte: -----

----- “Eu tenho que defender, naturalmente, a honra, porque será raro, ou talvez inexistente o momento em que me ouvirem vociferar nesta Assembleia Municipal. -----

----- Mas, acima de tudo para responder ao Senhor Deputado Rui Costa e, também, a algumas intervenções, também do Bloco de Esquerda relativamente a esta matéria, o modelo que nós propusemos de debate é um modelo extremamente simples, é essa a sua intenção, e plasma as intenções que os cidadãos e as cidadãs que, no fundo, construíram a Carta de Lisboa, pretendem. -----

----- Cabe a esta Assembleia Municipal discutir, ou não, as propostas que eles fizeram e, portanto, o que aí está não são propostas nossas, mas se os Senhores Deputados que fizeram estas observações tivessem lido, de facto, a Carta de Lisboa tinham visto que são propostas dos cidadãos e das cidadãs que propuseram, e não nossa. -----

----- Portanto, gostaria de fazer esta defesa da honra que me parece, absolutamente, necessária, e dizer que o que interessa a esta assembleia discutir o conteúdo da Carta de Lisboa, é isso que se começou a fazer, hoje, e esperamos que o debate temático tenha, exatamente, esse propósito. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho** no uso da palavra, anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Inês Sousa Real do PAN.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Real (PAN)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Mais uma vez, muito boa tarde. -----

----- Começar por saudar esta iniciativa dos Deputados Independentes para a discussão de facto, em termos de debate temático da Carta de Lisboa, direitos e responsabilidades.-----

----- Dizer, no entanto, que, de facto, tem sido uma preocupação constante e recorrente trazermos a esta Assembleia, as preocupações com a igualdade, as múltiplas formas de discriminação e, portanto, não tem sido um tema alheio a esta Assembleia. No entanto, eu partilho de algo que também já foi aqui referido que tem a ver com os objetivos desta mesma proposta, ou seja, que, de facto, não nos faz muito sentido que se esgote de algum modo, no que aqui vem proposto, desde logo, não só na comissão por já entendermos que exista, mas até admitiríamos que, efetivamente, possa resultar das conclusões a necessidade de uma nova comissão, mas, sobretudo por a instituição de um Provedor na cidade, inclusive com carácter vinculativo, o que, como bem sabemos, normalmente, não é os poderes dos provedores, são meramente recomendativos e não vinculativos, para além de que não nos podemos esquecer que existe a figura do Senhor Provedor de Justiça, neste caso, uma Provedora da Justiça que também tem competências nestas matérias que poderá, obviamente, sobrepor-se e estamos aqui a duplicar o que não é desejável. -----

----- O próprio Provedor de Justiça já se pronunciou muitas vezes nesse sentido, em relação a estas figuras e estas matérias.-----

----- Dizer também, obviamente que também temos o Conselho Municipal da Igualdade, onde têm assento as diferentes forças políticas que também tem estudado esta questão. -----

----- Recentemente, falámos, e foi proposto, aqui, a criação de um plano local para combater a pobreza e, portanto, acompanhamos necessariamente que tem que haver um maior debate sobre esta matéria, e que deve ser chamada a participação de todos e de todas a estes temas, mas obviamente não nos podemos antecipar naquilo que são os seus objetivos e as suas conclusões, porque, de facto, tem que haver um momento de discussão e reflexão que não se esgota nesta própria carta, ou que não se esgota nesta própria solução, porque tem que haver uma política integrada acima de tudo, e que seja horizontal e transversal aos diferentes pelouros e diferentes iniciativas.-----

----- Não obstante aquilo que foi aqui apontado, iremos obviamente, aprovar e acompanhar a proposta dos independentes que saudamos, obviamente.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage,** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. -----

----- Não registamos mais nenhum pedido de palavra, e assim sendo, iria colocar à votação a **Proposta nº 001/IND/2018**. Não há votos contra, abstenção de 1 IND, votos a favor do PS, PSD, PCP, CDS-PP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, 7 IND. A **Proposta nº 001/IND/2018** foi **aprovada por maioria**. -----

----- (Ausência de um Deputado (a) Municipal Independente da Sala de Plenário) -----

----- Vamos passar ao ponto 9 da nossa ordem de trabalhos.” -----

----- **9. APRECIACÃO DA PROPOSTA 330/CM/2018 - PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE LISBOA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA J), DO N.º 2, DO ARTIGO 23.º, DA ALÍNEA A), DO N.º 1, DO ARTIGO 33.º E DA ALÍNEA H), DO N.º 1, DO ART.º 25.º, TODOS DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDACÇÃO ATUAL, CONJUGADAS COM O N.º 1 DO ARTIGO 5.º DA LEI N.º 65/2007, DE 12 DE NOVEMBRO, E OS N.ºS 5, 9 E 10 DO ARTIGO 7.º DA DIRETIVA, PUBLICADA EM ANEXO À RESOLUÇÃO DA COMISSÃO NACIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL N.º 30//2015, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2014; 2XGRELHA-BASE – 68 MINUTOS;**-----

----- (A **Proposta nº 330/CM/2018** fica anexada à presente Ata como **Anexo XX** e dela faz parte integrante).-----

----- (O **Parecer** da 8ª Comissão Permanente fica anexado à presente Ata como **Anexo XXI** e dela faz parte integrante). -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito rapidamente dado o adiantado da hora, trazemos, hoje, a esta Assembleia um dos planos municipais mais importantes que o município tem, num certo sentido, que é o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil. -----

----- Eu quero começar por agradecer aos serviços municipais de proteção civil todo o trabalho, de coordenação e desenvolvimento deste plano.-----

----- Este é um plano que descreve a atuação do sistema municipal de proteção civil relativamente às responsabilidades, organização e conceito das operações. Em caso de resposta, ou na iminência de um acidente grave ou catástrofe, na área do Município de Lisboa. -----

----- Este plano tem ainda como objetivos principais providenciar as condições e os meios indispensáveis à minimização dos efeitos de um acidente grave ou catástrofe, definir as orientações relativas ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas, empenhar nas operações de proteção civil e definir a unidade de direção, coordenação e comando das ações a desenvolver. -----

----- O plano tipifica três tipos de riscos; os naturais, os tecnológicos e os mistos. Nos naturais estão as condições meteorológicas adversas, as cheias e inundações, os sismos, os *tsunamis*, os movimentos de massas em vertentes. Nos tecnológicos, os acidentes graves de tráfego, de transporte de mercadorias perigosas, de armazenamento de mercadorias perigosas, de indústrias pirotécnicas, estabelecimentos radiológicos, só para citar alguns, túneis, pontes, infraestruturas e incêndios em edifícios. Os mistos são os incêndios florestais e problemas de cariz ambiental. -----

----- Ele está estruturado de forma a considerar as três fases da gestão da emergência; um antes com a prevenção, o durante com a resposta imediata, o depois com o curto prazo. -----

----- E de forma muito sucinta, era isto que vos queria dizer, e esta discussão foi profunda na comissão e, portanto, penso que todas as questões que o plano suscita já foram esclarecidas mas, ainda assim, havendo alguma questão a colocar, estarei disponível para responder. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Leitão (PS)** na qualidade de Relator do Parecer da 8ª Comissão Permanente e, também, enquanto Deputado Municipal do Grupo Municipal do PS, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu como fui relator do parecer da 8ª Comissão Permanente faria uma sucinta referencia ao relatório, e depois aproveitaria, por uma questão de economia de tempo, fazer já a intervenção em nome do Partido Socialista. -----

----- Muito rapidamente e relativamente à questão portanto, no que diz respeito, digamos, ao relatório, ao parecer, nós a 8ª Comissão, o seu parecer refere que as razões do aparecimento deste Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil revisto e renovado e, portanto, as suas razões enquadrando naquilo que foi a sua génese e também a sua evolução histórica. E nas disposições legais que também têm contribuído para a sua própria alteração. -----

----- A comissão fez um debate muito aprofundado sobre esta matéria com o Presidente Fernando Medina que esteve presente, e houve muitos Senhores Deputados que fizeram questões variadas e pertinentes, tinham a ver com todas as áreas, digamos, de risco, em que estavam mais interessados e mais motivados. -----

----- Essas questões foram objeto de resposta, e algumas linhas gerais são referidas no próprio parecer. -----

----- Por outro lado, queria dizer que, efetivamente, portanto, este Plano Municipal de Emergência foi sujeito à consulta pública, e obteve o parecer favorável da Comissão Municipal de Proteção Civil, a nível da comissão e na generalidade das forças políticas com exceção de duas, reservou para plenário, portanto, a manifestação dos seus pontos de vista sobre esta matéria, com exceção do PAN e do PCP que juntaram desde logo, ao relatório, digamos, a sua reflexão sobre esta matéria. -----

----- O parecer foi aprovado por maioria com a abstenção dessas duas forças, o PAN e do PCP. -----

----- Portanto, dito isto, a título de relator, faria, agora, uma curta intervenção em nome do Partido Socialista. -----

----- Em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista considerou muito importante a aprovação do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil. Este ano resulta de uma revisão e atualização do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil e da sua necessária adaptação ao atual enquadramento legal e regulamentar sem esquecer a evolução verificada nos diferentes tipos de riscos a que a cidade está sujeita, agravados pelas alterações climáticas, e que exigem respostas adequadas. -----

----- É um documento estratégico, mas de carácter genérico que terá de ser complementado com os planos sectoriais em laboração que darão resposta a variadas questões, designadamente, ao que se refere aos túneis, comunicações de rádio amador, apoio psicossocial da saúde pública e mortuária, veterinária, abastecimento de água, infraestruturas e saneamento. -----

----- Aprofundada a audição do Senhor Presidente da Câmara, Fernando Medina, e as respostas que deu numerosas questões que lhe foram colocadas, reforçou a nossa convicção de que a cidade dispõe de um sistema global de proteção civil, sólido e robusto, no qual os cidadãos podem confiar. -----

----- Não podemos ignorar, nomeadamente, o empenho do município no reforço da capacidade de intervenção do Regimento dos Sapadores Bombeiros onde fez um reforço de efetivos, na renovação dos equipamentos, dos veículos, bem como, um novo ciclo de aquisição de novas viaturas para reforçar a capacidade de intervenção.---

----- O plano de drenagem da cidade presente, também, o enorme investimento na proteção civil, e é também extremamente importante na avaliação de como a cidade se prepara para resistir a fenómenos de precipitação forte, vento e agitação marítima, potencialmente causadores de inundações. -----

----- Referência, ainda, ao programa de atuação e aviso à população para os riscos de *tsunamis*, já a implementação através da Área Metropolitana de Lisboa com medidas de aviso sonoro e sensibilização, medidas estruturantes na salvaguarda da vida de parte significativa da população ribeirinha. -----

----- A aprovação deste plano é assim mais um passo muito importante no sentido do reforço da proteção civil da cidade. Mesmo sabendo nós que esta é uma tarefa interminável numa cidade que se desenvolve ao ritmo com que Lisboa o faz. -----

----- Disse.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho** no uso da palavra, anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Mário Freitas do MPT.” -----  
----- **O Senhor Deputado Municipal Mário Freitas (MPT)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----  
----- “Muito Obrigado, Senhor Presidente da Mesa em exercício, Senhores Vereadores, Caros Colegas, Público Presente. -----  
----- O Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Lisboa, auto define-se, na sua página 17, como “*um plano geral que descreve a atuação do Sistema Municipal de Proteção Civil, relativamente às responsabilidades, organização e conceito de operações, em caso de resposta ou na iminência de um acidente grave e/ou catástrofes na área do Município de Lisboa*”, definindo “*as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de proteção civil no concelho de Lisboa*”. -----  
----- Este plano não inclui a responsabilidade da gestão de emergência no espaço sob jurisdição da autoridade marítima, nem em relação ao interior do perímetro da infraestrutura do Aeroporto General Humberto Delgado. Estamos assim perante um documento de planificação de resposta imediata a acidentes graves e/ou catástrofes na área do Município de Lisboa. -----  
----- Contudo parafraseando por analogia um princípio muito antigo da estratégia militar: “*nenhum Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil, sobrevive ao primeiro contacto com uma catástrofe*”. -----  
----- Assim, por muito que o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Lisboa, seja indispensável, receamos que esteja, apenas muito cheio de boas intenções, pelo facto da CML, diariamente e desde há muitas décadas, não ter uma atitude e conduta preventiva e mitigadora suficiente de uma eventual e possível grande catástrofe, especialmente um grande terramoto, tendo em conta a história geológica da Região de Lisboa. -----  
----- A prevenção, a humildade e o respeito pelo Princípio da Precaução, são os elementos essenciais para o sucesso de qualquer plano de Proteção Civil. -----  
----- Desde há muitos anos a Câmara Municipal tem-se demitido progressivamente de uma fiscalização séria e efetiva, e *in loco*, das obras de construção, de reabilitação e conservação, e remodelação e etc., escudando-se sempre atrás dos “*termos de responsabilidades*” dos construtores e projetistas, uma solução jurídica a formal – não de engenharia - que nada servirá quando vidas humanas e património se perderem. -----  
----- Nas obras de Reabilitação urbana, desde os anos 90 do séc. XX, até aos dias de hoje, mesmo aquelas efetuadas sob a égide da CML e patrocinadas com dinheiros públicos, dever-se-iam ter contemplado reforços anti-sísmicos. Relembramos, que em caso de catástrofe, caso os edifícios caiam, entupirão inúmeras ruas e avenidas, dificultando e impedindo a circulação célere dos veículos de socorro. -----  
----- Também existe a irracionalidade nacional, e especialmente em Lisboa de insistir-se em construir a todo o custo, junto da zona ribeirinha, demonstrando uma *hubris* e uma ignorância pela história geológica, (já para não falarmos das alterações climáticas e a subida previsível do nível do mar, a prazo), porque bastam alguns segundos de um

sismo, para a água voltar a preencher os mesmos espaços que já ocupou no passado, e mesmo que recue de imediato, deixará para trás um rasto de destruição incalculável. --

----- Por último registre-se o facto de as comunicações serem prioritárias, especialmente, em situações de emergência, não sendo o SIRESP uma solução fiável e na qual se possa confiar para situações de catástrofe, já que quando não exista eletricidade e/ou as suas torres de retransmissão caíam, não haverá nem telemóveis, porque os princípios de funcionamento acabam por ser os mesmos.-----

----- Para concluir, a Camara Municipal deveria ter, na nossa prespectiva, cada vez mais uma atitude pró-ativa na esfera da prevenção e fiscalização municipal. Temos como exemplo a inatividade do Concelho Municipal de Segurança que, nos últimos 4 anos tem sido parco em reuniões. -----

----- Assim, nós comunicamos a nossa abstenção perante um plano que, a nosso ver, não corresponde às expectativas que dele se esperaríam. -----

----- Muito Obrigado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho** no uso da palavra, anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Francisco Domingues do PSD.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Francisco Domingues (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa em exercício, Excelentíssimos Senhores Deputados, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Minhas Senhoras e Meus Senhores. -----

----- O Estado desenvolve e regula a atividade de proteção civil com base num conjunto de princípios, objetivos e orientações, consagradas na lei de bases da proteção civil.-----

----- Os cidadãos devem-se assumir de forma simultânea como plenos protagonistas e agentes de proteção civil no direito à informação sobre os riscos que correm no seu dia-a-dia e na adoção de medidas preventivas e comportamentos de auto-proteção em situações de emergência que possam vir a ter de enfrentar. -----

----- As autarquias locais são a base do sistema de Proteção Civil, do ordenamento territorial, do planeamento de emergência, da informação pública e responsáveis pela gestão dos meios e dos recursos. -----

----- A finalidade da proteção civil é prevenir riscos coletivos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, de atenuar os seus efeitos e proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo quando aquelas situações ocorrem, bem como apoiar e promover a reposição, no mais curto período de tempo possível, a normalidade da vida das pessoas em áreas afetadas. -----

----- O plano municipal de emergência de proteção civil é o documento que define o modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de proteção civil a nível municipal. -----

----- Deverá permitir antecipar os cenários suscetíveis de desencadear um acidente grave ou catástrofe, definindo a estrutura organizacional e os procedimentos para preparação e aumento da capacidade de resposta à emergência. -----

----- Este documento destina-se a caracterizar a multiplicidade de riscos de origem natural, tecnológica ou mista com possibilidade de afetar um Município e que são merecedores de atenção por parte dos vários agentes de proteção civil.-----

----- Na prática, o Plano Municipal de Emergência exprime um conjunto de medidas, normas, procedimentos e missões, e é destinado a fazer face a uma situação de acidente grave ou catástrofe e a minimizar as suas consequências. O Plano Municipal de Emergência é elaborado de acordo com a Diretiva relativa aos critérios e normas técnicas para a elaboração e operacionalização de planos de emergência de proteção civil.-----

----- Um Plano Municipal de Emergência deve ser dinâmico e flexível, pelo que deve ser periodicamente revisto. -----

----- A revisão é a etapa através da qual se incorporam no documento as alterações consideradas pertinentes, fruto da sua aplicação prática em exercícios ou em situações reais de emergência e pode ser motivada pela perceção de novos riscos, pela identificação de novas vulnerabilidades, pela existência de informações decorrentes de novos estudos ou relatórios de carácter técnico e científico, pela mudança dos meios e recursos disponíveis, ou, até, pela simples alteração dos contactos das diversas entidades envolvidas no plano ou por mudanças do quadro legislativo em vigor.-----

----- No decorrer dos trabalhos da 8.<sup>a</sup> Comissão Permanente, alertamos para algumas omissões, e falta de rigor no documento que hoje chega a este Plenário, e que deverão ser tidos em atenção aquando da realização da próxima atualização do mesmo, de que se destaca:-----

----- - A falta de previsão de verdadeiros mecanismos de alerta à população, de que é exemplo a referência que é feita no documento a sirenes localizadas nos quartéis dos corpos de bombeiros, quando os 11 quartéis de bombeiros do RSB e os 6 quartéis dos corpos de bombeiros voluntários da cidade de Lisboa não têm sirenes externas;-----

----- - A falta de referência à interligação com algumas entidades, de que destaca a Administração do Porto de Lisboa, o INFARMED – Autoridade Nacional do Medicamento e dos Produtos de Saúde e o Instituto Português do Sangue e da Transplantação; -----

----- - A falta de interligação com a empresa Auto Estradas do Atlântico, concessionária da Auto-estrada número 8 é grave, sabendo-se que o “*Plano Especial de Emergência para o Risco Sísmico na Área Metropolitana de Lisboa e Concelhos Limítrofes*”, que é o instrumento de suporte ao sistema de proteção civil para fins de gestão operacional no caso da ocorrência de um evento sísmico na região na área metropolitana de Lisboa, estabelece que em caso de sinistro, caberá ao distrito de Leiria assegurar a sustentação operacional do distrito de Lisboa, sendo que ao município de Lisboa, nos termos do referido Plano, caberá aos Bombeiros Municipais

de Leiria a sustentação operacional, ou seja o socorro, apoiados pelo Centro Distrital Operações de Socorro de Castelo Branco. -----

----- O referido Plano, estabelece, ainda, que a Zona de Receção de Reforços deverá ocorrer em Torres Vedras, deslocando-se esses reforços para Lisboa, previsivelmente, através da A8, pelo que em nosso entender é grave a falta de referência à interligação com a empresa Auto Estradas do Atlântico. -----

----- Minimizar a perda de vidas e bens, bem como o rápido restabelecimento das condições de vida das populações, depende do bom aprontamento de todos os agentes de proteção civil, bem como da existência de planos bem realizados, e que sejam executáveis. -----

----- Numa época em que os desastres ou catástrofes estão a acontecer cada vez com mais frequência, nomeadamente, por via das alterações climáticas, a Proteção Civil nunca se apresentou tão necessária como agora, esperando que o presente Plano Municipal de Emergência de Proteção civil de Lisboa seja uma ferramenta essencial para tornar a nossa cidade mais segura. -----

----- Tenho dito.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho** no uso da palavra, anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Miguel Santos do PAN.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Imprensa, Público em geral. -----

----- Nesta proposta encontramos bastantes virtualidades, bastantes, coisas positivas, mas ficou a faltar um elemento que é um elemento importante que alguns consideram o 4º pilar da Proteção Civil que é a população. -----

----- O papel da população que é um papel essencial para o apoio, a resiliência e autoproteção dos aglomerados urbanos, parece-nos que está a ser desconsiderado. Já por várias vezes, sugerimos que, nomeadamente, no mandato anterior, a criação de entidades do tipo das americanas, que são a entidades de resposta de emergência de auto-organização civil e que permitem, no caso de não haver possibilidade de haver uma proteção imediata aos cidadãos, por parte das forças para isso, habilitadas, farão uma primeira intervenção e organização da população. -----

----- E, nesse aspeto nós entregámos a nossa opinião na comissão, esperamos que pudessem ser tidas em consideração algumas sugestões e, infelizmente, isso não aconteceu razão pela qual, nós acabámos por nos abster relativamente ao relatório. -----

----- Espero que, ainda, vamos a tempo de que isso venha a ser feito de alguma forma, mas eu queria passar em revista uma série de aspetos importantes que não foram considerados, mas que são muito importantes, e que esperamos que venham ainda a ser considerados, de alguma forma. -----

----- A questão das redes e serviços de comunicações de emergência, que é importante que a todas as juntas de freguesia e suas respetivas unidades locais de proteção civil, possam ser dotadas tal como temos na nossa contribuição, a utilização da banda do



cidadão, e outras redes que são utilizadas nesta matéria, a interligação com as associações de rádio amadores, a interligação com as organizações de voluntariado e proteção civil que, também, não tem sido tida em conta para a cooperação para a cidade, as unidades locais de proteção civil que não têm sido implementadas de uma forma cabal, tal como referi, inicialmente, relativamente às questões, a inclusão de um plano sectorial de veterinária nos termos do parecer relativo à proposta de 330/CM/2018, destinada a submeter à Assembleia Municipal este plano municipal de emergência refere que se trata de um documento estratégico, sendo por isso de natureza genérica e global. Ora, sendo referido plano um documento de carácter genérico que foi considerado urgente atualizar, encontrando-se em elaboração pelo Serviço Municipal de Proteção Civil os vários planos setoriais que vão dar resposta às várias questões, designadamente, na questão dos túneis, das comunicações em rádio amador, do apoio psicossocial da saúde pública e mortuária, a avaliação de danos, património, abastecimento de águas, infraestruturas de saneamento, entre outras. -----

----- Assim e face ao número crescente de animais de companhia detidos pelos habitantes da Cidade de Lisboa e a bem assim, dos animais silvestres que coabitam nos demais espaços verdes existentes na cidade e que, inclusivamente, se encontram alojados nos diferentes equipamentos municipais, julgamos, absolutamente, indispensável que os mesmos venham a ser incluídos nos planos setoriais através de um plano sectorial veterinário, designadamente, através da previsão de normas, a promoção e formação de conhecimentos básicos de socorro animal, implementação de medidas de autoproteção e planos de evacuação para os animais existentes na Casa dos Animais em Lisboa, Quinta Pedagógica, a verificação da existência de medidas de autoproteção em planos de evacuação no Jardim Zoológico de Lisboa, o Oceanário de Lisboa, União zoófila, proceder ao levantamento dos principais aglomerados em termos de população animal, proceder ao levantamento dos locais que possam servir de acolhimento temporário e hospital de campanha, permitir o transporte de animais nos veículos de emergência, e/ou municipais em caso de emergência, e nomeação de um responsável pelo plano sectorial veterinário. -----

----- Formar uma equipa de médicos veterinários auxiliares que possam cooperar na ação de evacuação, transporte e realojamento dos animais de modo seguro e eficaz, ou seja, existem um conjunto de atividades que não estão devidamente acauteladas e que deveriam ser consideradas o seu entrosamento no atual plano municipal. -----

----- Por isso, solicitamos que isso seja feito o mais brevemente possível e que o plano que foi dado para a nossa aprovação possa ser emendado, atempadamente.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho** no uso da palavra, anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Cláudia Madeira do PEV.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhor Presidente em exercício.-----

----- A proposta que agora analisamos diz respeito ao Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil, um plano geral e formal que define a atuação do sistema municipal

de proteção civil, com referência às responsabilidades, organização e conceito de operações, em resposta a uma emergência, um acidente grave ou uma catástrofe na área do município de Lisboa.-----

----- Importa lembrar que este Plano que hoje discutimos, é uma atualização do Plano inicial, homologado em 19 de Julho de 1999, que veio, por um lado, dar cumprimento ao disposto na Lei de Bases de Proteção Civil mas, acima de tudo, dar resposta à necessidade de dotar a cidade de um instrumento de gestão de emergência. -----

----- Os Verdes querem também destacar que a sua elaboração, posteriores revisões e atualizações estiveram sempre a cargo do Serviço Municipal da Proteção Civil, que aproveitamos desde já para saudar, face ao trabalho realizado na elaboração deste Plano. -----

----- Esta proposta de atualização pretende adequar o Plano às novas exigências nas áreas da prevenção e da resposta à emergência.-----

----- E sobre a área da prevenção, Os Verdes alertam para o facto de um Plano com tamanha importância, reservar no seu conteúdo final apenas um anexo (III), com um total de 5 páginas dedicadas às medidas para a prevenção e mitigação de riscos, o que nos parece curto. -----

----- O referido anexo enumera algumas medidas previstas no PDM e na Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas, mas consideramos que o Plano se deveria articular mais em pormenor com estes dois documentos estratégicos, como também com o Plano de Drenagem. -----

----- Compreendemos que este é um Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil, mas para Os Verdes o princípio da precaução e da prevenção são premissas para uma resposta mais efetiva. E não esquecemos aqui o debate que a AML promoveu sobre a prevenção e minimização do risco sísmico e reforço da resiliência sísmica em Lisboa, cujas conclusões continuamos a aguardar. -----

----- Outra preocupação que Os Verdes pretendem deixar durante esta discussão prende-se com o Regimento de Sapadores de Bombeiros. -----

----- Face a este Plano, não nos podemos esquecer que o próprio Regimento de Sapadores se encontra numa fase de reestruturação, mudanças e novas localizações de quartéis, algo que o Plano não contempla e que no nosso entender, deveria constar quer no Plano, quer no parecer da 8ª Comissão. -----

----- Importa também salientar que todas as componentes da proteção civil têm de estar dotadas dos meios humanos, técnicos e financeiros, caso contrário, este plano funciona apenas em teoria, e é preciso garantir que é possível dar uma resposta rápida e eficaz a uma emergência. -----

----- E apenas para dar o exemplo dos bombeiros, há precisamente três semanas trouxemos aqui este tema e, apesar do investimento que foi feito, há ainda muito por fazer e muitas lacunas por preencher e é precisamente essa situação que tanto a nível do Regimento como de outros agentes da proteção civil, Os Verdes consideram fundamental serem resolvidas. -----

----- Para concluir, Os Verdes consideram que este é um Plano extremamente importante para a cidade, que deve estar devidamente adaptado ao mais recente

enquadramento legal e regulamentar, bem como às novas dinâmicas nas áreas da segurança e da resposta a situações de emergência, mas há questões que no nosso entender não poderiam ter ficado de fora, sob pena de termos um plano coxo. -----

----- Como tal, aguardamos com expectativa os planos sectoriais das diversas áreas, nomeadamente saúde pública, abastecimento de água, infraestruturas de saneamento, património, veterinária, entre outras, que já estarão em elaboração pelo Serviço Municipal de Proteção Civil, e que irão completar e dar corpo a este Plano. -----

----- Consideramos também que relativamente a estas questões mais concretas a Câmara deverá dar conhecimento regular do ponto de situação a esta Assembleia, para que a 8ª Comissão possa fazer o devido acompanhamento e monitorização desta matéria. -----

----- Obrigada.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho** no uso da palavra, anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Fernando Correia do PCP.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fernando Correia (PCP/Independente)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Ora, mais uma vez, boa noite a todos. -----

----- Sobre esta questão já muito foi dito, subscrevemos muitas das questões que foram aqui colocadas. Isto é um documento de facto estratégico em que nunca é demais as preocupações porque nunca é um documento que esteja completamente esgotado, em termos do que é, digamos, a imprevisibilidade do risco. -----

----- Sobre algumas das questões que o Grupo Municipal do PCP colocou, quer na 8ª Comissão, e que eu faço questão, também, de trazê-las aqui, as nossas objeções sobre algumas questões em relação a este plano.-----

----- O Grupo Municipal considera que as conclusões do parecer, deveriam ter considerado os seguintes aspetos: a desatualização da Carta Geológica de Lisboa e das limitações do conhecimento da Hidrogeologia da cidade daí decorrentes, o risco de liquefações do solo o que é real, e que está identificado pelo PDM, de 2012, e deveria ter sido considerado na atualidade. -----

----- Acresce, ainda, que o Regimento Sapadores Bombeiros de Lisboa atravessa uma fase de grandes alterações que, independentemente, da posição de cada um sobre as mesmas, deveria ser considerada, quer no plano, quer-me parecer da Comissão, nomeadamente, quanto às localizações existentes e previstas dos quartéis na cidade. ---

----- Não se conhece, ainda, a capacidade existente do Regimento Sapadores Bombeiros de Lisboa em termos de equipas especializadas e viaturas para proceder à descontaminação de espaços e de pessoas numa ocorrência grave, em cenário de catástrofe, em consequência das quais resulta a libertação de substâncias tóxicas, ou radioatividade existente, equipamentos hospitalares, por exemplo, e isso deveria estar refletido na proposta da Câmara Municipal de Lisboa e no parecer da comissão. -----

----- Gostava, ainda, de dizer, sobre isto, entendemos ainda que o Conselho Municipal de Segurança empossado por esta Assembleia e presidido pelo Senhor Presidente da Câmara deveria ter sido ouvido, e não foi. -----

----- Deixava, ainda, aqui um alerta, isto já foi referido há pouco, nós tivemos há cerca de seis meses, um debate aqui sobre o risco de um sismo, em Lisboa que como sabem é muito elevado, e a capacidade de resposta e a residência na cidade, uma questão que foi aqui colocada então pelos especialistas que tivemos o prazer de ter aqui, e que trouxeram questões de grande qualidade técnica e uma das questões que foi aqui colocada e que nunca mais ouvimos falar dela, tem a ver com a não introdução de medidas anti-sísmicas nos edifícios que estão a ser reabilitados na cidade. Isto não depende só da Câmara, depende da Assembleia da República, da legislação que foi aprovada no anterior governo em relação à reabilitação urbana que contempla apenas a obrigação dos edifícios serem reabilitados de acordo com a legislação, em vigor quando foram construídos, e estamos a falar de edifícios que foram construídos há cem anos, ou coisa semelhante, em que, portanto, a questão não havia experiência, nem técnica, nem legislação nenhuma sobre a resistência aos sismos e é uma oportunidade perdida, de facto, e volto a sublinhar esta questão, hoje, que haja um processo profundo de reabilitação na cidade, e que não se esteja a aproveitar esse processo para introduzir medidas anti-sísmicas que, ainda por cima, como foi informado por um professor catedrático do técnico, essas medidas custariam vinte a trinta euros por metro quadrado, o que é uma insignificância, tendo em conta os valores milionários com que esses edifícios, depois, estão a ser comercializados, em Lisboa.-----

----- Não podia deixar de dar esta nota, embora seja uma nota complementar à discussão deste plano, mas que é uma questão que, de facto, que gostaríamos que não caísse em saco roto, e que a Câmara diligenciasse junto do Parlamento, junto do Governo, para que houvesse, de facto, uma alteração a esta legislação sobre a reabilitação urbana.-----

----- Obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.-----

----- Creio que não há mais inscrições para este ponto.-----

----- Vamos, por isso, passar à votação do ponto 9 da ordem de trabalhos, **Proposta nº 330/CM/2018**. Não há votos contra, abstenções do PCP, CDS-PP, PEV, PPM, votos a favor do PS, PSD, BE, PAN, 8 IND. A **Proposta nº 330/CM/2018** foi **aprovada por maioria**.-----

----- (Ausência do Grupo Municipal do MPT da Sala de Plenário)-----

----- (Ausência de um Deputado (a) Municipal Independente da Sala de Plenário)-----

----- **O Grupo Municipal do PAN apresentou a seguinte Declaração de Voto:**-----

----- *“O Grupo Municipal do PAN da Assembleia Municipal de Lisboa vem, nos termos e para os efeitos previstos no Artigo 51º, nº1, alínea g) do Regimento da AML, fazer constar da Acta da Reunião – 40ª Sessão Extraordinária - realizada no dia trinta de Outubro de 2018 - a sua Declaração de Voto escrito, referente à Proposta 330-CM-2018 – “Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Lisboa”, apresentada e votada no 9º ponto do Período da Ordem do Dia.*-----

----- Com efeito, e apesar de termos votado favoravelmente a proposta supra identificada, não podemos deixar de reforçar os contributos que foram prestados no âmbito da 8.ª Comissão e que constam do respetivo parecer que veio a ser elaborado, porquanto incidem sobre aspetos fundamentais que consideramos que deviam constar do Plano Municipal de Emergência e de Proteção Civil, mas que não foram considerados, sendo o mesmo omissos nessas matérias.-----

----- Existe uma tendência geral das instituições do estado, central ou local em desconsiderar um entrosamento funcional com as populações e suas organizações de base, quando este deveria ser desde logo um pilar essencial de qualquer Plano de Emergência e Proteção Civil, fomentando assim uma maior cultura de segurança, resiliência e capacidade de resposta e autoproteção por parte das populações. -----

----- É essencial potenciar o incremento de eficácia dos serviços e utilizar até ao limite as sinergias potenciais entre os cidadãos, as suas organizações de voluntariado e as estruturas do estado, bem como alargar o âmbito funcional de estruturas pré-existentes. Não é em vão que a "População" é considerada o 4º pilar da proteção civil. Não é eficaz fazer tudo à revelia da população quando sabemos que em muitas situações de catástrofe podem passar dias sem auxílio externo. Capacitar e mobilizar as populações no sentido da autoproteção e resiliência é uma obrigação que vimos a defender desde 2013 e até ao presente a Câmara e restantes entidades não têm sido sensíveis. -----

----- Acresce ainda que o Plano aqui em questão deixa algumas questões de fora, pelo que reforçamos o que tivemos já a oportunidade de apresentar em Comissão: -----

----- a) Redes e Serviços de Comunicações de Emergência, importa dotar todas as juntas de freguesia e suas respetivas Unidades Locais de Proteção Civil (ULPC) de rádio da REPC ou da recente rede VHF dPMR adquirida pelo SMPC de Lisboa, de modo a que em caso de impossibilidade de comunicação telefónica exista alternativa de radiocomunicação fazendo assim as juntas de freguesia a ponte de ligação entre as populações e os serviços de proteção civil e socorro. -----

----- Por outro lado, ainda que seja implementada a solução supra indicada, a alternativa fica deficitária se as ULPCs não forem dotadas de rádios das bandas livres usados por muitos cidadãos, e ora conhecidos como radiocomunicações cidadãs, referimo-nos aos rádios CB (Citizen Band) muito populares nos anos 80 e 90, e atualmente de novo em crescente popularidade, que está de novo a ganhar muitos adeptos desde que no ano passado passou a ser isento de certificado de registo e taxas, e a somar ao rádio da banda do cidadão, os populares rádios de uso livre norma PMR446, que para fins lúdicos ou para atividades profissionais existem aos muitos milhares na Cidade de Lisboa, e em todo o país e europa são incontáveis. -

----- Importa ainda ter em consideração que, a esmagadora maioria das entidades com especial dever de cooperação não está integrada na rede de radiocomunicações municipal de proteção civil, pelo que não possui alternativa de radiocomunicações, o que pode impossibilitar o seu acionamento, coordenação e articulação. Importa que cada entidade integrante do plano, possua os meios necessários a possibilitar com algum realismo cumprir a sua missão, pois de outro modo somente servem para fazer

número. As associações de radioamadores, IPSS's, Escuteiros, e demais entidades com especial dever de cooperação não podem ser ativadas se para isso, caso falhem as telecomunicações, não dispuserem de radiocomunicações integradas numa rede de acionamento que deve ter um plano próprio de organização, exploração e indicativos rádio. -----

----- b) Associações de Radioamadores, sem que estas associações disponham de meios de radiocomunicação na REPC ou Rede Municipal de proteção Civil, e sem que o SMPC disponha de equipamentos de radioamador e pessoal habilitado à sua operação, caso falhem as telecomunicações não há como ativar e coordenar a acção dos radioamadores, pelo que a manter-se a atual realidade de pouco adianta incluir as associações de radioamadores no PMEPC. As corporações de bombeiros não são fornecedores de comunicações de emergência, mas sim usufrutuários das mesmas. ----

----- Falta incluir na lista de redes: -----

----- • O Serviço Rádio Pessoal CB -----

----- • O serviço PMR446 -----

----- • A rede municipal de radiocomunicações de proteção civil dPMR VHF -----

----- c) OVPC – Organizações de Voluntariado de Proteção Civil, a Portaria 91/2017 define como se adquire a personalidade de OVPC e as áreas de atuação das mesmas, bem como a forma de reconhecimento. A proposta de PMEPC viola o disposto na portaria 91/2017, sendo que as entidades ali consideradas ainda não possuem reconhecimento como OVPC por parte da ANPC, importando adequar a designação em conformidade. -----

----- Por outro lado, a única OVPC reconhecida pela ANPC, efetuou várias tentativas de colaboração com o SMPC de Lisboa, até ao momento sem resposta, apesar de ser o trabalho pioneiro desenvolvido por esta que conduziu ao reconhecimento de existência e utilidade deste tipo de organizações. -----

----- d) Unidades Locais de Proteção Civil, no intuito de partilhar responsabilidades e funções, importa liberalizar a constituição de equipas de voluntários de proteção civil ao nível do bairro, independentemente da iniciativa ser pública ou dos próprios moradores. Importa que haja regulamentação que enquadre definindo as regras e requisitos, mas que simultaneamente dê a necessária liberdade de constituição, funcionamento e desenvolvimento, possibilitando às populações, nomeadamente através de associações de moradores possam desenvolver os seus projetos de proteção civil. Para que tal seja possível, é necessário que o PMEPC preveja a existência de ULPC de iniciativa pública (juntas de freguesia), ou de iniciativa privada (associações de moradores). -----

----- e) Inclusão de Plano Sectorial de Veterinária, nos termos do Parecer Relativo à Proposta n.º 330/CM/2018, destinada a submeter à Assembleia Municipal a aprovação do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil, se refere que o mesmo se trata de um documento estratégico, sendo por isso de natureza genérica e global. -----

----- Ora, sendo o referido Plano um documento de carácter genérico que foi considerado urgente atualizar, encontrando-se em elaboração pelo Serviço Municipal

de Proteção Civil, os vários Planos Sectoriais que vão dar respostas às variadas questões, designadamente na questão dos túneis, das comunicações em rádio amador, do apoio psicossocial, da saúde pública e mortuária, avaliação de danos, património, abastecimento de água, infraestruturas de saneamento, entre outras. -----

----- No entanto, o mesmo não pode descurar, pelo contrário, o número crescente de animais de companhia detidos pelos habitantes da cidade de Lisboa e bem assim dos animais silvestres que coabitam nos demais espaços verdes existentes da cidade e que inclusivamente se encontram alojados nos diferentes equipamentos municipais e, pelo que julgamos absolutamente, imprescindível que os mesmos venham a ser incluídos nos Planos Sectoriais, através de um Plano Sectorial Veterinário, que preveja, designadamente, os seguintes aspetos: -----

----- - Previsão de normas que permitam mitigar os efeitos de um acidente grave ou catástrofe sobre as vidas dos animais, nomeadamente permitindo o seu acesso aos espaços de acolhimento que vierem a ser disponibilizados sempre que acompanhados pelos seus detentores; -----

----- - Promover a formação de conhecimentos básicos de socorro animal às forças presentes no terreno, dotando-os dos meios necessários para a prestação de socorro urgente e inadiável a animais, sem prejuízo do devido encaminhamento para os serviços municipais de veterinária; -----

----- - Implementação de medidas de autoproteção e planos de evacuação para os animais existentes nos espaços municipais, designadamente na CAL, Quinta Pedagógica e no LxCRAS, assim como a existência de água potável, comida e medicamentos; -----

----- - Verificação da existência de medidas de autoproteção e planos de evacuação no Jardim Zoológico de Lisboa, Oceanário de Lisboa e União Zoófila, sem prejuízo de outros espaços que venham a ser identificados, assim como garantir a necessária articulação com o Plano Sectorial Veterinário em vigor no município; ---

----- - Proceder ao levantamento dos principais aglomerados em termos de população animal; -----

----- - Proceder ao levantamento dos locais que possam servir de acolhimento temporário e de hospital de campanha; -----

----- - Permitir o transporte de animais nos veículos de emergência e/ou municipais em caso de emergência; -----

----- - Nomeação de responsável pelo Plano Sectorial Veterinário; -----

----- - Formar uma equipa de médicos veterinários, auxiliares e ONG's que possam cooperar na ação de evacuação, transporte e realojamento dos animais, de modo seguro e eficaz. -----

----- Neste mesmo sentido pronunciou-se a ONG SOS Animal – Grupo de Socorro Animal, na fase da consulta pública do Plano Municipal. -----

----- Apesar do acima exposto, consideramos que é melhor existir um plano do que não haver plano algum, desde que com o compromisso do executivo no que irá promover a necessária elaboração dos Planos Sectoriais identificados ao longo do debate em torno do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Lisboa”,

como é desde logo o caso do Plano Sectorial de Veterinária, e é por essa razão que apesar do exposto iremos votar favoravelmente a proposta.-----

----- Lisboa, 02 de Novembro de 2018-----

----- O Grupo Municipal do Pessoas - Animais – Natureza. ”-----

----- **10. APRECIACÃO DA PROPOSTA 327/CM/2018 - QUALIFICAÇÃO COMO ESTRUTURANTE DE UM CONJUNTO DE VIAS DA CIDADE, PARA EFEITOS DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DE ARVOREDO E OUTRAS ESPÉCIES ARBÓREAS E ARBUSTIVAS E DOS ESPAÇOS VERDES, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 2 DO ARTIGO 13.º DA LEI N.º 56/2012 DE 8 DE NOVEMBRO, NA REDACÇÃO ATUAL, E NA ALÍNEA K), DO N.º 2, DO ART.º 25.º, DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDACÇÃO ATUAL; 2X GRELHA-BASE – 68 MINUTOS;**-----

----- (A Proposta nº 327/CM/2018 fica anexada à presente Ata como Anexo XXII e dela faz parte integrante).-----

----- (O Parecer da 4ª Comissão Permanente fica anexado à presente Ata como Anexo XXIII e dela faz parte integrante).-----

----- (A Recomendação nº 040/05 apresentada pelo CDS-PP, fica anexada à presente Ata como Anexo XXIV e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage,** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “O Senhor Vereador José Sá Fernandes para apresentação da proposta. -----

----- Faça favor.”-----

----- **O Senhor Vereador José Sá Fernandes** fez a seguinte apresentação da proposta:-----

----- “Boa tarde a todos.-----

----- É uma proposta simples, viu-se as obras na Avenida da República, na Fontes Pereira de Melo vem na sequência dessas obras.-----

----- Julgo que a proposta é clara e que não é necessário uma apresentação extra, julgo eu.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho** no uso da palavra, anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Mário Freitas do MPT.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Mário Freitas (MPT)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Presidente em exercício, mais uma vez, Senhores Vereadores, Caros Colegas, Público Presente.-----

----- Em relação à proposta em apreciação, que pretende aprovar “a qualificação como estruturante de um conjunto de vias da Cidade, para efeitos de gestão e manutenção de arvoredo e outras espécies arbóreas e arbustivas e dos espaços verdes” o Partido da Terra gostaria de fazer algumas considerações.-----

----- Sendo um partido de carácter ecologista e ambientalista, defendemos que a arborização é essencial a qualquer planeamento urbano. Contudo, as árvores em meio



urbano estão sujeitas a condições de sobrevivência hostis (solos, pavimento, entre outros), não só devido às limitações de natureza física, mas também face às atitudes das pessoas diante da própria árvore, seja por via do vandalismo ou de cuidados culturais, que muitas vezes, são desajustados ou mesmo ausentes. No nosso entender, a maioria destes problemas poderiam ser evitados se houvesse uma maior articulação entre o poder político e a comunidade. -----

----- Com a entrada em vigor da Lei n.º 56/2012 que aprovou a Reforma Administrativa de Lisboa (RAL), muitas das competências da Câmara Municipal foram transferidas para as Juntas de Freguesia, ficando estas mais dotadas de competências para gerir o seu território. -----

----- No entanto, é notório não só para nós, mas também para algumas Associações, que em relação à gestão do património arbóreo da cidade, o modelo em vigor apresenta várias lacunas. Com a introdução de mais agentes decisores, perdeu-se uma gestão integrada, isto é, perderam-se sinergias aos mais diversos níveis. -----

----- Não obstante esse facto, reconhecemos que nem todos os problemas são reflexo da Reforma Administrativa. O encerramento da Escola de Jardinagem, a não abertura de procedimento concursal na categoria de jardineiros, e a “quase obrigatoriedade” de recorrer a empresas privadas por parte das Juntas de Freguesia, são outros dos fatores.-----

----- É com agrado que nos revemos nesta proposta, pois ela representa o que sempre defendemos, isto é, o reconhecimento de que a Gestão do Património Arbóreo na *Nossa Lisboa* não está a decorrer como previsto, e que deve seguir outro Rumo. -----

----- Curiosa e coincidentemente, este reconhecimento apenas sucede após o embate do autocarro turístico numa árvore na Avenida da Liberdade, levando a Câmara Municipal a chamar a si de novo, a responsabilidade do arvoredo naquela zona.-----

----- Mais vale tarde do que nunca! -----

----- Mas para nós continua a existir uma grande preocupação com a gestão e manutenção do arvoredo, independentemente de quem é a responsabilidade. Infelizmente, o Regulamento Municipal do Arvoredo, não veio dar a resposta pretendida, estando ainda hoje por conhecer o parecer jurídico que o que o Sr. Vereador José Sá Fernandes referiu à data da aprovação deste regulamento, e passo a citar *“Neste momento os serviços da câmara estão a analisar aquilo que foi aprovado em Reunião da Assembleia Municipal. E também os serviços jurídicos estão a analisar”*. -----

----- Senhor Vereador, passados que são 15 meses após a aprovação do documento em referência, com a Câmara e Juntas de Freguesia a atuar de acordo com o mesmo. Já existe algum parecer jurídico por parte dos serviços? Para quando a sua remessa a esta Assembleia? -----

----- Por último, não poderia terminar a minha intervenção, sem antes reiterar que defendemos que *“se pense a cidade e o arvoredo como um todo”* e por isso mesmo, em face dos péssimos resultados obtidos neste âmbito, a gestão do arvoredo deverá ser repensada, no sentido de se corrigir o que não está a resultar, mesmo que isso implique reverter a gestão e manutenção dos espaços verdes para a esfera municipal e consequentemente uma alteração ao Regulamento Municipal do Arvoredo. -----

----- Muito Obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage**, no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Senhores Deputados, há pouco, não chamámos a Senhora Deputada Relatora para a apresentação do parecer da 4ª Comissão, portanto, fá-lo-ia agora chamo para a apresentação do parecer a Senhora Deputada Inês Sousa Real.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Sousa Real (PAN)** no uso da palavra, e na qualidade de Relatora do Parecer da 4ª Comissão Permanente, fez a seguinte apresentação: -----

----- “Muito obrigada mais uma vez, boa tarde, começo, antes de mais, por saudar os restantes colegas da 4ª Comissão pelo trabalho que foi desempenhado nesta proposta que acabou, de facto por ser bastante extenso e acabámos por ouvir várias entidades. --

----- Através da presente Proposta 327/CM/2018, vem a Câmara Municipal de Lisboa submeter à aprovação da Assembleia Municipal, a qualificação da Praça dos Restauradores, da Avenida da Liberdade, da Praça Marquês de Pombal, da Avenida Fontes Pereira de Melo, da Praça Duque de Saldanha, da Avenida da República, da Rotunda de Entrecampos e do Campo Grande, como estruturantes para efeitos de gestão e manutenção de arvoredo e outras espécies arbóreas e arbustivas e dos espaços verdes nas referidas vias. -----

----- Em sede de reunião da 4ª Comissão Permanente, procedeu-se à audição dos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia das Avenidas Novas, Arroios e Alvalade, para no âmbito da referida Proposta 327/2018 exporem o que entendessem por relevante, não tendo apenas comparecido o Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, o qual também não se fez representar.-----

----- Tendo a proposta em análise sido devidamente discutida e merecido a concordância do respetivos membros da 4.ª comissão e sobre a qual incidiu o presente parecer, está em condições de ser debatida e votada em plenário da AML, a quem compete, nos termos e ao abrigo do disposto nas disposições conjugadas da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, com o n.º 2 da Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro, a aprovação da qualificação da Praça dos Restauradores, da Avenida da Liberdade, da Praça Marquês de Pombal, da Avenida Fontes Pereira de Melo, da Praça Duque de Saldanha, da Avenida da República, da Rotunda de Entrecampos e do Campo Grande, como estruturantes para efeitos de gestão e manutenção de arvoredo e outras espécies arbóreas e arbustivas e dos espaços verdes nas referidas vias. -----

----- O parecer refere também que houve, de facto, aqui uma preocupação por não terem sido acompanhados os meios humanos e materiais para a execução e a manutenção deste espaço e, portanto, faz todo o sentido até mesmo para articular com as vias que já de si são consideradas estruturantes se pertencerem à mesma entidade. --

----- Quanto à posição do PAN, e peço, agora, o desconto do tempo, iremos votar favoravelmente esta proposta, desde logo, porque esta qualificação vem permitir uma melhor articulação entre aquilo que são, por um lado, as vias verdes consideradas

como estruturantes e, por outro também, as vias do ponto de vista das ruas aqui sinalizadas ao nível da cidade. -----

----- É necessário, também, haver uma clarificação de quem é que gere, que ruas, que espaços e o quê, e também, que sempre que exista uma descentralização, ou contratos de competências que são feitos para as juntas, a ser acompanhados dos meios humanos e materiais para que, de facto, se possa de alguma forma, dar aqui respaldo àquilo que é o primado do próprio Regulamento Municipal do Arvoredó, e não nos esquecermos que esta é uma matéria, obviamente que tem colhido a atenção, e bem, dos munícipes da nossa cidade que, diariamente, nos fazem denúncias e reportam situações de gestão, muitas vezes, indevidas do ponto de vista das podas excessivas, ou da manutenção, e também, tem que haver aqui uma preocupação de pelo menos nestas vias, haver toda uma harmonização em relação à gestão daquele que é o nosso património natural e que, de facto, talvez da maior riqueza, sobretudo quando enfrentamos desafios tão prementes como as alterações climáticas e a sua necessária adaptação e mitigação. -----

----- Iremos, por isso, então votar favoravelmente e apelar a que, de facto, nesta gestão seja sempre feita com recurso a meios especializados e preferencialmente internos, ao invés da externalização e da subcontratação de entidades que muitas vezes não dispõem do *know-how* e da tecnicidade que é necessária para lidar com o nosso património arbóreo. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho** no uso da palavra, anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Diogo Moura do CDS-PP.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. Como será a minha última intervenção, hoje, também dar-lhes os parabéns pela forma como está a conduzir os trabalhos, queria deixar essa nota por parte do CDS-PP. -----

----- Relativamente a esta proposta e lembrando, também, que o CDS-PP tem uma recomendação no âmbito desta proposta, 327/CM/2018. -----

----- Sobre a recomendação que hoje apresentamos, é uma situação muito simples para quem conhece a zona de Arroios e a zona do Saldanha, em particular, e aquilo que foram as obras que ficaram prontas em Janeiro as 2017, de intervenção no eixo central, essa intervenção não foi só feita naquilo que nós conhecemos nas avenidas principais da Fontes Pereira de Melo, na República e Campo Pequeno, mas foi também, nalgumas artérias paralelas. Numa dessas paralelas, foi feita uma intervenção de requalificação do espaço público e espaço verde ajardinado nas traseiras do edifício do Fórum Picoas, propriedade da Altice, em que a Câmara criou um arruamento e criou espaços ajardinados. A verdade é que sendo um espaço de domínio privado a responsabilidade da gestão e da conservação, manutenção, desse espaço é da Altice e a verdade é que, por exemplo, só no ano passado, este espaço só foi intervencionado e mantido duas vezes e, portanto, é notório o abandono que existe

à manutenção deste espaço e, nesse sentido, nós levantámos esta questão na reunião de comissão com o Senhor Vereador, também, na audição, com o Senhor Presidente da Junta de Arroios, com quem eu tenho falado porque é a minha freguesia de residência, levantámos esta questão, porque consideramos que aquele espaço que, neste momento, é utilizado por muitas pessoas e que faz a ligação da Fontes Pereira de Melo com a Rua Mestre Martins Correia com Engenharia da Silva e com a Praça José Fontana, deve ter uma manutenção adequada e prioritária e, portanto, considerando que a Altice não tem conseguido dar resposta adequada a esta matéria, nós vimos propor, nesta recomendação, que a Câmara em sete conversações e negociações que a Altice para que passe a gestão e a conservação, manutenção, para a Câmara Municipal e depois ela seja delegada na Junta de Freguesia de Arroios para que possamos fruir da melhor forma e com qualidade daquele espaço verde. -----

----- Relativamente à Proposta nº 327/CM/2018, dizer que esta é uma matéria muito importante, a matéria do arvoredo. Nós estamos a falar da floresta urbana da cidade. ---

----- Também dizer que a o CDS-PP teve uma posição que é conhecida desde o início, nós consideramos que todo o arvoredo da cidade, e esta floresta, deve ser considerada pela Câmara como estruturante e, portanto, não deveria ter sido entregue às juntas. Não porque as juntas, aquelas que têm esta competência, têm arvoredo na sua área geográfica, não façam o melhor dos esforços, mas a verdade é que a Câmara nunca lhes passou os meios necessários, quer sejam financeiros, quer sejam humanos, quer sejam técnicos e, portanto, muitas vezes, vivemos aqui, num contraditório em termos profissionais muito qualificados na Câmara, Arquitetos Paisagistas, Engenheiros Florestais, que acabam por estar na Câmara e que são afetos a outras funções, porque, digamos que o seu conteúdo funcional acaba de estar vazio, e depois temos Juntas de Freguesias que podiam usufruir destes profissionais qualificados, nomeadamente, não só na gestão mas, também, na monitorização e na qualidade daquilo que é a intervenção. -----

----- Nesta reforma administrativa, só para temos uma noção de números, a Câmara tem 48 técnicos nesta área, e para as vinte e quatro Juntas de Freguesia só foram transferidos, desde a Reforma Administrativa, sete e, portanto, eu acho que isto é notório daquilo que é o estado atual. -----

----- Esta proposta, obviamente, nós vamos votar a favor uma vez que consideramos que a estas vias devem ser consideradas estruturantes e, portanto, deixamos apenas este apelo à Câmara que reflita melhor que esta proposta seja feita só por causa de um incidente que ocorreu numa freguesia, ou com a gestão por parte de uma freguesia, mas que tenha uma visão global de cidade e a Câmara só ganhará com isto, ganhará economia de escala e ganhará, obviamente, com aquilo que são técnicos seus, do seu quadro e que podem, obviamente, ser uma mais-valia, porque são uma mais-valia naquilo que é a gestão do arvoredo da cidade. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho** no uso da palavra, anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Cláudia Madeira do PEV.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhor Presidente em exercício, Senhoras Secretárias. -----

----- A proposta que agora apreciamos pretende qualificar como estruturante um conjunto de vias, entre os Restauradores e o Campo Grande, para efeitos de gestão e manutenção do arvoredo e de espaços verdes.-----

----- Recorde-se que a Lei 56/2012 sobre a Reorganização Administrativa veio conferir às 24 freguesias da cidade competências próprias em diversas áreas, sendo uma delas a manutenção e gestão dos espaços verdes e das árvores de alinhamento. ----

----- Desde a aprovação dessa lei, ou seja, desde 2012, Os Verdes têm vindo a alertar para o enorme erro que a Câmara estava a cometer, porque os espaços verdes e as árvores de alinhamento deveriam ser geridos de forma integrada, por constituírem um todo em termos ambientais, paisagísticos e históricos.-----

----- Ao longo destes anos, vários foram os exemplos de que esta gestão, que permite 25 visões distintas sobre o arvoredo, não estava a funcionar, apesar de essa situação não ser reconhecida pelo Sr. Presidente da Câmara, nem sequer na proposta que agora discutimos.-----

----- Mas a realidade é que em 2015, o Sr. Vereador Sá Fernandes chegou a afirmar que desde que a intervenção no arvoredo transitou para as Juntas, houve casos de poda excessiva e de falta de informação às populações. É indesmentível que Lisboa se tem deparado com várias situações de completo desrespeito por este património natural, com abates injustificados e podas excessivas. -----

----- De facto, são muitas as denúncias e pedidos de ajuda que Os Verdes recebem e as vozes contra o modelo de manutenção do arvoredo têm vindo a aumentar, tanto por parte de cidadãos como de associações que têm um papel ativo na defesa do património arbóreo da cidade. -----

----- Mas Os Verdes não se cingiram a alertar para este problema e propuseram a sua resolução. Em Abril deste ano apresentámos uma recomendação para que os espaços verdes de média e grande dimensão e as árvores de alinhamento fossem considerados estruturantes. Esta proposta foi rejeitada com os votos contra do PS, do PSD e de um eleito do PAN.-----

----- Curiosamente, em Maio, surge esta proposta do executivo, com a qual Os Verdes concordam, até porque, em parte, vai ao encontro do que temos defendido, mas é preciso ir mais longe.-----

----- E a diferença é que a nossa proposta ia mais longe e era o início do caminho que tem de ser feito, como forma de resolver este problema, quer se trate de espaços recentemente criados ou já existentes.-----

----- Se foi insensato que as árvores de alinhamento não se tenham mantido na Câmara, mais insensato é estarmos agora perante um problema, termos a solução à nossa frente e alguns senhores deputados terem recusado essa solução. Porque foi precisamente isso que fizeram quando, há seis meses, nesta Assembleia, votaram contra a proposta de Os Verdes. -----

----- E, portanto, continuaremos a defender que este passo deve ser alargado a toda a cidade e não apenas para este conjunto de vias. -----

----- No entanto, e apesar de viabilizarmos esta proposta, não podemos deixar de referir alguns aspetos. -----

----- O executivo continua a dizer que a reorganização trouxe maior proximidade, maior eficiência, ignorando por completo o que se tem vindo a passar. -----

----- A verdade é que nem a Reorganização Administrativa nem o Regulamento do Arvoredos vieram resolver nada. Aliás, ambos vieram promover e legitimar 25 visões distintas sobre o arvoredos da cidade, como se de uma manta de retalhos se tratasse, e significaram um retrocesso, que veio contrariar uma gestão integrada e harmoniosa dos espaços verdes e das árvores, que era o que se pretendia. -----

----- E, não querendo de forma alguma desvalorizar o papel das freguesias, a realidade é que os considerandos da proposta não correspondem totalmente à realidade, e o executivo sabe-o bem, até porque há Presidentes de Junta, inclusive da cor política do executivo, a queixarem-se da falta de meios para a manutenção de espaços verdes, e é bem conhecida a situação de contratação de empresas privadas para o efeito e a existência de intervenções que levantam muitas dúvidas. -----

----- Há outro aspeto que necessita de maior clarificação e que pode induzir em erros que é próprio conceito de estruturante. Se as árvores de alinhamento são estruturantes, por que razão não são consideradas como tal, se reúnem todos os requisitos e critérios para serem estruturantes? -----

----- Em suma, esta proposta apresentada pelo executivo é um reconhecimento do que Os Verdes andam há anos a defender, sendo necessário alargá-la a outras zonas da cidade, de forma integrada e coerente, pois é esta a forma de resolver o problema dos espaços verdes e do arvoredos. -----

----- Depois, há outras questões que deverão ser tidas em conta e que Os Verdes já várias vezes propuseram, e que passam por um maior investimento na área dos espaços verdes, para que a autarquia tenha mais condições para, por meios próprios, fazer a manutenção dos espaços verdes e do arvoredos, invertendo o recurso a empresas privadas, que custam milhões e cujo resultado nem sempre é o esperado. -----

----- E esta situação torna-se ainda mais inaceitável quando a autarquia tem uma escola de jardinagem, que deveria ser reativada precisamente para esse efeito. Também sobre todas estas questões, há anos que Os Verdes apresentam propostas, que são aprovadas, mas a que depois falta vontade política para a sua implementação. -----

----- Obrigada.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho** no uso da palavra, anunciou o seguinte: -----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Luís Newton do PSD.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente em exercício, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Vereadores. -----

----- E pronto, tínhamos chegado a uma altura em que a esquerda vinha, outra vez, tentar gerar confusão à volta do que aqui se estava a querer discutir e o problema depois acaba sempre por ser este, esta confusão que se quer sempre lançar por cima daquilo que se está a tentar resolver é aquilo que prejudica a própria reflexão e em muitos momentos, é a tal linha que separa, ou os tais processos que, querendo Vossas Excelências dizem que são iguais mas na realidade são bastante diferentes. E estou perfeitamente à vontade para falar porque a proposta que é aqui trazida, é trazida pelo Partido Socialista, não é trazida pelo Partido Social Democrata, mas é particularmente diferente daquilo que se tem vindo a defender e passa, sobretudo, pela necessidade de promover uma clarificação e essa clarificação não vem prejuízo daquilo que foi o bom momento da reforma administrativa, nem sequer atenta àquele que é necessariamente o aprofundamento que daí advém, mas procura clarificar momentos de intervenção específicas, em matérias específicas, em áreas específicas. É este o exercício que o executivo promoveu, foi essa, inclusivamente, a mensagem que nos trouxe o Senhor Vereador em sede da 4ª Comissão, e não me parece que seja propriamente sério do ponto de vista, até do esclarecimento político, vir aqui reinterpretar essa vontade, e vir aqui tentar dar uma nova camuflagem à proposta que estamos a discutir. -----

----- E o que estamos a discutir é muito claro, é compreender de que forma se pode precaver situações que têm a ver especificamente com competências em determinados territórios Cidade de Lisboa. E estas competências direcionadas para determinado tipo de atividades que entende a Câmara, e do ponto de vista daquilo que foi a análise feita em sede de comissão, bem, clarificar relativamente àquilo que tinha sido o processo de descentralização. E é isso que vamos continuar a fazer nos próximos tempos. -----

----- Reforço, não me parece correto, nem adequado, vir-se aqui tentar mascarar a proposta, tentando retirar daqui outras dimensões que não aquela que, realmente, se pretende ter e, sobretudo, no final do dia é minimizar aquele trabalho que tem sido feito, tanto do lado da vereação, como do lado das juntas de freguesia, desde 2013. ----

----- E aqui a questão que me parece particularmente relevante é qual o próximo caminho do ponto de vista da própria clarificação. E não é a questão de *‘ai e tal, porque nós sempre alertámos que a descentralização estava a prejudicar, e que as coisas agora estão piores’*. Não isso é que não nos parece sério. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho** no uso da palavra, anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Graciela Simões do PCP.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Graciela Simões (PCP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Mais uma vez, boa tarde, Senhor Presidente em exercício. -----

----- Felicito a Senhora Relatora e todos os que contribuíram para este parecer que apresenta matérias que, no nosso entender, deveriam ir mais longe e até porque apresentámos, em reunião de Câmara, uma proposta neste sentido, referindo que fossem considerados estruturantes todos os espaços verdes de grande e média dimensão, bem como, todas as árvores de alinhamento de via. -----

----- Apesar da proposta ter sido rejeitada com os votos do PS, Independentes, PSD e Bloco considerarmos que a proposta era justa e contribuiria para uma clara resolução do que, hoje, é colocado à cidade de Lisboa. -----

----- No entanto, votaremos favoravelmente a proposta apresentada por considerarmos que, ainda, assim, ela constitui um avanço perante o quadro atual da situação.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho** no uso da palavra, anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Modesto Navarro do PCP.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- A minha intervenção é sobre a recomendação CDS-PP. É que depois, de facto, como se diz, depois das obras no eixo central por que razão é que a Altice ficou com a manutenção do espaço ajardinado entre as traseiras do Fórum Lisboa e o mercado 31 de Janeiro? Agora já percebemos, é a sua propriedade. Foi aqui, informado. Mas não está informado na recomendação. Ora, se é sua propriedade, como é que pode haver uma situação, pelo menos não conheço, abrirá um mundo de coisas complicado que é o espaço privado ser assumido pela Câmara Municipal, ou por delegação de competência pela Junta de Freguesia de Arroios. É essa a proposta de recomendação. E propõe essa coisa interessante de a Altice ficar obrigado ao pagamento de uma compensação financeira à Câmara, ou à Junta de Freguesia. -----

----- Esta situação seria a porta para outros serviços e entendimentos que não podemos aceitar. Abrir aqui um precedente em relação espaço que é privado e que é tratado mediante uma recompensa por uma entidade privada, parece-nos, de facto, errado. -----

----- Por isso, iremos votar contra esta recomendação do CDS-PP. -----

----- O que a Câmara tem a fazer, em nosso entendimento, é que a Altice cumpra as suas responsabilidades no seu espaço que é privado e que é deles. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho** no uso da palavra, anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado José Borges do PS.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Borges (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente em exercício, Senhores Vereadores, Caras e Caros Deputados Municipais, Caro Público presente, -----

----- Eu queria começar por dar nota ao Senhor Deputado Municipal Luís Newton de que nós concordamos que é necessária uma clarificação, mas também dizer o seguinte, que teria sido útil para essa clarificação ser feita que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santo António se tivesse associado, cumprindo com a sua obrigação de responder à Comissão, relativamente ao assunto em causa. O que não foi feito, nem presencialmente, nem por escrito. -----

----- E, portanto, esse compromisso com a clarificação também fica por dar. -----



----- O Grupo Municipal do Partido Socialista concorda que a qualificação como estruturante para efeitos desta mutação do arvoredo e outras espécies arbóreas para o espaço entre os Restauradores e o Campo Grande é essencial e, portanto, saúda esta proposta e lembra que nas palavras do Senhor Presidente da Câmara trata-se apenas de dar continuidade e homogeneizar, diria eu, sistema de arvoredo de árvores conforme e tratando-as e gerindo-as de maneira igual.-----

----- Neste seguimento, e porque também consideramos urgente, achamos necessário atualizar os autos de transferência das árvores e do alinhamento, classificando a competência também em zonas de fronteira, o que já foi confirmado pelo Senhor Vereador que saudamos e que está, aliás, transcrito no relatório. -----

----- Consideramos, ainda, que este ato é um ato de clarificação e não ato de retrocesso no que toca às delegações competências para as Juntas de Freguesias iniciado em 2013, e que nós queremos ver aprofundado, em particular, também, nos espaços verdes. -----

----- E, agora, eu dirigi-me ao CDS-PP, a propósito da sua recomendação, para dizer que achamos curioso e não deixámos, aliás, de ficar um pouco espantados que o CDS-PP venha pedir que seja a Câmara Municipal de Lisboa, ou a Junta de Freguesia de Arroios, em delegação de competências, a fazer algo que um privado e, em particular, uma empresa que o CDS-PP sempre defendeu que devia ser privado, seja, porque isso serviria melhor a própria empresa, seja porque serviria melhor o país, a fazer algo porque a própria empresa não consegue fazer, ou não sabe fazer.-----

----- De qualquer das maneiras, nós, apesar disto, saudamos a recomendação de CDS-PP, porque ela demonstra uma coisa que é muito importante para nós, é que o CDS-PP reconhece a excelência da capacidade da Câmara Municipal de Lisboa e do atual executivo de fazer melhor do que outro privado qualquer, esta obrigação. E, portanto, isso não deixa de ser um elogio aqui ao Senhor Vereador José Sá Fernandes, um elogio àquilo que as Juntas de Freguesia, também, têm feito nas delegações de competências e, portanto, saudamos esse particular da recomendação do CDS-PP.-----

----- De qualquer das maneiras, nós não acompanharemos a proposta e votaremos contra porque estranhámos que o CDS-PP, em última análise, não exige aquilo que tem que ser exigido, e o que já foi referido pelo Senhor Deputado Modesto Navarro, que é exigir a uma empresa privada que cumpra as suas obrigações relativamente à propriedade, porque se a Altice não for capaz de gerir umas poucas dezenas de metros quadrados de área privada que estão à disposição do espaço público, então não é capaz de cumprir com aquilo que seria, se calhar, já não a vossa, mas a nossa Lisboa.--

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho** no uso da palavra, anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Rui Costa, Independente.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente, Senhor Vereador, Senhoras e Senhores Deputados.-----

----- Eu tendencialmente saúdo que uma parte do arvoredo de Lisboa volte à gestão do município direta. Porque defendo que todo o arvoredo monumental e de grande porte estejam, de facto, na gestão direta do município. -----

----- Conhecemos os fenómenos do *outsourcing* o que é que causaram da subcontratação, da falta de meios, tivemos a discussão do regulamento do arvoredo que demonstrou bem a necessidade de haver, pelo menos, uma harmonização de normas na gestão de espaços e, portanto, naturalmente, votarei a favor da proposta. ----

----- Quanto à recomendação do CDS-PP, algum dia havia de ver, nesta Assembleia, o Senhor Deputado Municipal Diogo Moura com tendor socializante. Mas, infelizmente, a socialização dos solos proposta pelo Senhor Deputado Diogo Moura não o é na forma mais correta e, portanto, esta recomendação, em vez de colocar, pasme-se, o Estado enquanto prestador de serviços, esse malvado Estado que não consegue gerir as suas coisas, ser através de uma autarquia local um prestador de serviços uma entidade privada, eu acho é que devíamos ir para o campo, em primeiro lugar, sancionatório e, depois, desculpe-me o atrevimento, porque eu entendo que terra não explorada e o abandono tem uma função social e, em segundo lugar, uma dimensão, eventualmente, expropriativa e, nesse caso, votaria, naturalmente, a favor da recomendação do Senhor Deputado Municipal Diogo Moura nos trouxe. -----

----- Mas não, Senhor Deputado, não posso alinhar de maneira nenhuma com uma substituição do município pelos privados que incumprem e, muito menos, numa circunstância destas, mas Senhor Deputado, daqui a dez anos estará no sítio certo e, às tantas, sentar-nos-emos na mesma bancada. -----

----- Disse.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho** no uso da palavra, anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Luís Newton do PSD.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Eu, às vezes, ao ouvir o Senhor Deputado Rui Costa recuo muito no tempo e ... mas deixe-me, no entanto, centrar a minha intervenção sobre aquilo que foi, e repudiar totalmente, aquela que foi a intervenção do Partido Socialista nesta matéria, e dizer que, ainda por mais, vinda de alguém que, também, é Presidente de Junta.-----

----- Cabe a um Presidente de Junta em toda a altura decidir se quer, ou não pronunciar sobre determinada matéria e sobre isso não pode nem deve ser avaliado nem ajuizado. É de lamentar que seja outro Presidente de Junta que entenda que isso deve ser motivo de reflexão ao debate político. Eu já estou a ver os próximos debates. Já estou a ver os próximos debates. Cuidado com a caixa de Pandora que se abra. -----

----- Mas, para isso, dizer também que, e agora centrar-me um bocadinho na proposta do próprio CDS-PP, há aqui uma matéria que me parece incontornável que é há uma vontade, tanto por parte da comunidade, com por parte das próprias forças vivas da freguesia, sejam elas cívicas, sejam elas políticas, em procurar ter aqui uma intervenção positiva num território que, aparentemente, parece não estar a ser

devidamente cuidado. E, aqui, obviamente, que existem mecanismos punitórios que deveriam estar em vigor, mas algo me diz que fala também aquele que é o desespero da situação que é a Câmara que deveria punir, não pune. E, portanto, se a Câmara não pune temos de passar à próxima fase. Como à direita não acreditamos em expropriação, se calhar, o melhor é encontrar um modelo que garanta, aqui, também, algum ressarcimento financeiro pela atividade ao Estado porquê a diferença entre a esquerda e a direita há de ser sempre essa, a direita procura novas formas de poder financiar o Estado, e a esquerda procura as mesmas.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho** no uso da palavra, anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Diogo Moura do CDS-PP.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhor Presidente.-----

----- Tentar esclarecer aquilo que é nossa recomendação, indo um pouco contra aquilo que tem sido o populismo da esquerda, e o próprio discurso demagógico do PS nesta matéria.-----

----- Dizer o seguinte, eu realmente devo estar a falar com Deputados Municipais que não conhecem aquele espaço, e não conhecem a intervenção do eixo central, porque se fossem àquele espaço perceberiam que a Altice não cumpre com aquilo que é sua obrigação.-----

----- Depois, falamos de fiscalização. A Câmara não fiscaliza, e isto acontece desde a inauguração das obras do eixo central e já acontecia antes, mas a verdade é que também parece que os Senhores Deputados do PS não falam uns com os outros. Não é só entre Independentes. Também os Deputados do PS não falam. Porque se falassem com a vossa colega de Arroios saberiam que ela própria quer ficar com o espaço e geri-lo. E, obviamente, tem de ser através de uma compensação financeira. Ou os Senhores querem colocar mais custos no erário público quando a obrigação é de um privado. Mas falem com ela. Falem com ela, falem com as pessoas que vão ali passear os cães, falem com as pessoas que ali passam, com os miúdos do Liceu Camões que deixam aquilo numa lixeira, perguntem-lhe a ela o que é que ela acha. Ou perguntem ao Senhor Vereador, por exemplo, aquilo que ele disse e se mantém, na comissão, obviamente, a Câmara tem que fazer algo. Se a Câmara não fiscaliza tem que ocupar aquele espaço. O espaço é de fruição pública. Neste momento, ninguém o consegue usar, está cheio de dejetos caninos, está completamente abandonado. Se vimos aqui com demagogia políticas não vamos arranjar nenhuma solução. E quem fica mal são as pessoas que usam aquele espaço.-----

----- A Altice demonstra o respeito para com aquele espaço, os próprios funcionários usam aquele espaço, aliás, a Altice arranja, e muito bem, o espaço em frente da sua porta de entrada principal. Mas as traseiras já não arranja. É verdade que aquelas traseiras até ao Mercado 31 de Janeiro era um espaço completamente abandonado e que só servia de saída de garagem dos moradores e dos utilizadores do Saldanha

Residence, mas hoje em dia não é felizmente, e isso é uma das coisas boas da intervenção do eixo central que foi criar aquele espaço, criar um espaço verde ajardinado que está completamente ao abandono e a Junta sem qualquer compensação financeira, tem assumido esta gestão, porque aquele espaço, como digo, está um nojo que é a palavra correta, e é a Junta de Freguesia que tem assumido. E os custos são completamente assegurados, suportados pela Junta de Freguesia. -----

----- Portanto, o que eu recomendava aos Senhores Deputados de esquerda é que vão ao local e conheçam o espaço antes de se pronunciarem. O Senhor Vereador José Sá Fernandes conhece bem o espaço. E, depois, falem com a vossa colega de bancada do Partido Socialista e Presidente de Junta que está completamente a favor desta proposta e ainda há pouco mo disse, porque sabe quais são as necessidades das pessoas que o utilizam. -----

----- E portanto, ou aqui entramos em demagogias e populismos, ou então somos sérios nestas matérias. E se os Senhores não querem ser sérios, muito bem, por mim ficam a falar sozinhos. Com o CDS-PP é que não falam.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho** no uso da palavra, anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado José Borges do PS.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Borges (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- Eu gostava de ser muito breve, e tentar lapidar na resposta que é do Senhor Deputado Diogo Moura. É que eu gostava que o CDS canalizasse toda esta energia, toda esta vontade de resolução do problema, começando por tentar resolvê-lo onde ele deve ser resolvido, que é incentivando a Altice das maneiras mais diversas que são permitidas por lei e pela ação política, nem que seja no discurso político, a fazer aquilo que deve fazer. -----

----- É simples.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho** no uso da palavra, anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Diogo Moura do CDS-PP.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Obrigado Senhor Presidente. -----

----- Eu se calhar não fui muito claro, e se calhar não trouxe todos os dados para poder esclarecer, logo, o Senhor Deputado do PS. -----

----- Mas devo-lhe dizer que por inúmeras vezes, não sei se a Câmara teve essas diligências, ou não, para punir, ou fiscalizar aquilo que é a intervenção que abriga a a Altice a fazer a manutenção daquele espaço. -----

----- Mas devo-lhe dizer que, por inúmeras vezes, durante os últimos dois anos, a Senhora Presidente da Junta falou várias vezes com a administração da Altice. E a Altice nunca cumpriu. Da mesma forma que eu, como morador naquela freguesia, já falei várias vezes com a Altice e eles não cumprem. Portanto, vamos fazer assim, a

Câmara não fiscaliza, nenhuma entidade fiscaliza e vamos deixar o espaço abandonado. Nós fichamos os olhos enquanto responsáveis municipais e fica tudo na mesma. Se essa é a melhor opção, eu não concordo.”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária da Assembleia Municipal, Virgínia Estorninho** no uso da palavra, anunciou o seguinte:-----

----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Modesto Navarro do PCP.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Peço desculpa ao Deputado Diogo Moura, mas a sugestão deveria ser no sentido de a vossa proposta, a vossa recomendação apontar o dedo à Câmara e dizer que a Câmara tem de cumprir.-----

----- Agora, vem falar, inclusive, de ocupação. Veja lá, Senhor Deputado. Qualquer dia está como Independente.”-----

----- **O Senhor Vereador José Sá Fernandes** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado.-----

----- É só para esclarecer que a Câmara Municipal tem procurado que o espaço seja arranjado e a alternativa que está, neste momento, em estudo e em breve a ser aplicada é a própria Câmara arranjar o espaço e apresentar a conta à Altice.”-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage,** no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador.-----

----- Senhores Deputados estamos em condições de proceder à votação deste décimo ponto da ordem de trabalhos. Este ponto é composto por duas votações. E vamos começar por votar a **Proposta nº 327/CM/2018**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, CDS-PP, BE, PEV, PAN, PPM, 8 IND. A **Proposta nº 327/CM/2018** foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- (Ausência do Grupo Municipal do MPT da Sala de Plenário)-----

----- (Ausência de um Deputado (a) Municipal Independente da Sala de Plenário)-----

----- Vamos passar à votação da **Recomendação nº 040/05**, apresentada pelo Grupo Municipal do CDS-PP, na sua última versão no âmbito da Proposta nº 327/CM/2018. Votos contra do PS, PCP, BE, PEV, 6 IND, votos a favor do PSD, CDS-PP, PPM e a abstenção do PAN, 2 IND. A **Recomendação nº 040/05**, apresentada pelo Grupo Municipal do CDS-PP, foi **rejeitada**.-----

----- (Ausência do Grupo Municipal do MPT da Sala de Plenário)-----

----- (Ausência de um Deputado (a) Municipal Independente da Sala de Plenário)-----

----- Vamos passar ao ponto 11, o nosso último ponto da ordem de trabalhos.”-----

----- **11. APRECIACÃO DA PROPOSTA 668/CM/2018 - AUTORIZAÇÃO PARA A REPARTIÇÃO DE ENCARGOS, BEM COMO PARA, SEM ULTRAPASSAR O MONTANTE GLOBAL INDICADO NEM O ANO DO TERMO DO CONTRATO, FAZER AJUSTAMENTOS AOS VALORES ANUAIS PREVISTOS EM FUNÇÃO DOS CONSUMOS OU DOS SERVIÇOS EFETIVAMENTE PRESTADOS, E AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A**

**ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PARA OS ANOS ECONÓMICOS DE 2019 A 2022, NO ÂMBITO DO CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA, PARA A AQUISIÇÃO DE SERVICOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA A VIATURAS MUNICIPAIS DE MARCA IVECO, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 24.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, NOS N.ºS 1 E 6 DO ART.º 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99 DE 8 DE JUNHO E NA ALÍNEA B) DO ARTIGO 3.º E ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º, AMBOS DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL; GRELHA-BASE: 34 MINUTOS.**-----

----- (A **Proposta nº 668/CM/2018** fica anexada à presente Ata como **Anexo XXV** e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Presidente em Exercício, Manuel Lage,** no uso da palavra, continuou:-----

----- “Senhores Deputados, não registamos nenhuma inscrição no âmbito deste ponto. -

----- Pergunto à Câmara se pretende apresentar esta proposta. A Câmara dispensa apresentação, pelo que iremos proceder à votação da **Proposta nº 668/CM/2018**. Não há votos contra, abstenções do CDS-PP, PAN, PPM, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, PEV, 8 IND. A **Proposta nº 668/CM/2018** foi **aprovada por maioria**.-----

----- (Ausência do Grupo Municipal do MPT da Sala de Plenário)-----

----- (Ausência de um Deputado (a) Municipal Independente da Sala de Plenário)-----

----- Senhores Deputados, estão encerrados os nossos trabalhos.-----

----- Obrigado pela vossa disponibilidade e até para a semana.”-----

----- A sessão terminou, eram vinte horas e trinta minutos.-----

----- **Nota:** As propostas votadas na presente reunião foram aprovadas, em minuta, nos termos da deliberação n.º 353/AML/2017 tomada pela Assembleia, por unanimidade, na reunião realizada no dia 21 de Novembro de 2017.-----

----- Eu \_\_\_\_\_, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 6 de Novembro de 2017 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2017.-----

-----O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO-----